**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

ROSE MEIRE MENDES DE ALMEIDA

**O ELABORAR DA VERGONHA E DA RAIVA: DESATANDO NÓS PARA O
TRABALHO SOCIOEDUCATIVO**

**SÃO PAULO-SP
2014**

ROSE MEIRE MENDES DE ALMEIDA

**O ELABORAR DA VERGONHA E DA RAIVA: DESATANDO NÓS PARA O
TRABALHO SOCIOEDUCATIVO**

"(versão corrigida)"

*Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutora em
Psicologia*

Área de Concentração: Psicologia Social

*Orientadora: Profa. Titular Dra. Maria Inês
Assumpção Fernandes*

**SÃO PAULO-SP
2014**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Almeida, Rose Meire Mendes de.

O elaborar da vergonha e da raiva: desatando nós para o trabalho socioeducativo / Rose Meire Mendes de Almeida; orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2014.

195 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Vergonha 2. Raiva 3. Violência 4. Medidas socioeducativas 5. Juventude I. Título.

BF575.S45

Nome: Rose Meire Mendes de Almeida

Título: O elaborar da vergonha e da raiva: desatando nós para o trabalho socioeducativo.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Psicologia

Aprovado em: _____.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes - Orientadora

Instituição: IPUSP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Ricardo Barbosa Martins

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Silvia Losacco

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Celso Yokomisso

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Robson Colosio

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Sophia e ao Salomão, meus filhos.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes, por ter me acolhido e por sua generosidade espontânea e genuína. Gratidão.

Aos colegas de percurso, pelas conversas, pelos cafés, pelos espaços compartilhados.

Às meninas e menino do IPUSP, Nalva, Rosangela, Selma, Robson pelo tratamento sempre gentil e atencioso.

Aos professores Silvia Losacco e Ricardo Martins pelas contribuições na banca de qualificação.

Aos meus colegas de trabalho e espaços de discussão das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

À Fundação Casa e à SEMADS Jundiaí pela permissão da pesquisa.

À minha família de origem, pelo incentivo sempre presente. Em especial, ao Júlio que já não está mais conosco. Que a nossa diversidade nos complete, sempre.

À minha, mãe, dona Cida, por sua atitude sempre destemida frente à vida, nos mostrando que nunca podemos colher aquilo que não foi plantado.

Agradeço a você, Sr. José Roberto, pelas lições para toda a vida. Em muitos momentos no percurso deste trabalho lembrei-me de você. Por ser um homem da terra, amava as plantações. Sua certeza: toda terra é produtiva. Sua maior satisfação: ver as plantas crescerem. Sempre dizia: é preciso cuidar da terra; ela tem que ser “*cavocada*”, arejada, adubada e, em muitos momentos, deixá-la descansar. O tempo não é o nosso, é o da terra, é o da planta. Adiantar o processo tirará da terra sua capacidade de nutrir sementes e mudas para que floresçam em toda sua plenitude. Quantas vezes te vi transformar terrenos áridos, quase estéreis, em imensas hortas,

pomares, jardins. Diziam que você tinha o “dedo verde”. Mas creio que se guiava por sua certeza: havia uma forma, seria preciso apenas “descobrir” qual. Saudades imensas, pai!

À família que constituí: Marcos, pelo afeto, respeito e cumplicidade, por me ensinar a ver a beleza nas coisas simples; Sophia, por esses olhos maravilhosos e por essa tua sensibilidade de saber que a mamãe está “precisando” de um abraço; Salomão por tuas “sacadas de gente grande” e esse sorriso sempre pronto.

À todos os “meninos” com os quais tive a honra de conviver.

À força divina que nos direciona para situações de aprendizado que nos transformam, no dentro e no fora.

Namastê!

Limites [...]. A obediência, o respeito, a disciplina, a retidão moral, a cidadania, enfim, tudo parece associado a essa metáfora. Tudo talvez, mas não todos. De fato, quem supostamente carece de limites é sempre uma criança ou um adolescente. [...] Lembremos, porém, um fato importante e nunca suficientemente enfatizado: os jovens são reflexo da sociedade em que vivem, e não de uma tribo de alienígenas misteriosamente desembarcada em nosso mundo, com costumes bárbaros adquiridos não se sabe onde. Se é verdade que eles carecem disso que chamamos de limites, é porque a sociedade como um todo deve estar privada deles (LA TAILLE, 2003, p. 11).

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral considerar os processos sociais envolvidos na situação do adolescente em conflito com a lei no Brasil, suas implicações na transformação de histórias de vidas e consequente demandas nos programas de atendimento. De forma mais específica, objetivou trazer conhecimentos concretos para o campo de trabalho socioeducativo, e investigar aquilo que se apresenta como propiciador da reincidência. Como forma de alcançar esses objetivos, foi considerada a seguinte questão norteadora: o que leva o adolescente a infracionar novamente? A metodologia foi baseada na Teoria do Vínculo de Pichon-Riviere, propondo-se como procedimento grupos operativos, os quais foram realizados com adolescentes do meio fechado (Internação) e meio aberto (Liberdade Assistida). O principal instrumento de coleta de dados consistiu no conteúdo das entrevistas, sendo a análise complementada com outras pesquisas realizadas na temática. Os dados coletados, considerando as medidas socioeducativas, demonstram que elas não dão conta do objeto ao qual se propõem: o rompimento com o ciclo da delinquência, com a repetição do ato de delinquir. A forma como as medidas estão sendo propostas são reguladoras muito externas, e não estão entrando no cerne do problema. Nesse sentido, devem considerar os sentimentos de raiva e ódio que movem o adolescente. No subtexto dessa raiva existem situações de humilhação e sentimentos de vergonha que, por não serem elaborados, criam o ciclo humilhação-vergonha-ódio. Entra-se em círculo odioso, retroalimentado, que supõe a raiva, a dimensão que o prazer de delinquir tem, ao que os adolescentes denominam *adrenalina*. Algo que os deixa aficionados como se fosse vício.

Palavras-chaves: Raiva. Medidas socioeducativas. Juventude. Vergonha. Violências.

ABSTRACT

The current research had as general purpose consider the social processes involved at the condition of adolescents in conflict with the law in Brazil, their implications at the process of changing of life histories and resultant demand in the service programs. More specifically, it intended bring real knowledge to the social educational field of work, and inquire into that present itself as reincidence propitiating. To achieve that objectives, it was considered the follow leading question: what does the adolescent commit an infraction again? The methodology was based on the Theory of Bond by PICHON_RIVIERE, proposes as procedure operative groups, that was achieved with adolescents of closed system (internment) and opened system (Assisted Freedom). The main instrument to data collection was consisted in the interviews's content, being the analysis complemented with other researches achieved in the same area. The collected data, considering the social educational measures, demonstrate they can't handle of the object of their purpose: the break-up of delinquency cycle, with the recurrence of delinquency act. The way how these measures are being purpose are very external regulatories, and they are not moving into the heart of the matter. In this sense, they have to consider rage and hate feelings, that moves the adolescent. In the subtext of that hate there are abasement situations and feelings of shame that, because they are not elaborate, create a cycle of humiliation - shame - hate. Entering a hateful and feedback cycle, that suppose rage, the dimension of the pleasure of commit a crime, what they call of adrenaline. Which makes them excited, like an addiction.

Keywords: Rage. Social Educational Measures. Youth. Shame. Violences.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABMP	Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
CASA	Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CESEC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IPEA	Instituto de Política Econômica Aplicada
ISP	Instituto de Segurança Pública
LA	Liberdade Assistida
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PPP	Plano Político Pedagógico
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento às Medidas Sócio Educativas
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUS

Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	28
2.1 Percorrendo a história.....	30
2.2 O atendimento ao adolescente autor de ato infracional.....	41
2.2.1 Medidas socioeducativas	43
2.2.2 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares	48
2.2.3 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei.....	51
2.2.3.1 O PIA	51
2.2.3.2 O PPP.....	53
2.2.4 Dados brasileiros do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei	54
2.2.5 Estatuto da Juventude.....	57
3 VIOLÊNCIA – ONTEM, HOJE... SEMPRE?.....	58
3.1 A violência como valor	64
3.1.1 O papel da identificação do sujeito	70
3.1.2 Quando os laços levam ao não-ser.....	72
3.1.3 O ‘nó no peito’: a raiva e o ódio como condição do sujeito	74
3.1.4 A quem odiar?.....	79
3.1.5 Humilhação, vergonha, culpa e raiva: os nós que nos atam	81
3.2 O desafio da violência na sociedade brasileira	85
3.2.1 Violência e crime	86
3.2.2 Criminalização da Juventude	90
3.2.3 Violência e homicídios na adolescência.....	94

3.2.4 Crianças e adolescentes no tráfico	95
3.2.5 A violência praticada nas Instituições.....	99
4 CAMINHOS PERCORRIDOS.....	105
4.1 Locais do estudo e participantes	105
4.1.1 O primeiro grupo	105
4.1.2 O segundo grupo	106
4.2 Material	107
4.3 Método.....	107
5 ANÁLISE.....	110
5.1 Adrenalina.....	110
5.2 A repetição do ato.....	113
5.3 Consumismo	115
5.4 O mundo do trabalho	117
5.5 Pai que não protege e a lei que não interdita	119
5.6 Lógica da Virilidade.....	125
5.7 O olhar do outro	128
5.8 A raiva e o ódio	130
5.9 Sobre as medidas socioeducativas	134
(IN)CONCLUSÕES	139
BIBLIOGRAFIA	150
ANEXO A - LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	156
ANEXO B – ENTREVISTAS	161

1 INTRODUÇÃO

A experiência pessoal e profissional de atuar diretamente por dez anos com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tanto em meio aberto (liberdade assistida) quanto em meio fechado (internação) é um aspecto central da minha trajetória. Conviver com os adolescentes, o contato com suas histórias de vida trouxe-me a certeza de que muitos estão “pedindo socorro”, e que, muitas vezes, o “auxílio” que ofertamos não alcança o que eles realmente precisam.

Com certeza, o meu olhar e as minhas vivências no contato diário com aspectos particulares dos adolescentes nessa situação – suas mães, seus familiares, seus percursos individuais e como grupo; as minhas vivências com as instituições cuidadoras, as equipes de atendimento – não foram suspensas enquanto me debruçava sobre esse trabalho. Os papéis de pesquisadora, psicóloga, da gestora, cidadã, militante na defesa de direitos humanos se fundiram em muitos momentos e eu não saberia mensurar se isso foi positivo ou negativo, ou quanto foi bom ou ruim para o resultado final do trabalho.

A entrada no campo para realização da coleta de dados nos dois contextos deu-se através de mecanismos formais e informais, que exigiram grande investimento como pesquisadora, inclusive na persistência em manter o objeto de pesquisa. De acordo com Minayo (1998, p. 82), “[...] a visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”. Portanto, a relação que se estabelece no processo de construção da pesquisa é fundamental para a compreensão dos resultados e rumos para os quais aponta.

O assunto tem urgência. Como nos bem coloca Trassi (2006, p. 17), “não há neutralidade possível frente à violência. É necessário produzir um conhecimento solidário, aquele que se aproxima, que está ali onde a dignidade humana está ameaçada, onde não existe a palavra”.

Em meados de 1990, estudante de Ciências Sociais na PUCCAMP, e na conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso, optei por investigar se o projeto COMEJ – Centro de Orientação ao Menor de Jundiaí, existente na cidade de Jundiaí – SP, para atendimento ao adolescente infrator efetivamente possibilitava uma transformação daqueles sujeitos ou procuraria “enquadrá-los” nas normas vigentes. Inquietava-me, na época, a quantidade crescente de adolescentes que frequentava o

COMEJ. Na época, concluímos que o projeto procurava “enquadrá-los”, pois inexistia espaços onde os adolescentes pudessem repensar a prática do ato infracional. O trabalho interventivo resumia o jovem a apresentar-se uma vez ao mês para assinar a “carteirinha”, conforme relatos do adolescente e relatar o que “andava fazendo”, conforme relatos dos orientadores.

Em 1993, como estudante de Psicologia, iniciei os estágios de Psicologia Social em favelas da cidade de Jundiaí-SP. Atendia crianças de 5 a 10 anos em atividades educativas e de lazer. Permaneci por três anos ouvindo histórias contadas por essas crianças a respeito de seus irmãos mais velhos, parentes, vizinhos enredos em que os temas *criminalidade* e *marginalidade* sempre apareciam; “fulano foi preso”, “sicrano sumiu”, “a polícia foi na casa de outrano”. Lembro-me de uma vez que uma das meninas – Jéssica, de 4 anos – contou-me que não havia dormido à noite porque o barulho de tiros no barraco ao lado foi muito alto e ela acabou se assustando. Visivelmente, ainda estava em choque. Anos depois, eu cruzaria com essa menina, já moça, sendo mãe e casada com um traficante da região.

De 1996 a 2001, trabalhei na Casa Transitória Menino Jesus, em Várzea Paulista, abrigo para crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e negligência. Nesse período, especializei no Atendimento a Violência Doméstica pelo Instituto *Sedes Sapientae*.

Em 2002, fui trabalhar no Cedeca (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) e convidada a coordenar um projeto que seria realizado entre a Pastoral do Menor Nacional e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), com vistas ao atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto: LA (Liberdade Assistida) e PSC (Prestação de Serviços à Comunidade). Esse projeto era de âmbito nacional e envolvia 23 núcleos em 17 estados.

Iniciamos o trabalho em parceria com o Programa Sinal Amarelo, programa municipal de atendimento a essas medidas no município de Jundiaí-SP, atendendo as famílias dos adolescentes assistidos e depois estendendo aos familiares dos adolescentes ainda internos na Febem, facilitando a migração do egresso da medida de internação.

Nos anos seguintes, passamos a atender a população excedente do programa Sinal Amarelo, visto que o número havia crescido muito e um único programa não dava conta da demanda, pois trabalhávamos com as diretrizes propostas pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento às Medidas Sócio Educativas), no qual se

prevê uma dupla psicossocial – Psicólogo e Assistente Social – para 20 adolescentes. Implantamos e implementamos esses atendimentos nas cidades de Itupeva e Várzea Paulista, no estado de São Paulo até que as prefeituras respectivas os assumisse.

Em 2002, acompanhando um programa de televisão, ouvi a entrevista de Roberto da Silva – negro, criado em um abrigo, egresso da Febem e egresso do Carandiru. Roberto concluiu os estudos na fase adulta, cursou mestrado e doutorado. Na época, era professor da Faculdade de Educação na USP, professor. Dr. Roberto da Silva. Ouvindo seu relato, identifiquei muitas das histórias ouvidas no abrigo e pensei que se ele havia conseguido é porque é possível transformar.

Decidi, então, buscar o mestrado para que pudesse entender melhor sua história de vida e o que auxiliou no processo de rompimento e transformação em relação à criminalidade. Minha defesa ocorreu em agosto de 2005 com título de pesquisa *“Da Febem até o Carandiru, do Carandiru à USP: o processo de transformação de uma identidade”*.

O projeto, em parceria com a SDH (Secretaria de Direitos Humanos), terminou em 2007, objetivando, inclusive, que as prefeituras assumissem a responsabilidade proposta pelo Plano Estadual de Atendimento às Medidas Sócio Educativas e SINASE (Sistema Nacional de Atendimento às Medidas Sócio Educativas).

De janeiro de 2008 a outubro de 2012, ocupei a função de gerente num CASA (Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente), gestão compartilhada entre Fundação Casa e a ONG da qual era funcionária, o CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Jundiaí.

O processo de descentralização do atendimento ao adolescente infrator e a necessidade de mudança no paradigma de atendimento proposto pela antiga FEBEM, atualmente Fundação Casa, trouxe para a sociedade civil organizada o intramuros, por meio dos convênios assinados com as ONGs.

Na parceria são funcionários do Estado a Direção, encarregada técnica, e todo o corpo de agentes de apoio sócio educativo da Fundação Casa; a gerência, equipes psicossocial, pedagógica, administrativa e operacional são funcionários da ONG. A empresa de vigilância, cozinha e transporte são terceirizadas.

Nesses quatro anos, vivenciamos muitas oscilações na execução do trabalho no CASA: momentos de muita tensão, tumultos com fuga e reféns, tumultos com danos ao patrimônio, bem como momentos mais harmônicos, de fluidez do trabalho, de respostas positivas dos adolescentes, de verdadeiras transformações em relação

a projetos de vida. Como exemplo de transformação, cito um adolescente que foi internado por duas vezes. Na segunda internação, conseguiu-se trabalhar conjuntamente ele e seu grupo familiar, houve um investimento na qualidade dos vínculos. Ele cumpriu a medida e afastou-se da vida delitiva. Atualmente é pai, trabalha e retomou os estudos. Mantém uma vida estável.

Infelizmente, recebíamos com muita frequência notícias de adolescentes que, durante o período de internação, estavam bem, foram desinternados e não conseguiram manter-se fora da criminalidade. Outros, quase que imediatamente retornaram ao uso de drogas e/ou a criminalidade. Há ainda outros que retornam ao CASA como reincidentes, tanto na internação provisória, quanto na internação.

Não vivenciamos, no período em referência, um trabalho efetivo de acompanhamento dos egressos, o que avaliamos de extrema importância; mas procuramos, pelo menos por três meses após desinternação, manter contato com os egressos e/ou seus familiares via telefone.

Em palestra proferida em 10 de maio de 2012 pela Dra Berenice Gianella, presidente da Fundação Casa, foram apresentados dados gerais sobre a Fundação Casa. A conferência se deu no Seminário “(Re)Articulando a rede de proteção”, promovido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em Jundiaí-SP.

Segundo Gianella, a Fundação contava com 141 Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA). Em 2007 havia 4733 adolescentes internados. Em 2012 havia 6062 e uma fila de espera de mais de 1.000 adolescentes, ao ponto de, em janeiro de 2012 ter sido promulgado um provimento pelas esferas federais autorizando a Fundação Casa a receber até 15% a mais da sua capacidade efetiva para atendimento da demanda. Cabe uma discussão à parte das implicações no trabalho.

Em relação aos delitos, Gianella apontou uma mudança significativa, visto que os maiores índices referiam-se a danos ao patrimônio, furtos e roubos. Em 2006, o tráfico de drogas representava 21% dos delitos e, em 2012, representava 41%.

A reincidência em 2006 era de 29% e, em 2012, era de 13,5%, sendo que não estavam englobados os egressos que vão para o sistema prisional, os que voltam a infracionar após completarem 18 anos. Foram considerados somente aqueles que voltaram para a Fundação Casa.

De forma geral, vislumbrava-se uma melhora substancial no atendimento realizado, embora ainda não fosse o desejado e nem estivesse totalmente de acordo

com as diretrizes.

O atendimento socioeducativo é uma política pública e, como tal, deve procurar responder ao objetivo que propõe e reformular seu direcionamento para otimizar resultados. Em especial, no que tange aos delitos, o tráfico de drogas vem aumentando sua participação, fato que não podemos ignorar.

Para mim, de especial modo, passaram a se configurar algumas questões: o que pode, efetivamente, auxiliar ao adolescente na sustentação de um projeto de mudança? Quais os “nós” que necessitam ser desatados para que uma mudança efetiva possa se dar? Como se avalia a eficácia de um trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a lei?

Em minha dissertação de mestrado, Almeida (2005), fica evidenciada a prisão como o local onde começou a se consolidar um “novo Roberto”. Um Roberto mais consciente de suas habilidades e potencialidades, conforme este relata: “Aí já era clara para mim a estrutura da sociedade, o que eram as leis, o sistema de justiça, para que serve, como se manipula. Aí eu percebi qual era o meu papel e a função que eu cumpria dentro desse sistema” (ALMEIDA, 2005, p. 37)

Também se evidencia que, ao longo de sua trajetória, Roberto realizou pactos consigo mesmo, os quais funcionaram como alavancas no processo de transformação. “Com uma nova determinação, um novo projeto: ‘deliberadamente, eu me determinei a não mais contribuir para que esse sistema continuasse funcionando [...]’” (ALMEIDA, 2005, p. 37)

A história de Roberto remete-nos ao fato de que mesmo em uma situação de encarceramento pode ocorrer mudanças positivas nos sujeitos. A sociedade estigmatiza; não oferece, muitas vezes, condições para sustentar uma mudança. Entretanto, é preciso que o indivíduo se coloque em outro lugar. Entendo que esse é o maior desafio das medidas socioeducativas: que o adolescente migre do mundo da criminalidade, que haja o redirecionamento valorativo. Para tanto, é necessário identificar os “nós” psíquicos que o atam a essa condição.

Para o educador Antônio Carlos Gomes da Costa,

o sistema de execução das medidas socioeducativas precisa ser reordenado em conteúdo, método e gestão. Este reordenamento complexo, laborioso e difícil passa por três construções: (i) a construção de propostas de ação sócio educativa baseadas no binômio severidade e justiça; (ii) a construção de unidades de atendimento que, por fora, funcionem como prisões, para garantir

níveis adequados de contenção e segurança, mas que, por dentro, funcionem como escolas de educação para a vida, capazes de preparar esses jovens para o retorno ao convívio social; e (iii) a construção de equipes capazes de entender o significado e o sentido do projeto pedagógico adotado, de comprometer-se com ele e de desenvolver as capacidades necessárias para tirá-lo do papel. (COSTA, 2004, p.52).

Nossa proposta refere-se ao segundo item elencado por Costa: como educar para a vida, para o retorno ao convívio social?

Entendemos que, na busca de caminhos possíveis para a reorientação de condutas e de novos projetos de vida dos jovens que são atendidos no sistema socioeducativo, deve-se reconhecer a estreita relação entre as transformações individuais pretendidas e as relações macrossociais envolvidas, em especial as microrrelações interpessoais.

O socioeducador, independente de sua função, precisa ser um facilitador que ajude a descobrir caminhos, pensar alternativas e a revelar significados para esses jovens. Daí, o apontamento feito por Gomes da Costa das equipes se comprometerem com a proposta pedagógica impressa em lei, e desenvolverem as habilidades para tirá-lo do papel.

Uma das riquezas que experienciei durante o período em que fui gestora em um CASA foi poder circular entre os adolescentes. Presenciei momentos em que a dor visivelmente “tomava conta” daquele adolescente à lembrança de situações vividas, sentimentos contraditórios em relação ao ato infracional e a própria medida socioeducativa – confusão, descrença, medo.

Neste contexto, chamou-me a atenção a quantidade de adolescentes com múltiplas passagens, tanto na CIP – Centro de Internação Provisória, onde se alojam os adolescentes que aguardam a decisão judicial a respeito de seu processo, como na CI – Centro de Internação, onde se encontram os adolescentes em cumprimento da medida de internação.

Ao dialogar com um dos adolescentes reincidentes, que havia passado pela medida de internação e desinternado há pouco tempo, perguntei “O que houve? Você estava tão animado com o emprego, com a união da família, com as possibilidades diferentes quando foi desinternado?”.

Ele me respondeu “Não sei, senhora. Eu não sei.”

Este adolescente me fez recordar de outro adolescente desinternado. M. havia

cumprido por três vezes a medida de internação provisória e, na quarta vez, recebeu a medida de internação. Foi quando eu o conheci. Com histórico de extremo envolvimento com o tráfico, era um adolescente aparentemente tranquilo e educado. Na gíria utilizada, “não *causava*”. Observei que ele gostava de conversar sobre assuntos diferentes do tema criminalidade. Numa oportunidade, conversamos sobre livros – em especial, biografias. relatei que gostava de biografias, pois muitas vezes me “achava” nelas.

Perguntou-me se eu escrevia e relatei que havia escrito “quase um livro”, minha dissertação. Quis saber sobre o que era, relatei e ele me solicitou o empréstimo, no que foi atendido. Devolveu-me três dias depois. Sua primeira pergunta foi “Essa história é mesmo verdade?”. Respondi que sim. Fez então um comentário: “Mas é uma história muito parecida com a nossa!”. Disse-lhe: “Pois é...”. Por vários momentos, fez perguntas sobre aspectos abordados no texto tais como os pactos consigo mesmo, a importância do outro, dificuldades para efetivar uma mudança. Passou a ter crises hipertensivas e insônia, pedia para conversar, e nem sempre sobre os assuntos da dissertação. Soube, através da psicóloga que o atendia, que ele estava mais expressivo nos atendimentos; inclusive, aceitou a proposta de atendimento conjunto com sua mãe, figura com quem mantinha uma distância afetiva. Soube algum tempo após sua desinternação, pelo acompanhamento a egressos, que havia ingressado na faculdade, havia desistido por questões financeiras, mas estava trabalhando e afastado da vida delitiva.

Um fato interessante é que minha dissertação de mestrado foi lida por vários adolescentes. Alguns não acreditavam que a história fosse real, outros queriam entender detalhes, outros debochavam, dizendo que o sujeito de pesquisa havia “*melado*”, pois “*se largou do crime não era bandido bom*”. O fato é que todos demonstraram terem sido “provocados” em algum momento.

Movida por esse “não saber” do primeiro adolescente, e da vivência de M., propus-me pesquisar quais seriam os nós psíquicos e sociais que dificultam o trabalho de transformação desses jovens – em especial, nos reincidentes, que, de certa forma, já vivenciaram a proposta de atendimento. Quais as defesas que surgem quando esses adolescentes estão privados da liberdade? Possivelmente, a defesa contra a dor, contra a perda, contra o medo, contra o desamparo e raiva – muita raiva. Essas situações requerem desses adolescentes, como de qualquer ser humano, adaptações muitas vezes acompanhadas de embates com os *outros* que o acompanham nesse

momento – tanto institucionais quanto familiares.

Um trabalho para a transformação precisa depará-los com tais situações, aproximando-os de si mesmo, o que traz uma ambivalência na relação transferencial com quem cuida, pois o pedido de ajuda do adolescente, segundo Broide (2009), pode significar para ele uma diminuição da defesa contra a dor. Assim, o vínculo terapêutico torna-se uma ameaça, pois deposita-se nele a história de perdas e violências: os cuidadores passam de continente a inimigo.

Atualmente, presenciamos na sociedade brasileira a violência permeando várias práticas, despojam-se os indivíduos de seus direitos como tais e como cidadãos. A violência, consequência da desigualdade de classes, está ideologicamente “naturalizada”, não reconhecida e com discursos que a negam como algo fruto de condições históricas específicas. Tende-se a naturalizar essas diferenças.

Feffermann (2006) aponta que

em uma sociedade na qual nem as condições mínimas de sobrevivência estão garantidas, desde o saneamento básico ao direito do trabalho, presume-se que muitos dos jovens de hoje não respeitem o sistema de poder do Estado. O tráfico aparece como forma de garantir alguns desses direitos: trabalho, saúde, e até cesta básica. Para os jovens, em especial, é uma forma de sair do “anonimato”, de obter as promessas da indústria cultural. (FEFFERMANN, 2006, p. 273).

Os comportamentos marginais, apesar de neles haver discriminação e de estarem eles sujeitos à punição social e/ou legal, acabam se afirmando e se ampliando, criando estratégias de sobrevivência que instauram novos códigos simbólicos que admitem outra ordem, constituem outros processos de subjetivação.

Hoje, os indivíduos têm no consumo a sua forma de identidade, de pertencimento. Ao jovem pobre, em especial, que mantém alguma ligação com a marginalidade, com o tráfico, são colocados rótulos: preguiçoso, perigoso, mau caráter, verme, bandido. Tais rótulos findam por auxiliar a “mascarar” a desigualdade existente como fomentadora da situação, pois culpabiliza unicamente o indivíduo, e nos “distancia” desses jovens, impedindo, ou melhor, garantindo nossa não-identificação com eles. “Quanto mais nos distintos julgarmos que nós somos deles, mais protegidos nos sentimos dos impulsos hostis que nos pertencem” (CROCHIK, 1995, p. 110).

A não-identificação com o outro é fomentadora da violência.

Esses jovens buscam no grupo e, muitas vezes, no tráfico, um lugar de destaque, para tornarem-se *sujeito*, uma forma de sair da invisibilidade, de continência, de proteção.

As relações estabelecidas no tráfico de drogas são um contrato social, pois é com base nele que os sujeitos inseridos no tráfico de drogas vão pautar as suas ações na região. A legitimidade é o poder econômico, a força-violência e a relação de confiança. (FEFFERMANN, 2006, p. 273).

São protagonistas e vítimas da violência.

Nesse contexto, o ato infracional passa a ser uma forma de busca da tutela social. Entre reivindicar e se conformar, o adolescente identifica um terceiro modo entre exigir e resignar-se, que é o infracionar, uma mistura de subversão ao poder do outro e de procura da tutela social.

Nos é ilustrativo o relato colhido por Taparelli e Almeida (2003, p. 78), em seu “Perfil dos Adolescentes em Conflito com a Lei”, realizado em Salvador de 2000 a 2003:

nem todos pensam em mudar de vida. Alguns pensam em sair daqui e aprontar de novo... Parece que não tem nada em mente, quando sai daqui vai é roubar, vai é matar. Muitos que já saíram daqui já morreram... Muitos que já saiu daqui já morreu, já tá morto e a porra.

Acho que eles têm que dar uma oportunidade ao adolescente quando o adolescente sai de um lugar desse. Tem que ganhar algum emprego assim, porque muitas das vezes um adolescente ta aqui dentro porque lá fora quando ele desenhava arrumar algum emprego e não arrumava. E aí, ele tinha que roubar. Portanto, eles tinha que dá uma chance ao adolescente, sabe? Esperar o adolescente ir embora, conseguir um emprego para o adolescente, pronto. E aí se ele quiser roubar, aprontar, aí o problema agora é dele. Mas tem que... O adolescente tem que sair daqui de dentro com seu... Com os pessoal ajudando ele. Que aí o cara vai sair daqui se não tiver nada pra fazer, o cara vai roubar de novo.

Vida de roubo, de ladrão. Vida de ladrão é essa. Um dia se dá bem, um dia se dá mal. Pra ladrão nada é fácil porque um dia ele sempre vai... Se não é preso, ele morre.

A sociedade brasileira ataca todos os que possam representar as falhas do sistema. Desconsideram-se as condições objetivas, e se volta contra quem indica

ameaça e medo: o inimigo deve ser destruído, ou trancado.

Nas palavras de GAULEJAC (2001 apud TAKEUTI, 2002, p.12);

[...] Por trás do culto à infância e a aparente receptividade unânime na qual as crianças são o objeto na sociedade brasileira, esconde-se um sentimento de ameaça e de rejeição em face de uma fantasia de “parricídio” que os adolescentes suscitam. Os jovens dos meios populares são um alvo ideal de projeção. Eles são considerados ameaçadores, hostis, briguentos, injuriosos... Todos teriam as características de “mau objeto”, razão pela qual convém se desembaraçar deles para salvaguardar a ilusão de uma sociedade harmoniosa, equilibrada, pacífica e sem conflitos. Produz-se então uma conversão entre o que se denomina “a infância em perigo” para “a infância perigosa”.

A modernidade, ao tentar organizar o mundo sob sua perspectiva, estabeleceu formas de exclusão, fronteiras e “anomalias” entre as relações humanas, estabeleceu paradoxos – o que está *dentro* e o que está *fora*.

Jurandir Freire Costa, em seu texto “A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública” (COSTA, 1997), afirma que, no geral, quando falamos de violência, pensamos no uso da força com vistas à exclusão de grupos ou indivíduos em relação a uma dada situação de poder, cuja violência pode ou não encontrar a resistência dos excluídos.

O autor propõe-se analisar a violência a partir do sujeito que faz parte da chamada “elite”. No seu entendimento, como um todo, as elites têm força e poder de criar novas mentalidades, monopolizam a maior parte das riquezas do país e instrumentos de normatização de comportamentos. Outro aspecto é que podem ser compreendidas dentro do seu hábito cultural, revelando o modo como se subjetivam e interpretam seus papéis na cultura vigente.

Considerando tais características, as elites reforçam dois pensamentos: a ideia de alheamento do outro e a de irresponsabilidade em relação a si mesma.

Para o autor, o alheamento do outro consiste

[...] numa atitude de distanciamento, na qual a hostilidade ou o vivido persecutório são substituídos pela desqualificação do sujeito enquanto ser moral. Desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas, ou como um parceiro na obediência à leis partilhadas e consentidas, ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral. (COSTA, 1997, p. 70).

Ou seja, o agente da violência, no estado de alheamento, não tem consciência da qualidade violenta de seus atos. Assim, para Costa, a elite brasileira atualmente não consegue enxergar a forma como despreza seus semelhantes, tratando-os como resíduo societário, inabsorvível. Consequentemente, paga-se o preço com meninos de rua, tráfico de drogas, sequestros, desemprego, fome, aumento considerável do consumo de drogas legais e ilegais – um crescente da violência. Segundo o autor, é essa a irresponsabilidade das elites nas sociedades atuais. Em especial, na brasileira. Como bem elencado por Costa, é notório e são muito divulgadas as consequências das desigualdades sociais sobre a crescente criminalidade/ delinquência na sociedade brasileira.

Também consideramos importante a compreensão da realidade brasileira, dos processos desencadeados pela globalização – em especial, com relação à subjetivação dos indivíduos. Entretanto, não desejamos evidenciar o óbvio.

A inquietação inicial que gerou este trabalho – *“Eu não sei, senhora. Eu não sei.”* nos instiga a buscar respostas.

Respostas que, certamente, levarão a outras indagações.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo considerar os processos sociais envolvidos na situação do adolescente em conflito com a lei no Brasil, suas implicações na transformação de histórias de vida e consequentes demandas nos programas de atendimento. O trabalho teve em vista, ainda, como objetivo específico trazer conhecimentos concretos para o campo de trabalho socioeducativo, e investigar aquilo que se apresenta como propiciador da reincidência.

Como forma de alcançar tais objetivos, foi considerada a seguinte questão norteadora: *O que leva o adolescente a infracionar novamente?*

Visando abordar o problema exposto e cumprir o objetivo proposto, o presente trabalho distribui-se em três capítulos e, a seguir, as considerações finais da discussão com análise, conclusões e recomendações e, por fim, as referências bibliográficas que sustentaram o trabalho.

Na Introdução, tem-se a apresentação do tema, problema, justificativa e objetivos do trabalho.

No Capítulo “Algumas reflexões sobre a construção histórica da criança e do adolescente na sociedade brasileira”, no qual procuramos evidenciar que ainda hoje vivenciamos heranças dos períodos anteriores (colonial, escravagista, ditatorial), evidenciamos o contexto das medidas socioeducativas e a implicação de várias

instâncias para encaminhamentos mais satisfatórios.

No capítulo acerca da Violência, nossa intenção é demonstrar como ela está banalizada, presente tanto dentro quanto fora dos indivíduos, nas relações e instituições. Ressaltamos que atualmente vivemos “territórios do ódio”, favorecidos por aspectos subjetivos e sociais.

“Caminhos da pesquisa” refere-se à metodologia de pesquisa, explicitando o caminho de construção e estratégias adotadas para a realização do estudo – considerando o tipo de estudo, local de realização, sujeitos, estratégias de coleta e análise de dados, bem como aspectos éticos adotados.

Na “Análise” e “(in)Conclusões”, verifica-se o alcance dos objetivos do presente estudo, numa síntese de seus emergentes, sugerindo alguns direcionamentos a partir das análises efetuadas.

2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

*Sentados à beira do rio, dois pescadores seguram suas varas à espera de um peixe. De repente, gritos de crianças trincam o silêncio. Assustam-se. Olham para a frente, olham para trás. Nada. Os berros continuam e vêm de onde menos esperam. A correnteza trazia duas crianças, pedindo socorro. Os pescadores pulam na água. Mal conseguem salvá-las com muito esforço, eles ouvem mais berros e notam mais quatro crianças debatendo-se na água. Desta vez, oito seres vindo correnteza abaixo. Um dos pescadores vira as costas ao rio e começa a ir embora. O amigo exclama:
- Você está louco? Não vai me ajudar?
Sem deter o passo, ele responde:
- Faça o que puder. Vou tentar descobrir quem está jogando as crianças no rio.*

(Lenda indiana de autor desconhecido)

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) acaba de completar 23 anos e a sociedade brasileira se pergunta “Para quê serviu o ECA?” e “Qual é a situação da criança e do adolescente hoje na sociedade brasileira?”.

Trassi (2003) nos auxilia na compreensão da amplitude de ações propostas pelo ECA e, principalmente, nas corresponsabilidades para sua efetiva implementação:

o ECA é uma lei cuja implantação implica qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho com adolescentes – do policial civil e militar responsável pela sua apreensão, a juízes, promotores e responsáveis pelo atendimento direto. Como instrumento jurídico, o ECA não organiza as práticas e ações necessárias à sua execução, nem define os conteúdos pedagógicos e terapêuticos a serem utilizados no atendimento dos jovens. Implica, portanto, a utilização de saberes e outras especialidades além da ciência do Direito. (TRASSI, 2003, p. 39).

Atualmente, há críticos ferrenhos ao preconizado no ECA. Exemplo disso são as constantes discussões sobre a redução da maioridade penal.

Olhar para a história do Brasil nos auxilia a compreender porque está tão naturalizada a situação de abandono e violência a que estão expostos alguns segmentos na sociedade brasileira. Aquela criança no farol, mendigando ou vendendo

bala não nos provoca outro incomodo a não ser o de fechar os vidros e travas dos carros.

Nós a conhecemos há muito tempo. Nos registros históricos, identificamos o desenvolvimento da atenção à infância e adolescência no Brasil a partir da chegada dos europeus, o extermínio dos índios, o rapto de crianças negras. Ela veio nas caravelas em 1500, trabalhou como escrava, como operária. Está muito presente nos livros didáticos, escolares. Dessa forma, não nos apresenta nada de novo; ao contrário, chegando na atualidade brasileira, ainda se verificam práticas de abusos e violação de direitos, justificando-se a denuncia de que a existência da lei não é suficiente para uma efetiva mudança no sistema social vigente

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, mudou-se radicalmente a visão da criança e do adolescente: legalmente, ela deixou-se de vê-los como “coitadinhos” ou ameaça, e passou-se a reconhecê-los como cidadãos, sujeitos de direitos, obrigando reformulações nas diretrizes que devem formular políticas para este público. Entretanto, ainda “engatinhamos” nas ações que devem sustentar a mudança desse “lugar”, ainda “montamos” armadilhas que acabam persistindo nas situações de violações e vitimização dessa população.

Para esse importante resgate histórico, remeteremos a vários autores nos quais encontraremos dados importantes que reafirmam vivermos hoje o fruto de uma construção histórica de 500 anos, a contar da posse das terras pelos portugueses.

Para Del Priore (1991, p. 7),

vale lembrar que a história da criança fez-se à sombra daquela dos adultos. Entre pais, mestres, senhores ou patrões, os pequenos corpos dobraram-se tanto à violência, à força e às humilhações, quanto foram amparados pela ternura e os sentimentos maternos...

No entanto, quem lê adultos, leia também instituições; pois esta história que contamos, lança luzes sobre crianças prisioneiras da escola, da igreja, da legislação, do sistema econômico e, por fim, da FEBEM, numa linhagem extensa de tarefas e obrigações que as desdobravam, no mais das vezes, em adultos. Enfaticamente orientadas para o aprendizado, o adestramento físico e moral para o trabalho, perguntamo-nos se havia entre elas tempo e espaço para o riso e a brincadeira. Perguntamo-nos se em algum momento elas se sentiam realmente crianças.

2.1 Percorrendo a história

Desde o chamado “descobrimento”, temos registros que apontam a coisificação da infância e adolescente na história, definindo-se crianças e adolescentes como mercadoria, à mercê do mundo adulto.

Nas embarcações vindas de Portugal, como exemplo, 10 a 20% era composto por crianças abandonadas, recolhidas nas ruas de Portugal e que realizavam trabalho escravo nas embarcações.

O relato de Ramos (2004, p. 19) enfatiza a situação:

[...] as crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como órfãos do Rei enviadas para o Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente. Em qualquer situação, eram os “miúdos” que mais sofriam com o difícil dia-a-dia em alto mar. A presença de mulheres era rara, e muitas vezes, proibida a bordo, e o próprio ambiente nas naus acabava por propiciar atos de sodomia que eram tolerados até pela Inquisição. Grumetes e pagens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhada dos pais, eram violadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manter-se virgens, pelo menos, até que chegassem à Colônia.

Ramos (op. cit.) traz vários relatos das atrocidades que permeavam as embarcações da época e, por sua condição de fragilidade, como essas situações eram exacerbadas nas crianças e adolescentes a bordo.

Apesar de todos a bordo, inclusive os oficiais, terem plena consciência de que “os acontecimentos e perigos do mar” eram sempre “súbitos e estranhos”, e de “que todas as horas e momentos” estavam a eles “sujeitos”, não havia hesitação em colocar as crianças para atuar nos trabalhos mais arriscados. (RAMOS, 2004, p. 24).

Visando enriquecer a dieta de bordo, os tripulantes tinham permissão para tentar pescar, mas estando sempre sobrecarregados pelos trabalhos diários e vigiados de perto pelo guardião, não sobrava tempo para que os grumetes tentassem desta forma melhorar suas refeições. Recorrer, então, aos “muitos ratos” e “baratas” era a única saída que lhes restava. Por vezes ainda, tinham a sorte de algum cadáver exposto no convés servir-lhes de isca para captura de pássaros dos quais pudessem se alimentar. (RAMOS, 2004, p. 27).

Nestas embarcações, mesmo nas horrendas condições em que se encontravam a população infanto-juvenil, já se percebe uma “diferenciação” de tratamento decorrente da origem social.

Os grumetes eram alistados nos navios por seus pais com o objetivo de aumentar a renda da família. Trabalhar como grumete era uma forma de tentar uma ascensão social, embora não há relatos de alcance dos mais altos escalões, sendo estes reservados a outro segmento social.

Outro método de recrutamento de grumetes para servirem a bordo era o rapto de crianças judias “arrancadas à força de seus pais”.

Tudo leva a crer que esses raptos foram muito frequentes, pois este foi o procedimento adotado pela Coroa portuguesa, em 1486, durante o povoamento das Ilhas de São Tomé e Príncipe, chamadas então de Ilhas de Ano Bom e de Fernão do Pó. O método cruel significava, simultaneamente, um meio de obter mão de obra e de manter sob controle o crescimento da população judaica em Portugal. Estas, ao contrário das recrutadas entre as crianças carentes portuguesas, eram jogadas aos navios à revelia de seus pais e representavam para estes uma grande perda afetiva. As implicações econômicas eram descartadas, pois a maioria esmagadora dos judeus era possuidora de recursos para sobreviver, prescindindo do expediente de vender a mão de obra de seus filhos. (RAMOS, 2004, p. 22).

De todos os embarcados, os grumetes eram os que tinham as piores condições de vida. Além dos trabalhos mais pesados e mais perigosos, ocupavam as piores acomodações, tinham a pior alimentação e muitos eram sodomizados por “categoria classificada nos documentos, como formadas por ‘criminosos da pior espécie’ tais como “assassinos, incendiários, (e) sediciosos” (RAMOS, 2004, p. 27).

Os pajens, embora na mesma faixa etária ou mais jovens que os grumetes, tinham cotidiano menos árduo e mais chance de alcançar melhores cargos. “A maioria provinha de setores médios urbanos, de famílias protegidas pela nobreza ou de famílias de baixa nobreza, pois, para essas, inserir seu filho no contexto de expansão ultramarina como pajem era a forma mais eficaz de ascensão social” (RAMOS, 2004, p. 31).

Alguns oficiais faziam embarcar seus próprios parentes como pajens, ou mesmo filhos, como acompanhantes, para aprendizagem do ofício.

Na somatória das atrocidades, as meninas órfãs de pai e pobres eram arrancadas de sua família e embarcadas como órfãs do Rei: “[...] eram estranhamente

consideradas como órfãs até mesmo aquelas que tinham apenas o pai falecido. Assim, podemos supor que existiu uma espécie de sequestro de meninas pobres, principalmente de 16 anos, em Portugal”. (RAMOS, 2004, p. 33).

Ramos encerra seu relato evidenciando situações de violações que se mantêm atualizadas junto ao universo infanto-juvenil.

Outras crianças, menos afortunadas, quando não pereciam durante a viagem, enfrentavam a fome, a sede, a fadiga, os abusos sexuais, a humilhação e o sentimento de impotência diante de um mundo que não sendo o seu tinha que ser assimilado independentemente de sua vontade. (RAMOS, 2004, p. 49).

Calejados pela dor e pelo sofrimento, aqueles que sobreviviam certamente perderam sua inocência para nunca mais recuperá-la.

Essa não receptividade ou dessensibilização nasce de alguns entrelaçamentos que percorrem a história brasileira; em especial, podemos citar a questão do trabalho infantil, a ausência ou desvalorização da educação, a situação de abandono em que se encontravam muitas crianças. Já se construía na época uma relação estreita entre abandono e trabalho marcando a infância no Brasil.

Outro aspecto importante foi a escravidão: 4% dos viajantes comercializados eram crianças com menos de 10 anos. No período de até um ano de idade, quando menores, eram separados dos pais. Aos quatro ou cinco anos de idade eram intimados a fazer pequenos serviços. Aos oito, nove anos, aparecem nos inventários com uma profissão: Maria costureira, João aprendiz de ferreiro. O aprendizado da criança escrava para o trabalho sempre permeou os relatos históricos.

Nos relata Goes; Florentino (2004, p. 184):

As crianças cativas, contudo, não ficavam entregues apenas à comiseração de Deus. Forças mui humanas (ou desumanas, a bem da verdade) conduziam seus destinos. Antonil, escrevendo sobre o tormento da cana-de-açúcar batida, torcida, cortada em pedaços, arrastada, moída, espremida e fervida, descreveu o calvário de escravos pais e de escravos filhos. Estes também haviam de ser batidos, torcidos, arrastados, espremidos e fervidos. Era assim que se criava uma criança escrava.

Havia, na verdade, um verdadeiro adestramento. “[...] Entre os quatro e os 11 anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho que levava o

melhor e o mais do tempo, diria Machado de Assis. Aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial” (GOES; FLORENTINO, 2004, p. 185).

Os autores citam a educadora inglesa Maria Graham quando esteve no Brasil entre 1821 e 1823: “O crioulo é uma criança estragada, até que fica bastante forte para trabalhar; então, sem nenhum hábito prévio de atividade, espera-se que ele seja industrioso; tendo passado a existência a comer, beber, e correr por aqui e li, nos termos da igualdade familiar, espera-se que seja obediente” (GOES; FLORENTINO, 2004, p. 186).

Seu aprendizado refletia no preço que alcançaria.

Esse adestramento também se dava pelo suplício diário, feito de pequenas humilhações e grandes agravos. Concomitantemente, os meninos livres brancos aprendiam sobre a utilidade de bofetadas e humilhações.

Exemplos nos cita Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas, citado em Freyre (1998, p. 75):

Prudêncio, um muleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias, punha as mão no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava-lhe mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo - mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um _ “ai, nhônhô!” - ao que eu retorquia: _ “Cala a boca, besta!” - Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, das beliscões nos braços das matronas, e muitas outras façanhas deste jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração: e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos.

Mattoso (1991 apud TAKEUTI 2002, p. 90-91) evidencia a clivagem já existente nessa época: a vivência da infância para as “crianças brancas e livres”, inexistindo para “as crianças escravas”.

Ainda novo, o filho da escrava é olhado como escravo em redução, somente diferente do escravo adulto que mais tarde será, pelo tamanho e força. [...] Essa idade que vai dos 7 aos 12 anos, não é mais uma idade de infância, porque já sua força de trabalho é explorada ao máximo, exatamente como o será mais tarde também. Mesmo se o seu rendimento é menor, ele é escravo *à part entière*, e não mais criança.

Outro dado relevante é o número de crianças sem referências de filiação, chegando a atingir 41,2% das crianças menores de 12 anos. Quase todas as crianças negras eram ilegítimas: “do pai nada se sabe” (MATTOSO, 1991, p. 83 apud TAKEUTI, 2002, p. 195). Percebe-se que não havia para esse grupo um núcleo familiar, menos ainda cuidados voltados para a infância. “O filho da escrava é uma criança cuja mãe biológica é frequentemente ausente, sendo criado sem referências parentais” (MATTOSO, 1991, p. 83 apud TAKEUTI, 2002, p. 87).

Com a vinda da família real portuguesa, instala-se uma proliferação das escolas para as crianças da elite, e também uma proliferação das escolas cuja finalidade era ensinar à criança escrava algum tipo de aprendizado profissional que fizesse que esse escravo ganhasse mais dinheiro e remunerasse melhor o seu senhor.

Somada à questão da criança escrava, havia a criança abandonada, fatos que contribuíram para a criação da Roda dos Expostos.

Em 1693, o governador da capitania, Antonio Paes de Saude, escrevia ao rei “deplorando a falta de caridade demonstrada em relação ao enjeitados, largados nas ruas e terrenos baldios” (LIMA; VENÂNCIO, 1991, p. 66 apud TAKEUTI, 2002, p. 170).

Acentuou-se o abandono em algumas capitais brasileiras no século XVIII, introduzindo-se a Roda e a Casa dos Expostos no Brasil, que acolhia as crianças “enjeitadas” e “abandonadas”:

os governantes a criavam com o objetivo de salvar a vida dos recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e forçados. Foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem. (LEITE, 1991, p. 99 apud TAKEUTI, 2002, p. 168).

A Roda recebia muitos recém-nascidos de escravas negras, lá deixados porque os senhores precisavam de suas mães como amas de leite ou a comercializariam.

Os altos índices de mortalidade infantil denunciam as condições sub-humanas a que estas crianças estavam expostas – cerca de 50 a 70% de óbitos –, bem como implicações num outro comércio: a venda dos “enjeitados” (Lima; Venâncio, 1991, p. 61 apud TAKEUTI, 2002, p. 170).

A cultura predominante era que o trabalho era melhor formador de caráter que a escola.

Para Takeuti, a crítica a essas instituições nos remete às atuais críticas às instituições correcionais, delatando que as condições oferecidas desconsideravam o seu objetivo institucional produzindo “uma parte da população infanto-juvenil que nem sequer prestaria para ser transformada em ‘classe trabalhadora’” (TAKEUTI, 2002, p. 197).

Até o final do século XIX, o abandono de crianças, o trabalho infantil e a questão do pouco prestígio da escola acabaram por criar uma enorme dessensibilização em torno da infância: criança era um trabalhador braçal como outro qualquer e tinha que sobreviver através de suas inventividades, sua criatividade, sem apoio da sociedade. A escola, por exemplo, era para as elites brancas, sendo a educação masculina concluída na Europa.

No final do século tem-se o início das industrializações (tecelagens). Com a abolição da escravidão e o aumento da imigração, as crianças continuam sendo drenadas para o mundo do trabalho: ¼ dos trabalhadores das tecelagens no final do século são crianças, que trabalhavam de 12 a 14 horas por dia.

Nos relatos de Moura (2002), evidencia-se o quadro: “o cotidiano de crianças e adolescentes nas fábricas e oficinas do período remete sempre para situações-limite cuja versão mais alarmante traduz-se nos acidentes de trabalho, mas que infelizmente neles não se esgotam, incorporando a violência em vários níveis.” (MOURA, 2002, p. 260).

O Brasil seguia o movimento internacional retratado por Rocha (1997, p. 18):

onde os empresários iam buscar crianças? Há registros de que os trabalhadores adultos, mesmo sem recursos, recusavam-se a permitir que seus filhos fossem levados para a fábrica. Mas a condição de miséria obrigava muitos camponeses desalojados e artesãos a procurarem o auxílio das paróquias para a sobrevivência dos filhos. Nestas paróquias, organizadas os moldes das workhouses, que antecederam o sistema prisional inglês, eram alojadas crianças sem recursos, muitas vezes filhos daqueles camponeses que o roubo de terras expulsou do campo e lançou na miséria. A “assistência” que a Lei dos Pobres lhes conferia compreendia um estado de aprisionamento em moldes escravagistas. Pois estas condições foram descobertas pela “criatividade da livre iniciativa” como um meio oportuno de conseguir crianças para explorar nas fábricas.

O autor ressalta, citando Mantoux (1928, p. 17), que os motivos eram mais sórdidos que simplesmente “a delicadeza dos dedos”: “eram (as crianças) preferidas ainda por outras razões, mais decisivas. Sua fraqueza era garantia de sua docilidade; podiam ser reduzidas, sem muito esforço, a um estado de obediência passiva, ao qual os homens feitos não se deixavam facilmente dobrar”.

Nos jornais brasileiros, aparecem anúncios de recrutamento infantil para o trabalho, ocorrem muitos acidentes com crianças operárias, abusos por parte dos mestres e contramestres e começam a surgir denúncias dos grupos de operários e anarquistas dos maus-tratos sofridos por essas crianças.

Em maio de 1919, o jornal *Fanfulla* ressaltava que a saída dos trabalhadores das fábricas impressionava em função da quantidade acentuada de adolescentes e crianças, às vezes em torno dos dez, 12 anos de idade, já abatidos pela fadiga cotidiana, pálidos, anêmicos, e destinados a dar uma grande contribuição à estatística da tuberculose. Nessa, como em muitas outras notícias, crianças e adolescentes surgem como um enorme contingente anônimo. (MOURA, 2002, p. 286).

Talvez tenha se iniciado aí a percepção da criança como vítima de um abandono institucional. Surge a primeira Lei em 1891, o decreto 13.113, de 17 de Janeiro de 1891, que procura coibir abusos contra crianças, especialmente dentro das fábricas. Entretanto, entre a criação e a aplicação da lei, assim como na atualidade, há uma enorme distância.

Segundo Moura (2002, p. 271),

o conjunto das condições de trabalho nos estabelecimentos industriais em São Paulo, por exemplo, acenava à primeira vista, com a possível inexistência de medidas que visassem a regulamentação do trabalho em geral e especificamente em relação aos menores. No entanto, conforme alertava o jornal *O COMBATE* na década de 1910, as leis já existiam, bastando apenas executá-la.

Também ao final do século XIX, os frutos do abandono começam a ficar muito evidentes nas grandes cidades. O Brasil tem o sonho de integrar a modernidade e transformar as cidades colônias em cidades modernas. Era necessário eliminar os grandes cortiços onde morava o *grosso* dos operários e os ex-escravos. Nos jornais de época, veremos uma grande perseguição relatando que havia crianças

vagabundas, crianças vadias que circulavam pelas ruas, era preciso tirá-las de lá, dar um destino a essas crianças.

Com o surgimento de uma nova forma de organização do capital nascida com a República, surge também a necessidade de uma remodelação dos hábitos sociais. Nessa perspectiva, por exemplo, o Rio de Janeiro – então capital do Brasil –, passa a sofrer uma remodelação, pois é preciso findar a imagem da cidade insalubre. Um objetivo se instaura: alinhar o Brasil à base econômica e estrutural das cidades europeias; em especial, de Paris.

Mas o crescimento econômico não deslanchava pois faltava ao Rio de Janeiro infraestrutura para atender a demanda da nova elite. Como relata Sevcenko (2003, p. 40-41):

muito cedo, ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, do impaludismo, da varíola da febre amarela endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidava os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles. (SEVCENKO, 2003, p. 40-41).

Outro exemplo, Olavo Bilac, um dos maiores escritores da época, opta por enfatizar o aspecto dignificador do trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico e social da cidade e do seu povo. É sabido que a instrução de crianças foi uma das suas grandes preocupações. Nessa crônica de 1905, em que se descreve uma visita à Casa Lage, uma fábrica-escola mantida por um empresário na baía de Guanabara:

a mim, o que me impressiona e deslumbra na organização daquela colônia operária, não é repito, o estupendo acúmulo de força, de energia, de capitais, de atividade, de riqueza que ali se potencializa. São coisas que o dinheiro e o tino administrativo conseguem sempre, com maior ou menor facilidade. Mas o que o dinheiro e o tino administrativo, sem aliança do senso de justiça e do sentimento de

bondade, não podem conseguir, é a conquista moral, de vasto e radiante alcance, que representa aquela considerável compreensão do que deve ser o trabalho dos menores nas fábricas e oficinas. (BILAC, apud DIMAS, 2006, p. 743).

O grande contingente de crianças que habita as cidades começa a preocupar as autoridades. Embora elas sempre estivessem por ali, encham as cidades que se querem francesas. Assim, aparece, em francês, o primeiro nome pejorativo que nossos pequenos irão receber: “pivete”. Pivete vem da palavra francesa *pivett*. Como na época os próprios jornais valorizavam as palavras francesas, passou-se a utilizar este termo para se referir àqueles que eram tidos como pequenos vadios e vagabundos.

Faz-se necessário tirá-los desse horizonte que se queria europeu. Tirá-los também das fábricas. Em razão dos riscos de mutilação? Talvez pelo incômodo de alguns industriais com situação de exploração, e em função do próprio movimento dos trabalhadores. Porém, também eram necessárias vagas para os imigrantes que chegavam ao país.

Passetti (2002, p. 353) ilustra com a notícia do jornal “A Plebe”, de 10 de Setembro de 1919:

[...] a exploração de menores nas bastilhas de trabalho desta capital constitui um dos crimes mais monstruosos e desumanos da burguesia protetora dos animais [...]. Basta permanecer na porta de qualquer fábrica, à hora de principiar ou de cerrar a laboração, para se constatar, que uma enorme legião de crianças, entre os nove e os 14 anos, se definha e atrofia, num esforço impróprio à sua idade, para enriquecer os industriais gananciosos, os capitalistas ladrões e bandoleiros. Em 1917, o que motivou precisamente a formidável agitação operária então verificada, foi a ignominiosa e despudorada escravidão e exploração dos menores. Nessa época, a jornada de trabalho em vigor em todos os estabelecimentos manufatureiros era superior a dez horas. Os salários, com que se gratificava o sacrifício imposto a estas crianças, não ia além duns magros quatrocentos ou quinhentos reaes por dia. O rigor disciplinar, enfim tresandava bastante ao que é adotado nas casernas penitenciárias. Hodiernamente, as condições de trabalho para os menores pouco se modificaram. A jornada está, é certo, reduzida a oito horas para muitas fábricas; os salários aumentaram em muitos centros de trabalho, uns tristes reaes. Mas que importa isso? Os mestres, os encarregados, os diretores de fábricas, que para os filhos são todos blandícias e carinhos, para as crianças proletárias mostram-se uns verdadeiros carrascos. [...] Maltratam-se crianças com mais insensibilidade do que se espanca um animal. Edificante, não acham?.

Observam-se pequenas mudanças. Mas o que fazer com os pequenos “vadios” e “vagabundos”?

Em 1902, são criadas as primeiras Casas de Correção para as crianças que cometiam pequenos delitos na rua. O objetivo era canalizar essas crianças, tirá-las das ruas e fazê-las, de alguma maneira, aprender algum tipo de atividade, ou serem punidos pelas faltas que cometeram. Havia também uma preocupação em não deixá-los, além dos 17 anos, dentro da mesma Casa Correcional.

No final do século XX, tem-se configurado um quadro de mudanças sociais importantes. Em um contexto de industrialização, à medida que a urbanização vai se adensando, valores como individualismo e produtividade começam a preponderar em nossa sociedade. As crianças passam a ser recolhidas nessas instituições.

As Casas de Correção, portanto, deveriam funcionar como lugares de drenagem, para “limpar” as grandes cidades.

A partir da República Velha, nossos políticos farão da criança uma espécie de bordão para os seus discursos. O que é muito comum hoje em dia: prometer escola e dar um destino melhor aos atendidos vem de longa data.

Entretanto, surge um novo problema: se toda a população iria para as cidades, quem cuidaria da vida rural, da vida no campo? Os políticos encontraram a solução: as crianças.

Em 1920, são criados os primeiros estabelecimentos agrícolas para onde são encaminhadas as crianças que são retiradas das ruas das grandes cidades. Essas escolas, quando nascem, possuem uma agenda que tenta aproximar as crianças de uma qualificação profissional adequada, da mesma forma como os institutos penais procuravam, na época, qualificar as crianças para um trabalho posterior. Para a criança pobre, para a criança desfavorecida, sempre o trabalho profissionalizante; para a criança rica, uma educação que a permitisse se desenvolver.

Passetti (2002, p. 356) afirma que os efeitos devastadores dessa política de atenção refletem um aumento naquilo que ela propõe extinguir: a criminalidade.

ao escolher política de internação para crianças abandonadas e infratoras, o estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer, e repouso. Mas neste elogio à disciplina nada funciona primorosamente. Antes mesmo do

dia terminar, todo o proibitivo já está em funcionamento articulando internos entre si, internos e seus superiores, superiores e famílias dos prisioneiros numa engenhosa economia da ilegalidade pela qual circulam mercadorias roubadas, corpos, drogas e lucros.

Em relação ao tema criança/ adolescente infrator, em conflito com a lei ou em cumprimento de medida socioeducativa, nos deteremos com maiores detalhes no próximo capítulo, em especial, pela sustentação que dá ao tema dessa pesquisa.

Em síntese, o Brasil tem uma tradição escravocrata e uma longa história de exploração da mão de obra infantil.

Embora as críticas ao modo de vida das crianças (sem escola, com trabalho não regulamentado, desrespeitados, sujeitos à condições subumanas), as opções para resolução sempre foram orfanatos e prisões, mesmo com o nome de centros correccionais e, mais atualmente centros socioeducativos.

O objetivo, como nos afirma Passetti (2002, p. 355), é domesticar as individualidades.

Fechavam-se os trinta primeiros anos da República com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e perigosa. A ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinquencial, ainda associada aos efeitos da politização anarquista e educá-la com o intuito de incutir-lhe a obediência.

Sendo de longa data, constata-se a ineficácia dessas instituições para “corrigir” comportamentos ou reeducar os jovens detentos para/pelo trabalho. Muitas discussões são fomentadas desde modelos arquitetônicos, modos de abordar o problema, novas rotinas. Entretanto, ao invés de gerar investimentos em novas formas de educação ao infrator, transforma-se em estandarte para uma rigidez penal maior e um encarceramento crescente a cada dia.

Nas palavras de Passetti,

a prisão e os internatos, em nome da educação para o mundo ou da correção de comportamentos, apresentam-se desempenhando um papel singular. Existem ao mesmo tempo como imagem disciplinar da sociedade – nelas os supostos desajustados deverão ser enquadrados – e imagem da sociedade transformada em ameaça – o lugar para onde ninguém pretende ir. Por isso mesmo são incapazes de equacionar soluções para o retorno dos encarcerados sem deixá-los estigmatizados ou tampouco poupar suas famílias da economia do crime, pois mais cedo ou mais tarde elas acabam participando da

ilegalidade que se instala desde as prisões. (PASSETTI, 2002, p. 355).

2.2 O atendimento ao adolescente autor de ato infracional

A assistência e proteção à população infanto-juvenil por parte do Estado ganha relevância a partir da legislação denominada “Direito do Menor”, sendo marcadas no campo social pela instalação do aparato executor das políticas sociais na nova ordem da década de 1920 com a República no Brasil.

O Código de Menores, conhecido por Código Mello Mattos, instituído em 12 de outubro de 1927, era destinado aos menores abandonados moral ou materialmente e aos delinquentes. A primeira categoria incluía desde os menores que se encontrassem eventualmente sem habitação certa e sem meios de subsistência devido à indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais e guardiões, até os que tinham familiares e, mesmo assim, se entregassem à prática de atos considerados contrários à moral e aos bons costumes. A segunda categoria incluía os menores de 14 a 18 anos de idade que haviam cometido alguma infração penal. Com relação à infração penal, no Código de Menores priorizava-se a segurança, o controle e o cerceamento da liberdade, cumprindo o Estado seu papel de conservar a ordem. A exemplo disso, podemos citar a Liberdade Viglada (1927), que “consistia em ficar o menor em companhia e sob a responsabilidade dos pais, tutor ou guarda, ou aos cuidados de um patronato, e sob a vigilância do juiz” (BRASIL, 1927).

Cinco décadas depois, o “novo” Código de Menores, de 1979, instituía a Liberdade Assistida, que se aplicava ao menor de 18 anos em “situação irregular” (cf. art. 1º, I) e às pessoas entre 18 e 21 anos nos casos expressos na lei (cf. art. 1º, II), definidos no artigo 2º daquele Código, para o fim de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor. A Doutrina da Situação Irregular tinha forte traço conservador e preconceituoso, utilizando termos pejorativos como – por exemplo, “menores” –, estigmatizando, assim, a infância pobre brasileira (RIZZINI; PILOTTI, 1995), pois a população oriunda de outras camadas era denominada criança.

Estes “menores” eram vítimas da violência física, negligência, discriminação social e racial, e injustiças judiciais, demonstrando o abandono em que viviam. Essa doutrina apontava para um cenário caótico, denunciava a falência das políticas, principalmente daquelas direcionadas às crianças e aos adolescentes. Vale tomar

como eixo da história o início da década de 1940, em que o Estado, através de políticas voltadas a população infanto-juvenil, cria o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, destinado a atuar junto aos menores desvalidos e delinquentes.

Após 30 anos de luta da sociedade para acabar com o SAM em razão de suas práticas tipicamente repressivas, em 1964, no primeiro ano do regime militar, é instituída a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em substituição ao SAM.

A FUNABEM tinha como diretriz formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) em todo o território nacional. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM), sistema de internação destinado aos menores em situação irregular: o “menor abandonado”, o “menor carente”, o “menor infrator”, “o menor com desvio de conduta”, o “menor viciado”.

Ressurgem os movimentos populares com o processo de redemocratização e o fim do Regime Militar. Diferentes grupos técnicos, educadores e agentes sociais passaram a discutir alternativas a essa política. “A segunda metade dos anos 80 foi marcada pela presença atuante e inovadora do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” (RIZZINI; PILOTTI, 1995, p. 161).

Neste contexto, o Código de Menores (1979) é amplamente questionado, tornando-se alvo de severas críticas por seu caráter assistencialista e correccional-repressivo. Surge assim uma ampla mobilização no interior da sociedade, através de setores comprometidos com a redefinição dessa política, na luta pelo estabelecimento de uma nova lei e, conseqüentemente, de uma Política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, configurou-se como uma oportunidade de garantir uma atenção diferenciada às crianças e adolescentes.

Foi apresentada a Doutrina da Proteção Integral, significando ruptura com uma organização clientelista-repressiva do Estado e da sociedade.

Após intensa mobilização social, foram incorporados no texto constitucional duas emendas de iniciativa popular – “Criança e Constituinte” e “criança – Prioridade Absoluta” (RIZZINI; PILOTTI, 1995)

Fruto de um intenso processo de discussão, insere-se na Constituição de 1988 o art. 227, definindo direitos e deveres na perspectiva da Doutrina da Proteção Integral.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Derruba-se o Código de Menores (1979), escreve-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei federal n. 8069, de 13 de Julho de 1990.

É inegável que o ECA, no que se refere ao adolescente infrator, constrói um modelo de responsabilização através das medidas socioeducativas, com enfoque na garantia de direitos.

O rompimento com essas práticas – na busca de uma nova intervenção que assegure os direitos dos adolescentes na continuidade de formação escolar, no direito à saúde, ao lazer, à cultura e à manutenção de seus vínculos familiares e comunitários – foi motivo de grande preocupação para a construção do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo como referencial de uma nova forma de conceber o atendimento socioeducativo e colocar em prática os princípios constitucionais absorvidos pelo ECA.

O SINASE objetiva as mudanças propostas pelo ECA em relação à gestão do sistema socioeducativo, com ênfase na confirmação da natureza pedagógica dessa intervenção.

2.2.1 Medidas socioeducativas

Falar de medidas socioeducativas implica discutir política. Além de nos aprofundarmos nas questões ligadas à adolescência e às singularidades dessa etapa de vida, implica nos debruçarmos sobre uma especificidade: o conjunto de ações realizadas no âmbito de política pública a partir de um delito, sendo seu protagonista um adolescente.

Dessa forma, não se estende a todos os adolescentes e têm incidência, duração e lugar limitados. Caracteriza-se, portanto, como uma das ações políticas voltadas para a juventude no Brasil. Falar de política socioeducativa

[...] significa falar sobre o sistema de responsabilidade juvenil existente no Direito Brasileiro. [...] refere-se também aos mecanismos de controle social que incidem diretamente sobre os jovens e, por fim, às ações de cunho preventivo que podem diminuir a vulnerabilidade de muitos adolescentes ou a exclusão social a que estão expostos. (UNICEF, 2004).

A medida, portanto, é a resposta sancionatória do Estado quando o autor do delito é um adolescente. Neste sentido “é sanção jurídico-penal, que cumpre tal qual a pena criminal o papel de controle social” (UNICEF, 2004).

Através do atendimento dos programas socioeducativos, procura evitar a prática de novos delitos e favorecer alternativas de pleno desenvolvimento como pessoa e como cidadão. Tal proposta deve integrar o adolescente como alvo de políticas sociais e de proteção voltadas aos adolescentes em geral, e ações preventivas e de inclusão enquanto infrator.

Este é um aspecto fundamental para desenhar uma política de atendimento ao adolescente. Implica compreender que as medidas socioeducativas são subsidiárias às demais políticas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ausência de alternativas concretas, que lhe permitam viabilizar-se como pessoa, trabalhador e cidadão, acaba levando o adolescente/jovem a murar-se no imediatismo, esse insaciável devorador de horizontes. E na inconsequência, a sua irmão siamesa. A partir daí, torna-se cada vez mais difícil o trabalho social e educativo com esses jovens. Agora, já não é a simples reposição do que lhes foi sonegado que os levará ao caminho do normal crescimento de uma vida e uma carreira. Aqui, a existência já está comprometida em níveis mais profundos. (SEDH, 2006).

É importante para um alinhamento conceitual e de *práxis*, ter presente que as políticas públicas destinadas à infância e adolescência podem ser agrupadas em três segmentos distintos:

1. **Políticas Sociais Básicas**, definidas no artigo 4º do ECA (saúde, alimentação, habitação, educação, esporte, lazer, profissionalização e cultura);
2. **Políticas de Proteção Especial**, conforme os artigos 101, 129, 23 - parágrafo único, e artigo 34 do ECA (orientação, apoio e acompanhamento temporários, regresso escolar, apoio sócio familiar e manutenção de vínculo, necessidades especiais de saúde, atendimento a vítimas de maus tratos, tratamento de drogadição, renda mínima familiar, guarda subsidiada e abrigo);

3. Políticas Socioeducativas, descritas a partir do artigo 112 do Estatuto (Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação).

Dessa classificação, emerge a concepção de um atendimento integrado e intersetorial, sem perder de vista que a política socioeducativa tem incidência restrita e fragmentária. Somente a combinação das três modalidades de políticas realiza a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

No campo das medidas socioeducativas e seus respectivos programas de execução, cabe observar com precisão os objetivos que se pretende atingir na direção de prevenir outros atos infracionais e minimizar a exclusão e a estigmatização, que é a tradução, na prática, daquilo que recomenda o artigo 86 do Estatuto. “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. (BRASIL, 1990).

Para que essas ações ocorram é necessário um ordenamento e distribuição de funções, relatado no Art. 204 do ECA, As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – **descentralização** político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – **participação** da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.”

Para melhor entendimento dos seus efeitos sobre as políticas socioeducativas é necessário ainda trazer à discussão o que estabelece o artigo 87 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, ECA, 1990):

São linhas de ação da política de atendimento:
I- Políticas sociais básicas;

- II- Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- III- Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV- Serviço de identificação e localização de pai, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V- Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

As políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes podem ser classificadas em: Políticas Sociais Básicas Estruturais, Políticas Sociais Básicas de Assistência Social e Políticas de Garantias de Direitos.

As políticas Sociais Básicas Estruturais destinam-se a todas as crianças e adolescentes sem distinção e independentemente de sua condição. Saúde, Educação, Transporte e Habitação são bons exemplos. Já as Sociais Básicas de Assistência Social direcionam-se a grupos de crianças e adolescentes em estado de carência e vulnerabilidade social.

Por fim, a terceira categoria de políticas públicas é voltada a crianças e adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos, seja em razão da omissão de adultos, seja em razão de sua própria conduta, como ocorre com os adolescentes autores de ato infracional.

Ressalte-se que a transferência de competências socioeducativas para os municípios e mesmo para as entidades não-governamentais exige a descentralização dos recursos financeiros necessários à implementação da rede integrada de atenção à criança e ao adolescente mediante a cooperação técnica e financeira dos estados e da União.

As competências exclusivas dos estados federados estão na execução das medidas socioeducativas em meio fechado – a semiliberdade e a internação –, ou, ainda, pode-se dizer, para a execução das medidas institucionais, que se realizam mediante certa contenção da liberdade individual do adolescente.

Não se afastam, todavia, da responsabilidade dos estados, a coordenação e o estabelecimento de normas gerais e a assistência técnica e financeira para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

Evidencia-se, dessa forma, que as políticas socioeducativas, como parte integrante de uma política de atendimento abrangente à infância e juventude, devem necessariamente fazer parte da agenda política de todos os entes políticos, e não

somente do município, e que a condução que se dá à temática reflete, principalmente, como as instâncias de participação social vem tratando das questões pertinentes ao trabalho socioeducativo.

Ressalto, como reflexão de militância na temática criança e adolescente nos Conselhos Municipais, que a autonomia municipal possui uma importante interface com as políticas socioeducativas. Do ponto de vista normativo, as políticas municipais de atenção à infância e juventude são de responsabilidade dos Conselhos Municipais de Direitos (CMDCA's). No que se refere à organização e execução de serviços públicos, cabe ao município executar, a partir de uma política que integre várias secretarias, os programas em meio aberto.

Mesmo que o adolescente cumpra as medidas de semiliberdade ou internação, de responsabilidade do Estado, é para o município que o adolescente retornará; lá que está sua família, sua escola, sua comunidade de pertença, seu trabalho gerador de renda. É imprescindível uma atuação, neste sentido, que possibilite um *continuum* nas intervenções como concretização de uma rede de serviços que se configure de forma compartilhada na responsabilização do atendimento.

As diretrizes político-administrativas constantes da Constituição Federal e do próprio texto do Estatuto da Criança e do Adolescente formatam um sistema de cooperação e distribuição de competências entre União, estados e municípios, estendendo-se, em alguns casos, a organizações não-governamentais e sociedade civil organizada. Entretanto, o entrelaçamento e comprometimento dessas instâncias dependerá do entendimento social sobre os jovens em cumprimento da medida socioeducativa e, fundamentalmente, do que se entende como necessário ao rompimento do ciclo delitivo.

Infelizmente, a família, nesse contexto, é comumente considerada como parte do problema, e não da solução. As péssimas condições que muitas vezes estão seus filhos são vistas como prova de sua desqualificação e da sua incapacidade.

É no contexto dessa forma de enfocar a situação que se produz um certo tipo de resposta social perversa e irresponsável das políticas públicas e das entidades não-governamentais no Brasil e em praticamente toda a América Latina. Em vez de ajudar a família, para a família ajudar o menino, vamos ajudar o menino, para que ele possa ajudar sua família. Essa maneira de ver, de entender e de agir inverteu a ordem natural das coisas e transformou o trabalho precoce de problema em solução. (SEDH, 2006).

O Capítulo IV - Das Medidas Socioeducativas - Seção I do ECA elenca as disposições gerais sobre as medidas socioeducativas:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (BRASIL, 1990).

Sua operacionalização depende de outras esferas, articuladas e afinadas com o objetivo de responsabilizar, mas também efetivar e garantir direitos, base segura para uma atuação de cidadania.

2.2.2 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares

O artigo 204, inciso II da Constituição Federal, e o artigo 88, inciso II do Estatuto da Criança e do Adolescente, conferem aos Conselhos a tarefa de deliberação e controle em condições de igualdade em relação aos governantes.

Na condição de órgãos deliberativos, os Conselhos decidem, mas não possuem a primazia na formulação de políticas, haja vista que outros órgãos de governo podem adotar suas próprias políticas. Desse modo, ganha especial importância a função de controle, através da qual os Conselhos apreciam e fiscalizam as ações executadas pelo poder público e pela sociedade civil, na hipótese de descentralização administrativa.

A apreciação pressupõe que todas as políticas sejam submetidas ao crivo dos Conselhos; do contrário, contraria-se o Estatuto e a Constituição. A fiscalização dá-se

pelo exame de contas públicas e inspeção sobre as políticas de governo em todos os aspectos (financeiros, administrativos e pedagógicos).

Quanto à composição, não há representação pessoal nos Conselhos. Todo conselheiro representa uma instituição, seja pública ou privada, e, tendo em vista a natureza de sua função – como de interesse público relevante –, não receberá remuneração alguma, nos termos do artigo 89 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “A função de membro do Conselho Nacional e dos conselheiros estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada”. (BRASIL, 1990).

Situados no âmbito municipal, os Conselhos Tutelares, cuja previsão legal encontra-se nos artigos 131 a 140 do ECA, com atribuição bastante diversa dos Conselhos de Direitos, desempenham um papel significativo acerca das medidas socioeducativas quando sua execução se dá de forma contrária à lei, denotando ações ou omissões do Estado ou da sociedade que ameaçam ou violam direitos dos adolescentes. Por essa razão, a relação entre os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares dever ser de reciprocidade e também de cooperação como preconizado pelo ECA.

O preconceito social que atinge esses jovens, vendo-os como seres humanos inferiores, aos quais não cabem direitos, mas um tratamento rigoroso, é um dos grandes entraves à efetivação de políticas que possam trabalhar de forma convergente ao desenvolvimento pleno desses sujeitos.

Essa imagem afasta a população, no geral, da condução dessa política, permitindo que a administração pública e as entidades não-governamentais responsáveis pela execução realizem-nas a seu critério e conveniência, independentemente da existência de leis, diretrizes referenciais.

Temos aqui uma situação paradoxal: lida-se com interesse público, com recursos públicos, de forma arbitrária.

Como demonstração dessa conveniência que acaba por gerar muitas arbitrariedades decorrentes desse entendimento social, temos o relatório “Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes no país – Relatório da Resolução 67/2011”, produzido pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2013. O relatório demonstra um sistema tão deteriorado quanto a estrutura carcerária destinada a adultos.

A consolidação dos dados foi colhida por promotores de todo o país entre março/2012 e março/2013, portanto bem atualizado. Apresenta uma realidade de rebeliões e mortes, superlotações. Foram visitadas 89,4% das unidades de internação e 86,1% das unidades de semiliberdade.

A superlotação ocorre em 16 estados, há problemas de insuficiência do espaço, negligência em relação a separação dos adolescentes de acordo com critérios de idade e compleição física, resultando no aumento de violência e abuso. Ocorre, inclusive, a sobreposição de sanções atribuídas por mau comportamento os internos, ou seja, uma potencialização do agir violento.

Aponta-se a insuficiência de estrutura e recursos humanos para viabilização aos internos do estudo e atividades profissionalizantes como o maior problema a ser enfrentado. Como consequência, tem-se uma rotina ociosa semelhante a um presidiário.

Amargam-se, na atualidade, os resultados de mais de duas décadas de indiferença à doutrina da proteção integral trazida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere aos adolescentes em conflito com a lei. Como se pôde ver amplamente nos gráficos que compõem esta primeira publicação, faltam espaços para escolarização, profissionalização e práticas esportivas, lazer e cultura, dentro das unidades, relegados os adolescentes e jovens ao ostracismo e à falta de perspectivas otimistas. Falta garantir-lhes a mínima dignidade enquanto cumprindo medidas de privação de liberdade. Como esperar então que esses sejam espaços de ressocialização?

Um retrato triste e revelador é trazido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: a partir de oitivas informais e plantões de atendimento, 29% dos adolescentes ouvidos, envolvidos em atos infracionais, afirmaram não ter sonhos. (CNMP, 2013, p. 81).

Em relação ao acompanhamento de egressos, previsto no SINASE, em mais de 80% das unidades no país não há atendimento aos egressos e a suas famílias pela equipe técnica da unidade, ausência em parte explicada pelo deficiente número de equipes multidisciplinares dentro das unidades.

Cabe ressaltar que os responsáveis pelo relatório enfatizam que onde há esforços e vontade política para atender as normativas do SINASE é possível ver progresso e mesmo metas atingidas. Para eles, em vários aspectos, trata-se de afinar um sistema que é intersetorial, que depende de diferentes frentes do poder público, ou melhor, das políticas públicas.

2.2.3 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei

O SINASE é o conjunto de princípios e normas para a execução das medidas socioeducativas. Instituído primeiramente por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), tornou a Lei Federal 12.594, sancionada a 18 de janeiro de 2012.

Não temos neste trabalho a proposta de aprofundarmos nos aspectos legais das medidas socioeducativas. Entretanto, para fins de entrelaçamento das responsabilidades elencadas no tópico anterior, destacaremos, em anexo, os artigos relacionados aos programas de atendimento, meio fechado e meio aberto, o PIA – Plano Individual de Atendimento que se configura como o norteador do trabalho a ser desenvolvido com o adolescente e o PPP – Plano Político Pedagógico que norteia o trabalho desenvolvido pelos programas, requerendo avaliação atualizada sobre o trabalho desenvolvido e resultados alcançados.

Neste momento, gostaríamos de ressaltar, como bem colocado pelo educador Antonio Carlos Gomes da Costa, a importância do PIA e do PPP como norteadores do trabalho desenvolvido e, em especial, da ressonância que deve pautar as reflexões das equipes de trabalho envolvidas na temática.

2.2.3.1 O PIA

O SINASE criou a obrigatoriedade do PIA (Plano Individual de Atendimento). Trata-se de um instrumento de planejamento, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, postulado pelos envolvidos na execução da medida. O propósito fundamental do PIA é a personalização do atendimento ao jovem em conflito com a lei; portanto, o PIA se configura como uma ferramenta importante para a evolução pessoal e social do adolescente e para a conquista de metas e compromissos estabelecidos no decorrer da medida e adequação às necessidades do adolescente e sua família e como ponto central da estruturação de sua execução.

Dessa forma, o PIA será utilizado na construção de metas e compromissos pactuados com os jovens que cumprem medidas socioeducativas e suas famílias, e consiste no acompanhamento, avaliação e evolução pessoal e social desses jovens, propiciando maior concretude em relação aos seus avanços e/ou retrocessos no processo socioeducativo.

Este Plano prevê momentos de intervenção diferenciados pelas várias áreas que atendem os adolescentes em medida socioeducativa, iniciando-se no processo de acolhimento e devendo ser concluído após 15 dias no caso de internação provisória e 45 dias no caso de internação, por exemplo. É importante ressaltar que tais intervenções precisam ser caracterizadas por abordagens adequadas às necessidades específicas de cada adolescente e de sua família, devendo ser voltadas à sua evolução pessoal e social, considerando as dimensões pessoal, social e coletiva. A abordagem deve acontecer de forma multiprofissional e interdisciplinar, envolvendo os diferentes aspectos que interagem no cotidiano dos adolescentes no contexto em que estão inseridos, além de suas potencialidades e sua capacidade de enfrentamento e superação de dificuldades.

No caso do cumprimento da medida de internação, o PIA só poderá ser construído a partir de uma proposta de diagnóstico polidimensional e individualizado, com definição de ações a serem implementadas, compreendendo a situação processual e as providências necessárias, a fixação das metas a serem alcançadas pelo adolescente e a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas das quais o adolescente irá participar, prevendo, inclusive as condições para o exercício da sexualidade e as medidas especiais de atenção à saúde.

Além disso, a elaboração, acompanhamento e reavaliação do PIA incluem discussões permanentes em encontros periódicos, quinzenais e/ou quando necessários com a equipe multiprofissional de referência do adolescente e de sua família.

Assim, a eficácia do PIA muito dependerá deste estar sempre sujeito a reformulações, de acordo com o processo evolutivo do adolescente ou quando forem necessárias, por demanda do adolescente, dos familiares ou dos profissionais responsáveis pelo atendimento do jovem.

2.2.3.2 O PPP

Um PPP – Plano Político Pedagógico – apresenta duas dimensões: a política e a pedagógica. É político, pois expressa o compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade, e é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da ação, que pode ser de cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo (ANDRÉ, 2001).

No item 6.1 do SINASE – Diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo – considera-se o Projeto Pedagógico como “ordenador da ação e gestão do atendimento socioeducativo”.

O SINASE estabelece, ainda, as diretrizes que as entidades de atendimento e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação deverão orientar e fundamentar a prática pedagógica.

Cada um dos princípios, diretrizes e parâmetros deve estar claramente descrito no Plano Político Pedagógico (PPP) das entidades ou programas que executam o atendimento socioeducativo. Esta é uma ferramenta importante para organização do trabalho e para assegurar o comprometimento de todos com novas práticas, uma vez sua construção pressupõe a participação de toda comunidade socioeducativa.

O projeto pedagógico deve ser claro e conter minimamente:

- Público alvo
- Regimento interno
- Capacidade
- Regulamento disciplinar
- Fundamentos teórico-metodológicos
- Reuniões de equipe
- Recursos humanos e financeiros
- Monitoramento e avaliação
- Detalhamento da rotina
- Estudos de caso
- Organograma
- Fluxograma

- Elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento

Considerando o princípio da incompletude inconstitucional, não são apenas os profissionais das instituições ou programas de atendimento que devem se comprometer com a PPP. Os diversos sistemas (SUAS, SUS, entre outros) que compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) devem manter interface com o SINASE ampliando, assim, as condições para a realização dos direitos, pois os adolescentes devem ser compreendidos a partir de todas as dimensões que os constituem.

A ação socioeducativa deve, portanto, respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente, levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a particularização no seu acompanhamento.

O PPP é o que subsidiará a proposta socioeducativa.

2.2.4 Dados brasileiros do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei

Desde 1996, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) divulga o “Levantamento sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei”, com informações gerais sobre essa política pública.

Tomaremos como referências dos dados o relatório que retrata o mês de novembro/2011, por ser o mais atualizado. Os dados estão disponibilizados no sitio <http://www.obscriancaeadolescente.gov.br>.

Sua base de dados, segundo a SDH, foi elaborada da seguinte forma:

- a) Informações fornecidas pelos órgãos gestores estaduais no que se refere aos programas de privação e restrição de liberdade;
- b) Levantamento realizado, com apoio dos governos estaduais e tribunais de justiça, em programas de meio aberto;
- c) Informações fornecidas pelo Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em relação ao apoio prestado pelo Governo Federal aos municípios para os programas socioeducativos em meio aberto;

d) Fontes complementares de informações o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA).

Nossa proposta é utilizar o Levantamento como fonte de dados para vislumbrarmos o movimento enquanto política de atendimento que ocorre no Sistema Socioeducativo.

Segundo o Levantamento, o sistema era composto por 17.703 adolescentes em 2010. Em 2011, verificou-se um aumento de 1892 adolescentes em relação ao ano de 2010. Esse percentual, além de interromper uma redução no crescimento da taxa de internação que se verificou de 2006 a 2009, indica uma preocupante tendência de inversão, conforme dados abaixo:

QUADRO 1 – Percentual de crescimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

2006 para 2007	7,18%
2007 para 2008	2,01%
2008 para 2009	0,43%
2009 para 2010	4,50%
2010 para 2011	10,69%

Fonte: (SDH,2012).

Em números absolutos, o maior crescimento é do estado de São Paulo, que passou de 6814, em 2010, para 8177, em 2011; ou seja, houve um aumento de 1.363 adolescentes internados. Dessa forma, o Estado de São Paulo contribuiu com 72% do crescimento da taxa. (SDH, 2012, p. 13).

Manteve-se a predominância de internos do sexo masculino, 95%.

Em relação aos atos infracionais, houve crescimento da participação do tráfico de drogas no rol de atos infracionais cometidos pelos adolescentes em internação, crescimento que passa de 7,5%, em 2002, para 26,6%, em 2011. Isso leva a reconhecer o cenário de exposição ao risco da população adolescente e a necessidade de fortalecimento de uma rede de proteção, com a efetiva integração das políticas.

Houve redução de atos graves contra a pessoa entre 2002 e 2011: homicídio passa de 14,9% para 8,4%; latrocínio, de 5,5% para 1,9%; estupro, de 3,3% para 1,0%; e lesão corporal passa de 2,2% para 1,3%. Tais dados contrariam a imagem do adolescente comumente veiculada na mídia como uma “ameaça crescente à sociedade”.

A taxa de internação cresceu de 8,8 para 9,5 adolescentes internos para cada 10.000 adolescentes, dado que exige a definição de uma estratégia/investimentos conjuntos entre sistema de justiça e executivo no sentido de interromper tal crescimento.

Das 448 unidades de restrição e privação de liberdade no país, 17% (75) encontram-se inadequadas aos parâmetros do SINASE e 14% (62) em condições ruins ou péssimas, o que reafirma a necessidade de investimento no reordenamento da rede física instalada. Essas avaliações foram realizadas através de questionários encaminhados aos gestores das unidades. Segundo as respostas, 65% das unidades encontram-se em ótimas e boas condições físicas, enquanto 19% foram avaliadas como regular e 14% como ruim e péssimas.

Estes dados da rede física demonstram a falta de equalização nos referenciais de atendimento, em especial entre as diretrizes e os gestores do atendimento, pois divergem do Relatório da Infância e Juventude – *Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes no país*, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Nos dizeres dos Promotores,

apesar dos registros preocupantes trazidos nesta publicação, a percepção dos gestores estaduais quanto às condições físicas das unidades, curiosamente, é bastante otimista. A partir das informações fornecidas pelos órgãos gestores, 64,73% as unidades de internação e semiliberdade, no que concerne às suas condições físicas, foram consideradas ótimas ou boas. (CNMP, 2013, p. 45).

O Levantamento realizado pela SDH corrobora com essa necessidade de equalização, evitando, assim, as conveniências e arbitrariedades.

Conclui-se, a partir da informações, uma grande diversidade de lócus institucional para a gestão das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, repercutindo também em diversidade de investimento, estruturação do sistema bem como em seus resultados. Tal situação dificulta um alinhamento hierárquico entre os nível federal,

estadual e municipal e aponta para uma necessidade de consensos sobre organização da gestão do Sistema Socioeducativo. (SEDH, 2012, p. 48)

2.2.5 Estatuto da Juventude

Em agosto de 2013, após dez anos tramitando no Congresso Nacional, foi sancionada a lei 12852/2013 que se refere ao Estatuto da Juventude. Considera-se jovem a população entre 15 e 29 anos.

O Estatuto dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas da juventude e ainda cria o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE.

Parece-nos que a nova lei da juventude obriga o militante da causa infanto-juvenil a atentar-se para a correlação com o ECA.

Como primeira impressão, o Estatuto da Juventude soma-se ao ECA para a garantia de direitos, pois abarca uma faixa etária em comum, dos 15 aos 18 anos.

Dessa forma, os profissionais que atuam com políticas de atendimento da criança e do adolescente sempre norteados pelas diretrizes do ECA, se a ação envolver adolescentes entre 15 e 18 anos, deverão atentarem-se também ao Estatuto da Juventude.

Tais leis operarão em conjunto? Este enlace resultará efetivamente, em melhorias na garantia da efetivação de direitos?

3 VIOLÊNCIA – ONTEM, HOJE... SEMPRE?

Nenhum grito ou tormento pode ser maior do que um grito de um homem...Ou, mais uma vez, nenhum tormento pode ser maior do que aquilo que um único ser humano possa sofrer...O planeta inteiro não pode sofrer um tormento maior do que aquele que uma única alma suporta.

Ludwig Wittgenstein

A temática da violência vem sendo tratada de muitas maneiras e a partir de várias definições: alguns autores expõem-na pela dimensão física do ato de agredir, outros destacam o viés psicológico, simbólico. É consenso que não é um fenômeno isolado, unicausal e se manifesta de muitas formas.

Pesquisas brasileiras destacam-se em apontar os grandes impactos da violência estrutural, intrafamiliar, institucional e da delinquência, em especial sobre crianças e adolescentes, retirando-lhes a vida precocemente ou deixando profundas marcas de dor e sofrimento. Marcas estas que, na maioria das vezes, se desdobram em grandes nós a serem desfeitos na tentativa de transformações positivas nas histórias de vida.

Entretanto, mesmo que não “bebamos” da mesma fonte, a violência sempre nos impacta, mobiliza-nos. Ao falarmos sobre violência, certamente todos nós temos a relatar fatos, episódios, situações que nos deixaram marcas. Marcas que nos permitem uma reflexão sobre valores, sobre seres vivos, sobre o sentido da vida.

Nos dizeres de Trassi (2006, p. 17),

a abordagem deste tema implica a explicitação de um pressuposto: não há neutralidade possível frente à violência. É necessário produzir um conhecimento solidário, aquele que se aproxima, que está ali onde a dignidade humana está ameaçada, onde não existe a palavra.

Como exemplo, remeto ao relato de Silva (2012, p. 83):

era uma quarta-feira do mês de Junho de 2003. Dirigíamo-nos, eu e minha amiga que também trabalhava na Maré, para o Bar do Galega, uma pensão que serve refeição na comunidade. Enquanto comíamos, percebemos um silêncio enorme e repentino que nos chamou imediatamente a atenção, já que uma das características da favela é um enorme barulho causado pelas músicas altas vindas dos bares e das casas, assim como dos carros com seus alto-falantes anunciando os mais diversos serviços. Ao olharmos para fora, fomos

surpreendidas por um grupo de jovens com armas em punho, que passavam na rua, na nossa frente, empurrando um carrinho de madeira; tipo um carro de feira, onde levavam um jovem amarrado. Era visível o alto grau de excitação dos jovens e adolescentes envolvidos com a cena. O fato chamava a atenção e muitos moradores saíram às suas portas e janelas para assistir, como um desfile de Carnaval ou cívico, na rua principal da favela.

Ao ver aquele tumulto que se formava em torno do grupo, a fim de identificar quem estaria sendo levado no carro de feira, minha amiga me perguntou, em tom de espanto, o que acontecia naquele momento. Respondi de pronto: “O adolescente amarrado será assassinado. Provavelmente deixou de prestar contas de alguma coisa, na boca do fumo ou roubou aqui na favela.”

Minha amiga, a essa altura já assustada, arregalando os olhos, disse: “Eliana, sobre o que você está falando? Como você pode me dizer com tanta naturalidade que alguém está sendo levado para ser assassinado dessa maneira? Em qual século e sociedade estamos?” Ao ver sua reação, entendi que apenas ela não sabia o que aconteceria ali naquele momento. Ela era o Outro, a diferente. Diante da indagação de seu rosto, pensei no quanto ela tinha razão e como era espantoso que fatos como aquele pudessem ser “aceitos” como parte de uma determinada realidade. Senti, então, uma tristeza enorme, por entender claramente o que ela apontava. Percebi, de maneira profunda, os efeitos da banalidade da violência em mim e nas pessoas com quem há tanto tempo vivo e como essa visão estava impregnada em muitas relações ali estabelecidas.

É interessante a análise da autora, que identifica este relato um exemplo da banalização da violência, muito presente na sociedade brasileira. Isso nos alerta para uma das questões que, certamente, são mantenedoras da violência: a indiferença.

Lemos, no texto da autora: “o fato mais evidente para mim, de como a violência cotidiana supera inclusive os crivos ideológicos e de forma ampla, éticos, foi minha postura e a de outros moradores da Maré em relação ao jovem conduzido para a morte”. (SILVA, 2012, p. 89).

Felizes estaríamos nós se a indiferença se manifestasse somente nos que são insensíveis aos dramas humanos. Pelo contrário, mesmo sendo sensíveis, poderá ocorrer um processo adaptativo para nos poupar do encontro. Nas palavras de Soares (2004, p. 134), “ele funciona sem a nossa autorização e às vezes contra a nossa vontade consciente. Serve para proteger-nos. Para salvar-nos do que é doloroso. Para livrar-nos da dor e poupar-nos do sofrimento”.

Certamente, de forma geral, com mais facilidade entendemos quando a violência se apresenta de maneira física ou psicológica. Situações com manifestação

simbólica como estigmas, preconceito, discriminações, até por estarem socialmente naturalizadas, exigirão um maior repertório e atenção nos debates.

Não há um consenso sobre as manifestações da violência, em especial nas relações sociais. É notória a maior divulgação feita pela mídia quando as situações ocorrem tendo como vítimas pessoas integrantes das classes mais favorecidas. Ainda assim, como nos aponta Kuhn Jr (2008), ela é divulgada como um acontecimento, não como manifestação muito recorrente no cenário social.

Nos dizeres do autor,

de modo geral, a violência é visibilizada como acontecimento, especialmente pela inteligência midiática, dentro dos esquemas causais (de causa e efeito): é aquela que aparece como consequência, como resultante de uma série de ações equivocadas na condução da vida moderna: seja pela resultante da crise econômica, fundamentalmente expressa na desigualdade social e na crise do emprego (resultante de um sistema econômico reconhecidamente acumulador), seja como resultante da inoperância do Estado, expressa principalmente na crise dos seus mecanismos sociais de controle da violência (judiciário e forças policiais). (KUHN JR, 2008, p. 36).

Para o autor, esse enfoque dá força ao assistencialismo público e privado, à repressão, à criminalização legal e à privatização da justiça como formas de solução para este problema social.

Do mesmo modo, nos autoriza a investir esforços na identificação dos culpados pelos atos violentos, que geralmente não somos nós: “a culpa é do governo (inoperante), a culpa é da família (desequilibrada), a culpa é do indivíduo (desequilibrado), a culpa é da escola e assim por diante” (KHUN JR, 2008, p. 36).

Outro aspecto importante nas manifestações da violência refere-se a uma tolerância maior ou menor, conforme seus atores e alvos, não considerando o ato violento praticado.

Dessa forma, não deve ser pensada unicamente como consequência de injustiças sociais, somos levados a compreendê-la como um componente mediador da sociedade, ligado às relações de poder.

Lemos em Bauman (2008, p. 259), ilustrando essa questão a partir daqueles que são chamados de terroristas:

não há dúvida de que o terrorismo é brutal e sangrento e que as

peças chamadas de “terroristas” estão prontas e impacientes para matar quantos mortais forem necessários para assegurar o nascimento ou a sobrevivência de sua causa. No entanto, a questão é que a “etiqueta” de terrorista” das pessoas que atiram, lançam bombas e queimam outros cidadãos depende menos da natureza de suas ações do que da simpatia ou antipatia daqueles que imprimem as etiquetas e as colam. [...]

Terroristas fazem violência; para ser mais preciso, chamamos de violência o que os terroristas fazem. Essa definição reversível mostra como é bastante difícil definir violência aos nos referirmos apenas ao atributo do ato [...].

O autor nos apresenta a violência como um conceito contestável, inserido num contexto de legitimidade ou não. “A violência é uma coerção ilegítima: para ser mais preciso, uma coerção à qual foi negada a legitimidade” (BAUMAN, 2008, p. 260).

Nem toda a subjugação da liberdade, da integridade corporal ou da dignidade humana aparece como violência. Talvez tenhamos, nesse entendimento, um dos dilemas enfrentados na sociedade brasileira.

O Brasil apresenta muitos desequilíbrios na distribuição de bens e serviços, de recursos agravados pela banalização dessa desigualdade. Neste contexto, algumas versões da violência tornam-se praticamente invisíveis.

Endo (2008, p. 26) nos auxilia no entendimento desse ciclo:

a desigualdade cotidianamente ratificada tem como consequência imediata a construção de uma malha que articula e desdobra novas formas de violência que, por sua vez, se colocam à serviço da manutenção das desigualdades e cuja lógica repousa em contradições e paradoxos que inibem a criação de formas para enfrenta-las. É quando a violência encontra apoio e suporte em todos os setores da sociedade, que alimentam e a mantêm como dispositivo aceitável e mesmo desejável.

Dessa forma, a desigualdade instalada legitima as violências, tanto na sua manutenção quanto em seus desdobramentos, na criação de novas assimetrias adquiridas nas degradações daqueles que são diferentes, trazendo para si algumas vantagens (ENDO, 2008).

Situações dessa natureza nos remetem ao nosso passado colonial, quando a violência endossava e determinava os territórios da desigualdade, ordenando, legalmente, a sociedade como “cidadão” e “não-cidadão”.

Autores como Caldeira (2000), Adorno (1996) e Pinheiro (1998) ressaltam a estreita relação entre os processos violentos no período escravocrata e as formas de violência no Brasil que vivemos hoje.

A ideia de herança possivelmente se expressa num autoritarismo socialmente aceito que legitima as ações violentas das instituições de controle social, justamente aquelas que deveriam combater a violência. Nesse contexto, a impunidade assegura a perpetuação.

Para Kuhn (2008, p. 43), a violência se apresenta como um componente constitutivo dos nossos próprios modos de organizar as relações e que, modernamente, “ocupa lugar privilegiado na reprodução social”.

Nos dizeres de Endo (2008, p. 27):

essa é uma herança que se mantém viva e determinante na formação da sociedade brasileira, como um modelo de organização social violenta não superado e de diversas maneiras mantido intacto em zonas onde o Estado se ausentou e nas quais vigoram os padrões de ilegalidade e do arbítrio. Um modelo que resiste, paradoxalmente, ao advento da própria democracia e que, nas últimas décadas, vem contribuindo decisivamente na ampliação de zonas de exclusão, nas quais a desigualdade e a violência determinam sua condição de não-cidade, de não-lugar.

Bauman (2008, p. 261) nos apresenta como a violência está presente, e legitimada, nos processos civilizatórios. É como se a alguns fosse permitido serem cruéis, ou “aqueles do direito a ser cruel”:

[...] o que foi gravado em seu tempo como um triunfo da ordem civilizada tende a ser reescrito algum tempo depois como uma história arrepiante de violência cruel – como tem sido o destino da “pacificação” dos “violentos povos tribais” da Índia ou a domesticação dos índios selvagens da América e dos aborígenes na Austrália.

Temos, então, um dilema nos fundamentos da ação violenta: a guarda da ordem é tanto uma luta para eliminar a violência, que é uma coerção ilegítima, como um esforço para legitimar a coerção “útil e necessária”.

Se a violência é uma coerção ilegítima, quem são os legitimadores dessas ações? No exemplo da Maré, estariam os adolescentes legitimados a assassinar aquele que “descumpriu as regras do tráfico”? Ainda com relação às favelas, estão os policiais legitimados para o uso de ações violentas quando adentram esses espaços,

fatos frequentemente veiculados nos meios de comunicação? Outro exemplo nos dias atuais são as questões ligadas às tribos indígenas e as ações praticadas para desalojamento dos territórios: tais ações são entendidas como violência?

A sociedade está mais violenta, ou estamos falando mais sobre violência? A mídia aponta dados e oferece-nos cenas: a violência é apresentada como um espetáculo. Há, nos jornais mais populares, chamadas espetaculares para a questão. Faz-nos recordar de outros momentos da humanidade: as cenas de enforcamento, as Cruzadas, os cristãos sendo lançados aos leões, os gladiadores.

A violência está aí, controlada ou não. Qualquer legislação mantém-se com o recurso do poder, que é uma forma de violência. Entretanto, peça fundamental no processo civilizatório.

O problema de como pensá-la se aborda a partir da consideração das matrizes de produção social e psíquica do sujeito, inscritas nas relações históricas de poder, de onde as formas de segregação urbanas da cidade cumprem um lugar central. Certamente, as desigualdades sociais potencializam a violência.

Como abordá-la: como uma violência reativa, em que os sujeitos reagem com violência frente às condições sociais de vida, ou como expressão interna ou força destruidora do próprio sujeito?

Dado esse enfoque, as emergências de violências subjetivas têm de ser entendidas dentro do problema da conformação cultural das violências contemporâneas, abrindo a discussão sobre os efeitos de uma conformação estrutural e simbólica de violência sobre o sujeito.

Na luta contra as violências, que perpassa o entendimento de suas manifestações, faz-se necessário um constante refinamento do olhar.

Conforme nos fala Brum (2006, p. 16),

[...] olhar é exercício de resistência. Diário e contínuo. Vigilante. Onde se luta contra a cegueira das cenas repetidas. Se briga contra a poeira do cotidiano. De tanto insistir no enredo, por todo dia parecer o mesmo e visto do mesmo ângulo, acredita que se enxerga o que sequer se vê. É este o perigo à espreita. Porque não olhar é mais comum do que olhar. É a regra não a exceção. Fantasiado de olhar, o não-olhar ilude. Escraviza. É sempre uma opção pela exclusão, pela insensibilidade e pela indiferença.

Ratos de laboratório não olham. E por isso se batem pela jaula do seu mundo. Animas de zoológico não olham e por isso são incapazes de adivinhar a liberdade. Seres humanos tem a obrigação de olhar. Porque não ver é crime. Ou omissão. Ao domesticar o olhar, se

assassina a vida. E a possibilidade de transformá-la. Ao banalizar a violência, a injustiça e o vilipêndio, o que se mata é a vontade. E a sua irmã, a indignação. Ao decidir olhar, o homem escolhe seu lado na História. Faz a sua opção pela inclusão, pela solidariedade e pelo reconhecimento do outro como igual.

A história do homem pode ser contada pela luta sem tréguas entre duas oposições. Por trás de cada guerra existe um não-olhar que desconhecei o outro como semelhante. E por trás de cada mão estendida existe um olhar que percebeu no outro um igual. O olhar humaniza. E o não-olhar coisifica. Por isso, as revoluções pelas armas nunca vingaram. E mesmo quando parecem vencer não estavam mais do que repetindo o que juraram derrubar. Porque a única revolução possível, verdadeira, é a que se consuma pela olhar.

3.1 A violência como valor

Você chama de violenta as águas de um rio que tudo arrasta, mas não chama de violentas as margens que o aprisionam.

Bertolt Brecht

O Brasil hoje, a sexta maior economia do mundo, está em oitavo lugar no *ranking* internacional de violência, *ranking* que leva em consideração a taxa de homicídios registrados no país a cada ano. Destoa a emergente economia e a violência. Atingimos a média de 50 mil homicídios por ano, sendo a região nordeste a mais violenta no Brasil hoje. Essas 50 mil pessoas são, em sua maioria, homens negros, entre 14 e 24 anos, pertencentes a camadas mais pobres do país.

A história brasileira é marcada por períodos de coerção endêmica, entendidos como ordinários e normais, fato que favorece o entendimento da violência como necessária a uma certa ordem, sendo utilizada como dispositivo eficaz na solução de conflitos.

No “descobrimento”, na ocupação europeia do território, os portugueses dizimaram a população indígena, levando-a à quase completa extinção, principalmente por razões econômicas. Seguiu-se o período da escravidão, em que o negro ocupava o lugar de não-cidadão, sendo tratado como coisa, sujeito aos mandos e desmandos de seus senhores. Menos de um século depois, vivemos a Ditadura, quando os direitos individuais foram solapados em nome da “ordem”. Característica comum nesse processo histórico é o estabelecimento e reforço de ligação entre um

protetor e um ser sem defesa, anulando ou aniquilando o mais fraco ou o mais enfraquecido.

A Constituição de 1988, que acabou de completar 25 anos, trouxe muitas mudanças, em especial na garantia de direitos, preservação da vida e da dignidade. Houve muitos desdobramentos das garantias asseguradas pela Constituição: Estatuto da criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto da Juventude, são exemplos.

Somos um país de muitas leis, algumas consideradas de alto “gabarito”, na falta de uma palavra melhor, mas patinamos nas ações. Talvez a necessidade de tantas leis tratando temáticas específicas seja um indicativo de que ainda precisamos amadurecer enquanto nação nos preceitos humanos, independentemente de cor, raça, idade, condição socioeconômica e crença. Possivelmente ainda estamos mais voltados para objetivos particulares, ou de pequenos grupos, e nos desviando dos universalizáveis, necessitando de “identificações normativas como mediação necessária à construção da identidade e a formação dos ideais, tanto ao sujeito quanto ao grupo”. (FERNANDES, 2002).

Tem-se uma sociedade onde as assimetrias sociais e pessoais e as diferenças são transformadas em desigualdades, e estas em relação de hierarquia, mando e desobediência – “sabe com quem você está falando?”. Indivíduos tomam lugares de superiores ou inferiores. As relações acabam por tomar forma de dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, e assim fazem da violência simbólica a regra da vida social e cultural.

As leis acabam sendo usadas como armas para preservar privilégios, legitimar a repressão e opressão, ocasionalmente definindo direitos e deveres. Os direitos sendo apresentados sempre como concessão e outorga do Estado, dependendo do arbítrio do governante, gera uma consciência social difusa expressa em ditos como: “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”. É público o quanto o sistema prisional está repleto de casos antigos aguardando julgamento, situações de pequena gravidade com enrijecimento de penas e políticos com inúmeros processos se ter jamais passado por uma porta de presídio.

A esfera pública define-se pelas exigências do espaço privado, a vontade e o arbítrio são as marcas de governo e instituições públicas. Podemos citar como exemplo as disputas pela posse da terra cultivada ou cultivável sendo resolvidas pelas armas e pelos assassinatos clandestinos. Temos as desigualdades econômicas regionais, há regiões onde pessoas morrem pela desnutrição e fome absoluta; temos

a questão indígena, o desrespeito à cultura e a demarcação de suas terras; mulheres são espancadas ou estupradas recorrem às delegacias de polícia e ali são novamente vitimizadas. Enfim, a esfera pública não funciona como pública mas responde a interesses, de grupos ou de pessoas.

Segundo o dicionário Houaiss, “a violência é a ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No âmbito jurídico, esse dicionário descreve a violência como “o constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obriga-lo a submeter-se a vontade de outrem; coação.”¹

Na comunidade internacional de direitos humanos (SERASA, 2006), a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); direitos políticos (direito a votar e ser votado, de ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

Para Camacho (2001), sempre haverá uma dificuldade em se definir violência devido às diferentes maneiras de compreendê-la nos diferentes períodos da humanidade e, ainda, porque cada pessoa interessada pelo tema pode se permitir compreendê-la conforme seus valores e ética.

Diariamente nos chegamos, por meio da mídia, notícias dos mais variados tipos de violência vivenciados na sociedade brasileira e no âmbito internacional.

Dessa forma, concebida de múltiplas maneiras na relação social, a violência pode ser caracterizada como imposição de algo realizado por um indivíduo/grupo social a outro indivíduo/grupo social contra a sua vontade. Dependendo da forma, pode ser classificada como criminal, policial, estatal, institucional, podem também ocorrer na forma física ou psicológica, doméstica, rural, urbana, escolar, ou dentro outras classificações, podendo ser aparente ou não.

Nesse contexto, as formas psicológicas ocasionadas por ameaças, humilhações, intimidações, rejeição e desrespeito não são tão evidentes. A invisibilidade desse tipo de agressão contribui para gerar ambientes de segregação onde grupos delimitam seus espaços pela violência.

¹ Cf. www.uol.com.br/houaiss.

Silva; Silva (2005, p. 15), propõe um entendimento da violência como forma de controle e realização dos desejos. Nas palavras dos autores:

[...] a violência é uma prática incomodamente presente, em nosso cotidiano, nos mais diversos espaços sociais. Ela não é um ato de exceção que se manifesta em raras ocasiões nem é praticada apenas por sujeitos enquadráveis no estereótipo clássico de “desequilibrados mentais”, sem consciência de seus atos e de suas consequências. A violência, infelizmente, é utilizada por diversos indivíduos, grupos e instituições do Estado e da sociedade como forma de controle social e meio de realização de desejos singulares ou particulares.

Trassi (2006, p. 207) corrobora e acrescenta que sua disseminação está ancorada no fracasso do que regula a vida coletiva.

A violência é produção humana por mais surpreendente, terrorífica, inominável e cruel que seja sua expressão. Ancora-se, no interior dos indivíduos, na agressividade – em um de seus referentes, a destrutividade – que constitui a todos. A disseminação da violência está articulada com o fracasso dos mecanismos sociais de regulação da vida coletiva: máquinas sociais de controle dos indivíduos e processos agregadores da coletividade.

Elege como processos agregadores os valores básicos da humanidade a dignidade, a solidariedade, a justiça social.

Ao constataremos que a violência é identificada como sintoma da patologia social, apresenta-se, então, o risco de vê-la como valor assimilado por crianças e adolescentes como forma de ser, descarga de tensões, modelo de autoafirmação ou atividade lúdica prazerosa.

A banalização do corpo, da violência, da sexualidade, da vida, gera no sujeito um desinvestimento inconsciente do objeto de amor ao qual se está vinculado, com perda do sentimento de solidariedade, transformando o outro num estranho ameaçador, base para que se estabeleçam alianças inconscientes ofensivas e/ou defensivas. Paradoxalmente, a ação violenta contribui para o não pensar sobre a violência.

Kaës (2003, p. 31) nos auxilia a compreender que a natureza do vínculo da violência, pressupõe, para sua manutenção, formas de negação. Nos termos do autor:

não pensar, responder à urgência da situação com a violência do ato evita o sofrimento de pensar o vínculo de violência. O vínculo de violência é mantido para criar um estado de não pensamento: a

ameaça mútua, a onipotência e a provocação a busca de limites são os elementos pelos quais a raiva se encontra constantemente mobilizada. Gritar bem forte, bater, agir, insultar são as modalidades que põem a vida psíquica fora do circuito e cumprem a exigência de não pensar. Uma irritação lábil ou permanente engendra, em um movimento circulatório auto-alimentado, o medo, a raiva, a ferida narcísica que não se cicatriza. A raiva solda um grupo que se refere somente a si mesmo, e torna particularmente difícil separar-se e se diferenciar. As funções de colocar em latência e de representar a fala ficam paralisadas ou inexistentes. Além disso, a cultura do imediatismo, com um horizonte temporal curto, mantém a excitação e orienta a descarga pulsional em direção ao *acting-out*.

O relato de Mendes (2009, p.313-314) nos traz um exemplo do proposto por Kaës (2003):

nos últimos tempos, minha cabeça mudara muito. Tinha a ver com tudo o que vivera nas prisões. Estava mais calculista, mais violento, prepotente, mais duro e até cruel. Já pouca coisa me importava. Já não me preocupava se tivesse que atirar em alguém. Atiraria agora, sem vacilar. Achava que personificava o crime. Havia optado definitivamente. Conseguira me transformar em um bandido, colocava-me na postura de um assaltante perigoso e procurava divulgar essa imagem. Vestia-me, caminhava e falava como um homem com poder de vida e morte. As armas eram quase extensão de meus braços, até ao banheiro ia armado. Adorava armas, vivia desmontando-as, limpando, azeitando, treinando tiro ao alvo com elas e, infantilmente, girando-as nos dedos, tipo banguê-banguê. Não ligava para a vida de quem não estivesse ao meu lado, e já não estava apaixonado por ninguém.

Fernandes (2005, p. 29) nos auxilia na reflexão:

abordar a questão da construção da sociedade brasileira requer trabalhar sobre as representações, a partir da noção de diversidade ou pluralidade, requer também pensar a determinação dos “fatores psicossociais” na manutenção de nossas práticas discriminatórias. [...] As falhas na certeza ou segurança do ambiente constituem experiência geradora de angústia, na medida em que a perda do código reatualiza os conflitos intrapsíquicos entre as tendências de amor e de ligação e as tendências de ódio e desligamento.

Os indivíduos são inseridos a partir de uma história que os precede e que, inconscientemente, reproduzirão através dos pactos e alianças estabelecidos, tanto conscientes quanto inconscientes. “O contrato, através do grupo, atribui e oferece um lugar a cada um e esse lugar é significado pelas vozes que o antecederam, conforme o discurso fundador do grupo” (Fernandes, 2005, p 131).

Dessa forma, não é possível falar de sujeito no âmbito individual pois trata-se,

sempre, de um sujeito de grupo. Isso, exemplificamos abaixo com um pequeno trecho da fala de um adolescente, participante da pesquisa realizada por Yokomiso (2013, p. 231):

esse aí e vagabundo, esse aí é marginal”, porque falam, eu já ouvi falando, olhando para mim. “Esse aí deve ser marginal, deve ser vagabundo”. Mas minha autoestima é muito difícil de abaixar, eu não abaixo a cabeça não. Eu ando normal, mas quando a gente vai para lugar de fora assim, eu sinto. Uns lugares que tem umas pessoas mais assim, sabe?

Ao pensarmos na transmissão de valores numa sociedade, esta não se dá pela suposta clareza dos ideais apresentados; o processo de transmissão se dá pelo negativo, percebemos como herança aquilo que ficou mal delineado para ser transmitido.

Para Fernandes (2002), a vinculação e a identidade seguem apoiados nesse “acordo coletivo”:

o “acordo coletivo” e inconsciente dá garantia ao grupo mas, para tanto, deve manter para fora, no desconhecimento, aquilo que ameaçaria as condições psíquicas e sociais da vinculação, ou seja, do conjunto, mesmo tendo como consequência as perdas e prejuízos inerentes à manutenção do acordo. O acordo coletivo é um pacto e exige, para tanto, que os sujeitos sejam mergulhados nos equívocos do desconhecimento, ou seja, não terem acesso, posto que é inconsciente, à totalidade dos conteúdos que estão envolvidos no pacto.

Ao sujeito caberá, para manter-se no grupo, manter o acordo. Tal relação cumpre uma função organizadora, porém carrega, em contrapartida, um conjunto de renúncias e sacrifícios (FERNANDES, 2002).

Considerando o desconhecimento no processo de vinculação, e a sociedade brasileira com um histórico de ligação entre protetor e seres sem defesa, margeado pela ameaça de aniquilação ou anulação, perguntamo-nos: quais vínculos são fomentados em nossa sociedade? De que forma a violência, em suas mais diversas manifestações, está imbricada em nossas relações cotidianas?

Para Chauí (1995), ainda não conseguimos ultrapassar a “visão das classes populares como classes perigosas que não são caso de política e sim de polícia”. Instala o medo nas relações o fato de não termos instalado a dimensão pública e coletiva das leis, de os direitos serem entendidos como privilégios dos dominantes; o

poder não se constituir como poder público e instância coletiva de definição do justo e do injusto, do possível e do impossível, do permitido e do proibido, mas se reduzir ao exercício privado da força e do privilégio.

O medo assume duas direções principais: o alto teme o baixo como perigo de força, privilégio, prestígio e domínio; o baixo teme o alto por pura violência, arbítrio e injustiça.

Nas palavras de Chauí (1995),

[...] a luta de classes se exprime pelo medo. Os grandes tem medo de perder o privilégio da violência e por isso afirmam que o povo é violento e perigoso – as classes populares são vistas como agentes do medo. Os pequenos tem medo de que a injustiça aumente, que os grandes não tenham freios o exercício da violência, e percebem, com clareza ou confusamente, que os grandes são os agentes do medo.

Dessa forma, o inimigo está em todo lugar, instalando-se o medo social em sua relação ouroborica com a violência.

3.1.1 O papel da identificação do sujeito

Bowlby (1997), em consideração ao papel da ambivalência na vida psíquica, analisa a capacidade de regulação, por parte da criança, de seus conflitos de amor e ódio. Para ele, nos primeiros anos de vida, os seres humanos são impelidos por sentimentos de raiva e amor em relação às figuras de referência, sendo esses conflitos condição necessária para seu desenvolvimento. Dessa forma, é através da resolução continuada desses conflitos que o sujeito passaria a estabelecer relacionamentos mais sólidos com as demais pessoas e grupos sociais.

Winnicott (2002) defende que crianças vítimas de privação afetiva em seus ambiente familiares tendem a desenvolver tendências antissociais em sua relação com o mundo. A experiência de um lar primário satisfatório, por outro lado, possibilitaria a oportunidade de convivência com pessoas a quem poderia, simultaneamente, amar e odiar. Caso a criança não seja amparada no enfrentamento de conflitos advindos de experiências de amor e ódio para uma mesma pessoa, dificilmente conseguirá redimir-se da culpa por sua agressividade.

Esses autores defendem a ideia de que, nos primeiros anos de vida, a

possibilidade de expressar espontaneamente os sentimentos de hostilidade, insegurança e ciúme auxilia o fortalecimento psíquico do sujeito.

Dessa forma, a família – ou seu substituto – é um importante organizador das relações que a criança estabelece com os demais espaços de sua vida.

Nesse sentido, parece relevante fazer menção a um mecanismo psicológico fundamental para a relação dos sujeitos com a vida, a *Identificação*.

Trata-se de um mecanismo que tende a tornar o próprio *eu* semelhante ao *outro*, tomado como modelo. Assim, o *eu* seria constituído pela série de identificações que representaram para o sujeito uma referência importante em cada momento histórico de sua vida. Colaborador nesse processo de construção da identidade do sujeito é o reconhecimento do *Outro*.

Para Freud (1976), inicia-se o processo de identificação com o desenvolvimento do Ideal do Eu², herdeiro do Narcisismo Primário³ – em que o eu infantil desfrutaria de sua autossuficiência – e, gradualmente, reuniria, das influências do meio ambiente, as exigências impostas ao *eu*. A partir dessa instância, as exigências idealizadas poderiam se estabelecer, tornando o *eu* capaz de realizar seus ideais. Assim, quando o sujeito não estivesse satisfeito com seu próprio *eu*, teria a possibilidade de encontrar satisfação no ideal do *Eu*, considerado por ele como uma meta a ser atingida.

Para Gaulejac (2001, apud TAKEUTI, 2002, p. 251), o Ideal do *Eu* não está somente submetido às leis do funcionamento psíquico, mas também é influenciado pelo contexto social onde se desenvolve. Esse autor propõe a identidade como o produto de um duplo movimento – interno e externo – que exige a convergência das versões social e psíquica. Na primeira, a identidade seria o resultado de diferentes posições ocupadas pelo sujeito na sociedade.

Nesse viés, podemos pensar sobre o trabalho de identificação como a integração de todas as identidades estruturantes na constituição do sujeito, fundamentais na construção de um indivíduo social. O vínculo social constrói-se a partir do relacionamento do indivíduo com os outros membros da sociedade. Entretanto, para que esse vínculo se estabeleça, faz-se necessário que a sociedade

² Ideal do Eu: instância psíquica à qual é atribuída a função de auto observação, responsável por escolher, dentre os valores morais e éticos exigidos pela sociedade, aqueles que constituem um ideal ao qual o sujeito aspira.

³ Narcisismo primário: investimento amoroso que o sujeito realiza sobre si mesmo ou, mais exatamente, sobre sua imagem.

ofereça ao sujeito um Ideal do *Eu* que lhe permita identificar-se com alvos coletivos.

Nesta direção, e para melhor indicar a situação de exclusão dos jovens em conflito com a lei, oriundos das periferias das cidades brasileiras, é aqui indispensável uma referência ao conceito de “relegação social e simbólica,” adotado por Takeuti (2000).

Conforme assinala Takeuti (2002), considerar que o sujeito é constituído e definido pela alteridade no campo social remete a uma perspectiva não só psicoafetiva mas também social, o que sinaliza serem as tensões psíquicas potencializadas a partir das tensões vividas no plano social. Assim, para o enfoque dos problemas psíquicos, faz-se necessário considerar as relações socialmente estabelecidas.

Para a autora, o jovem da periferia e bairros pobres recebe cedo o estigma de “delinquente e perverso”, antes mesmo do seu nascimento, sendo

[...] remetido, a priori e incondicionalmente, para um lugar concreto, que determina as suas condições objetivas de carência econômica e social, mas também para um lugar social simbolicamente desvalorizado, onde a sua subjetividade é forjada para excluí-lo e se auto-excluir da sociedade dos “integrados” – mais diretamente falando, para ocupar o lugar da relegação social”. (TAKEUTI, 2002, p. 153).

A imagem que o sujeito constrói de si mesmo depende de sua organização psíquica, da capacidade de realizar objetivos e desejos, mas, fundamentalmente, do reconhecimento dos outros. Para Takeuti (2002), a Imagem de si depende do olhar do outro, de seu reconhecimento, fatores que resultam da experiência social de cada sujeito com as pessoas à sua volta.

3.1.2 Quando os laços levam ao não-ser

[...] Na esquina, apontando-nos a arma, o menino lança a nós um grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização. [...]

Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome do sentido e de valor; de reconhecimento e de acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza.

Luis Eduardo Soares (2005), em Cabeça de Porco

O jovem brasileiro está envolto na ideia de que seu valor é aquilo que ele possui. Paradoxalmente, os objetos apresentados como valor mudam com rápida velocidade; conseqüentemente, quem os valoriza dessa forma, acredita não ser alguém pois estão sempre em defasagem aos objetos “constituintes” de valor.

Para Bauman (2005 apud Zamora, 2009), os tempos atuais atualizam as antigas formas de exclusão e opressão, nos adverte sobre a produção de um “refugo social”, “classificados” como aqueles que não podem ou não querem participar plenamente de uma sociedade consumista – são os inadequados, os fora da lei, os condenados à repetição. Segundo o autor, a tolerância zero e prisão são sombras que os acompanham.

Segundo Takeuti (2002), há os que nascem com futuro e os que nascem sem futuro. A autora postula, diante desse antagonismo, que há uma juventude clivada entre o bem e o mal. Para além das diferenças de campos sociais, essa clivagem remete a campos simbólicos bem específicos, onde prevalece a ideia de impossibilidade de união entre eles: ou são bons ou são maus. Diante dessa fratura, propõe, como hipótese, a ideia de que eles são objetos-espelho: revelam algo que não está funcionando na esfera social, algo que está escapando a seu controle. O que denunciam, através de sua presença no espaço público, é a falência da autoridade. O desafeto sobre esse tipo de jovem é decorrente do fato de eles desvelarem o fracasso da modernidade. Não há “ordem e progresso”, e muito menos “igualdade, liberdade e fraternidade”. Mostra-nos “que existe uma defasagem considerável entre a realidade tal qual a sociedade gostaria que fosse e como ela é efetivamente” (TAKEUTI, 2002, p. 207).

Outro aspecto relevante da análise pela autora é como a sociedade contemporânea gera nessas crianças e adolescentes a síndrome do fracasso próprio. Se são deram certo, a culpa é deles ou de suas famílias, não da sociedade como um todo. Tais jovens são levados a introjetar “significações imaginárias sociais em que o “mal” e o “pior” se encontram neles, jamais na “boa sociedade” (p. 206). Para a autora, a sociedade rompe, de forma unilateral, o pacto social – assim como a lei que não possui, além do rigor, o amor conjugado a ela, mas o ódio.

Pelegrino (1987) propõe que os efeitos do rompimento do pacto social são demarcados da mesma forma que a lei primordial, edípica, são uma via de mão dupla – a criança abre mão de alguma coisa, mas recebe algo por essa perda, ganhando o

direito às escolhas que não sejam incestuosas; o chamado pacto social também deveria ter mão dupla. Nesse sentido, procura-se uma lei que seja justa, que exista “não para humilhar e degradar o desejo, mas para estrutura-lo, integrando-o no circuito do intercâmbio social” (PELEGRINO, 1987, p. 199). Se esse intercâmbio que se instaura é uma via de mão única, na qual o sujeito perde ao ser aviltado em seus direitos sociais, o que pode ocorrer é o rompimento de um pacto, implicando essa ruptura em graves consequências; não só para o sujeito, mas para a sociedade como um todo.

Para o autor, frente ao cenário, fica para os jovens que “é mais honrado – e menos perverso – ser delinquente fora da lei do que sê-lo em nome da lei, acobertado e protegido por ela” (PELEGRINO, 1987, p. 208). Sem respostas sociais garantidoras, os jovens pobres, que recebem ainda menos acolhida, não hesitam em gastar o pouco que tem: suas vidas, seus corpos, usados em atitudes extremas para sinalizar sua revolta diante dos processos de desprezo, indiferença, invisibilidade, preconceito, extermínio, de que são objetos.

Há uma falha na sociedade em acolher o jovem na sua procura por dignidade e respeito. Se quando a criança/jovem incomoda, a sociedade somente cobra e pune, não dando nada em troca, ou quebrando o esperado como retorno no investimento desse jovem, aparece a delinquência social como consequência.

Com tantos problemas que temos em relação à justiça brasileira, qual exemplo se manifesta para os mais jovens? Se a justiça torna-se incapaz de cumprir suas próprias leis, como pode tornar-se um limite firme e estruturante?

Nesse contexto, é de salutar importância uma compreensão de um dos “terrenos” onde, em nosso entendimento, estabelecem-se as relações sociais mantenedoras da prática da delinquência: a raiva e o ódio.

3.1.3 O ‘nó no peito’: a raiva e o ódio como condição do sujeito

Nossa raiva pode, por algum tempo, ser nossa mestra... Algo de que não devemos nos livrar tão rápido, mas, sim, pelo que devemos escalar a montanha, algo a ser identificado, algo com que aprender, algo a ser tratado internamente e depois ser transformado em algo útil para o mundo, ou algo que deixamos voltar ao pó. Na vida selvagem, a raiva não é um item isolado. Ela é uma substância à espera de nossos esforços transformadores

Clarissa Pinkola Estés

Freud reconhece nos afetos de amor e ódio os representantes das pulsões da vida e de morte, respectivamente. Nesse sentido, o ódio se articula diretamente a dissolver as reuniões realizadas pelas pulsões de vida, destruindo os produtos por ela gerados (FREUD, 1937/2007, p. 247). É separador, pois cria uma brecha entre o sujeito e o objeto e define os limites do *eu*, trazendo em si o rechaço de toda alteridade.

Em *O mal-estar na cultura* (FREUD, 1930), afirma que o laço social é a principal fonte de sofrimento para os homens, o que o leva a suspeitar que haja aí algo de inconquistável, que diz respeito à nossa própria constituição psíquica. Aponta a agressividade, face visível da pulsão de morte, como principal obstáculo à civilização.

Atualmente, vivenciamos os desafios de avanços científicos e tecnológicos, associados aos imperativos de uma economia capitalista globalizada, sob o reino do mercado. Entretanto – ou por causa deles –, conflitos das mais diferentes naturezas estão diariamente presentes, tanto no mundo virtual quanto no cotidiano de nossas relações. Raiva e ódio são dois sentimentos que acompanham tais relatos e – arriscarmos afirmar – atualmente são um mal social. Temos os visto em torcidas de futebol, no trânsito, ouvimos histórias de filhos que matam pais, maridos que matam esposas e vice-versa; adolescentes que entram em escolas e “metralham” inúmeras pessoas, muitas com as quais conviviam. Vemos atentados, guerras.

No intuito de nos aproximarmos dos efeitos da raiva e do ódio sobre as relações sociais, remeteremos a Myra y Lopes (1980) e na sua contribuição para a temática através do estudo “*Os quatro gigantes da alma* – o medo, a ira, o amor e o dever”. O estudo nos evidencia como o medo e a ira estão presentes na natureza humana, e que, muitas vezes, a maneira como damos vazão a esses dois sentimentos, acabam por influenciar o uso criativo que possamos fazer em nossas vidas.

Como exemplo da universalidade destes sentimentos – em especial, da ira – cita, tomando referência às Sagradas Escrituras, em vários momentos ela se apresenta nas ações de Deus.

O autor conjuga vários fatores para esse entendimento. O primeiro deles diz respeito ao seu importante parceiro – o medo – e, como sua expressão diz-lhe respeito, numa tentativa de descarregar-lhe para o exterior.

Outro componente é a agressividade, entendendo sua manifestação como desejo de poder, o afã de ter algo que valha (seja saúde ou dinheiro, fama ou pureza, saber ou mando, liberdade ou beleza). Por ser ambicioso demais, é o homem vítima

de maiores temores e medos que os demais animais, tornando-se, assim, mais irascível. Nas palavras do autor;

[...] Somente o homem é capaz de destruir-se metodicamente, de assassinar-se cientificamente, de anular-se mediante um plano, **a sangue-frio**, como acabamos de ver na recente guerra mundial. Aí estão os mais eminentes cérebros humanos de nossa época, orgulhosos e satisfeitos de haver criado a bomba atômica, isto é de haver tornado possível a morte de 100 mil semelhantes em um primeiro ensaio. (MYRA; LOPES, 1980, p. 75).

E complementa: “a esses homens não se chama criminosos, não se lhes injuria ou crítica por seu trabalho: ao contrário, exaltamo-los e consideramos como salvadores da Humanidade” (MYRA; LOPES, 1980, p. 76).

Forma-se, então, outros elementos – a ânsia de domínio, de afirmação e de expansão do Ser. Tais elementos, quando somados ao medo, produzem efeitos devastadores.

Quando surge um obstáculo, quando algo atinge nosso eu e, de algum modo, o limita ou menospreza; aos nos vemos limitados, entorpecidos ou fracassados em nosso propósito vigente, sentimos acender a ira. Assim, podemos entendê-la como uma intenção defensiva contra o medo incipiente, ou seja, o fracasso.

Outro componente importante é que quanto mais tenha durado a compressão do eu, quanto mais tenha sido a vulneração defensiva, tanto maior tempo terá sido detida a reação colérica e tanto mais poderá durar sua manifestação.

Temos elencados didaticamente alguns componentes da ira: o afã do poder, o medo do fracasso e o tempo da vulneração ofensiva. Vistos dessa forma, fica-nos evidenciado como ela está presente em todos os seres humanos.

Myra y Lopes (1980, p. 77) propõe um entendimento do desenvolvimento através da evolução individual, apresentando diferentes “disfarces” em sua apresentação – alguns, socialmente aceitáveis –, e suas diversas fórmulas de descarga. É importante considerar que é sempre derivante do medo.

A insuficiência e inoperância do ato praticado para aplacar a ira faz com que o sujeito entre em processo colérico. Tal processo pode se dar na “ruminação” de seus desgostos, ou armazenamento, restando “uma cólera surda, profunda, em conserva, que é facilmente convertida em ódio, à medida que o sujeito se convence da

impotência definitiva e, que se encontra ante seus opressores” (MYRA; LOPES, 1980, p. 80).

Num estágio mais avançado nesse processo, “[...] o sujeito não só sente cólera contra o primitivo objeto de sua ira, contra todo o conjunto de fatores que o impediram de descarregá-la, e, o que é pior, contra si mesmo, por não ter sido capaz de satisfazer seus impulsos destruidores” (MYRA Y LOPES, 1980, p. 81).

Os graus na intensidade variam na medida em que se somam o medo e a possibilidade de descarga da tensão do armazenamento, podendo chegar ao nível da fúria, quando o indivíduo não só perde o controle dos seus atos, mas, inclusive, a consciência ou percepção dos mesmos; o ataque é generalizado, não somente os determinantes da sua ira, como os objetos neutros a si próprio.

O instigante do relato é que ao ler os graus de intensidade, podemos identificar momentos na vida, tanto individual quanto social, que confirmam quão “suscetíveis”, enquanto humanos, estamos ao processo.

O próprio autor nos alerta: “mas qualquer pessoa – tu, pacífico leitor, ou os teus seres mais queridos, eu ou os meus – é capaz de chegar a esse grau de ira, se se dão, durante um tempo suficiente, as circunstâncias favoráveis para deixar-se invadir totalmente por ela” (MYRA Y LOPES, 1980, p. 83).

Seguindo o relato, o autor aponta-nos as formas de camuflagem, dados os valores pessoais e sociais, sob as quais se apresenta a ira: o impulso reivindicativo (sede de justiça); a crítica, ressaltando como benéfica a atitude criadora sistemática; a ironia; o humorismo; a soberba. O ódio é entendido como aquele que “define uma atitude iracunda que se cronifica, estratifica e adquire especiais peculiaridades, pela insuficiente descarga de seus impulsos destrutivos” (MYRA Y LOPES, 1980, p. 92).

Há um aspecto elencado pelo autor que nos parece importante destacar para entendermos o ciclo ourobórico do ódio social: a semelhança entre aqueles que se odeiam.

É que, no fundo, o odiento dá certo valor ao que odeia, pois, do contrário, não seria possível, ter-lhe ódio. [...] É por isso que o ódio a um semelhante aumenta precisamente à medida que este **é mais semelhante** a nós, isto é, que seus atos sejam mais equipotentes ou equivalentes aos nossos. De fato, se fosse muito inferior, não nos poderia molestar, se fosse muito superior, ao contrário, nos esmagaria. (MYRA; LOPES, 1980, p. 93).

A cronificação do ódio leva sua vítima a uma espécie de rigidez na conduta, de sorte que chega a ser totalmente imodificável pela força ou pelos sucessos da experiência.

Além de o autor nos apontar alguns caminhos como saídas possíveis para esse processo, tanto com repercussões mais negativas ou positivas – tais como o desprezo, a vingança, o ressentimento, o perdão conciliatório, formas de domesticação da ira –, destaca a **curiosidade** como forma de superação do desconhecido que nos suscita o medo, elemento fundante da ira.

Lemos no autor que

é através do impulso curioso, que se inicia o processo de conhecer a realidade exterior, penetrar em seus recônditos e descobrir ou revelar suas secretas essências, quer dizer, dominá-la potencial ou intelectivamente. Conhecer algo significa – praticamente – achar-se em condições ofensivas e defensivas superiores às que temos frente ao desconhecido. (MYRA; LOPES, 1980, p. 115).

Complementa ele:

já vimos que o medo alcança seu máximo influxo angustiante ante o nada, precisamente porque o nada não pode ser conhecido nem explorado. Ele representa a máxima incógnita; à medida que vamos enchendo com realidades conhecidas alguns de seus vãos, vamo-nos sentindo mais serenos, mais senhores de nós mesmos e menos sujeitos à ira, porque, no fundo, nos sentimos mais seguros e menos ameaçados do fracasso. (MYRA; LOPES, 1980, p. 120).

Sentir raiva é inerente à natureza humana. Entretanto, a maioria das pessoas apresenta dificuldades em aceitar o sentimento de raiva, pois aprendemos desde pequenos que não podemos sentir raiva. A tendência é negar o sentimento. Há aí uma confusão entre sentir e agir. Sentir raiva é uma coisa; ter um comportamento raivoso é outra, totalmente diferente.

Tratando-se de uma força, a raiva não some pelo simples fato de negarmos ou de fingirmos que não existe. Normalmente a negamos, suprimimos ou projetamos para fora.

Quais os efeitos dessas transformações sobre o sujeito e o vínculo?

Onde se manifestam, hoje, os territórios do ódio?

3.1.4 A quem odiar?

Só uma raiva é bendita: a dos que precisam.

Clarice Lispector

Se localizamos no espaço do subjetivo o assunto da responsabilidade, se desprenderão argumentos para entender como se desencadeia a violência em lugares onde não se valide e não se reconhece o sujeito em sua verdade. A ação da ciência, o mercado e a avaliação na atualidade massificam e homogeneízam o sujeito, não sem consequências odiosas. O violento, então, gravita na impossibilidade de não ser crente e fazer uma conversão adaptativa do sujeito ao sistema, colaborando com sua própria estigmatização.

Para Marin (2002, p. 10),

[...] nada mais lhe escapa, nada mais está a salvo de ser impregnado pela violência. Espaços considerados imunes outrora, encontram-se agora como que contaminados: a vida doméstica, as relações íntimas e privadas, os lugares de circulação – as ruas, o passeio público, as áreas de concentração lúdica. Serial killers aparecem aqui e acolá, disseminando o pânico em uma civilização percebida progressivamente como fonte de risco e incerteza [...].

A autora enfatiza a violência contemporânea como sintoma e propõe seu entendimento numa perspectiva relacional, remetida aos conflitos e lutas em torno da apropriação de “objetos” – físicos, sociais, políticos, culturais procurando dar conta de duas dimensões: a violência como resultado da profunda crise de regulamentação da vida social e da subjetividade contemporâneas e, de outro, a violência como arquétipo da psique humana.

Benghozi (2011), nos relatos sobre sua prática clínica da violência, dos maus-tratos intrafamiliares, dos delitos, desvios de conduta sociais, traumatismos catastróficos que envolvem comunidades inteiras, afirma que aparece, com extrema frequência mecanismos de repetição de sintomas de violência de geração a geração – traduzindo, no nível grupal, um ataque ao vínculo e, no individual, processos de desligamento, reflexos da pulsão de morte.

Benghozi não define a gênese da violência numa perspectiva causalista, mas afirma que uma leitura diacrônica dos acontecimentos violentos nos restitui uma dimensão grupal inter e transpsíquica; “[...] os membros da família e as comunidades

são engajados inconscientemente num cenário que se repete de geração em geração” (BENGHOZI, 2011, p. 55). O autor caracteriza-a como sintoma de uma desmalhagem dos continentes genealógicos familiares e comunitários, e destruição do vínculo genealógico de filiação e de afiliação.

E alerta-nos ainda que a violência “[...] é a incapacidade de ouvir essa busca remalhante de um vínculo cuja ruptura é a fonte da vergonha e da humilhação que desnatura o chamado do outro e põe em marcha a espiral catastrófica da violência” (BENGHOZI, 2011, p. 61).

Em seu artigo “Alguém para odiar”, Almeida (2010) elenca as contribuições da psicanálise a respeito dos instintos dos quais não temos controle e nem plena consciência e que, para protegemo-nos de nossos próprios instintos destrutivos, muitas vezes os direcionamos para o mundo externo. Dirigi-los para si mesmo tende a um processo de autodestruição.

Destaca como potencializador o cenário da sociedade contemporânea:

[...] outra contribuição da sociedade contemporânea para o aumento da agressividade é o consumismo. Uma sociedade que inventa e alimenta desejos impossíveis é uma fonte constante de frustrações que, como sabemos, intensificam os sentimentos hostis. A injustiça gera ódio; a impunidade e a descrença nas instituições estimulam o sujeito a buscar justiça por conta própria. [...] o ambiente que negligencia ou maltrata reforça a destrutividade dos indivíduos. (ALMEIDA, 2010, p. 21).

Vivenciamos situações que corriqueiramente abordam temas como injustiça, impunidade, descrença nas instituições e negligências, reforçando a violência e, conseqüente, sentimentos de raiva e ódio.

A proliferação da violência mostra que a lei perdeu o poder normativo e os meios legais de coerção, a força, ou legitimidade que deveriam ter. A expectativa do perigo iminente faz com que as vítimas potenciais aceitem a sugestão ou prática da punição, ou mesmo do extermínio preventivo dos supostos agressores potenciais; daí, a expressão “melhor *matar no ninho*”, “*bandido bom é bandido morto*”.

A cultura da violência, valorizando a utilização da força, constrói uma nova hierarquia social. Passam a existir fortes e fracos. Quem ocupa a posição de agressor é objeto de temor e ódio por parte da vítima e, como vítima, é objeto de desprezo e indiferença por parte do agressor. A exposição e constantes ataques à integridade física e moral gera expectativas e fornece padrões de respostas.

Para Endo (2008), eliminar a violência não é uma tarefa simples, é necessária uma reflexão na sociedade sobre quais violências (em que medida) seus membros podem (e querem) tolerar e quais violências querem (e podem) combater.

Lemos no autor; “as violências não podem, como células mortas, ser simplesmente extirpadas do tecido sadio, sendo assim restabelecidas a ordem e o equilíbrio. Ao contrário, em torno delas gira uma rede imensa que se complexifica com muita rapidez” (ENDO, 2008, p. 24).

Takeuti (2002) e Gaulejac (2006) trazem-nos exemplos esclarecedores de como as relações sociais, nos mais diversos contextos, geram sentimentos de humilhação, vergonha, culpa e raiva, criando *nós* com uma forte contradição entre a necessidade de se proteger do olhar do outro, a ponto de recusá-lo e o desejo de reconhecimento que o faz leva-lo em conta.

3.1.5 Humilhação, vergonha, culpa e raiva: os nós que nos atam

A palavra recalcada está intimamente vinculada à violência e à dor. Não se fala o que dói e a violência silencia.

Berlinck e Rodrigues (1987)

Takeuti (2002) nos relata que presenciou em seu estudo, reiteradamente, as expressões de raiva, ressentimento, ódio e mágoa nos adolescentes ao se perceberem como “delinquente perigoso” (ao que a autora chama de “identidade virtual de delinquente perigoso”) aos olhos dos outros. “A violência não é só física, é aquela que discrimina”, dizia um jovem, manifestando a vergonha de si e o sentimento de humilhação, ao mesmo tempo em que expressava o desejo de “vingança”. “Sou humilhado! Quero ser o melhor para humilhar quem me humilhou”. Mas quem o humilhou e de quem quer se vingar? Para a autora, não há um sujeito definido. A dificuldade do jovem em fazer face ao sofrimento é que não há um sujeito perverso identificado, mas uma sociedade perversa que o discrimina e proscreeve.

Então, surgem sentimentos de revolta e uma vontade de mudar “na marra” essa situação que os remete à condição de desqualificados sociais. Esses sentimentos, em muitos momentos, encontram-se misturados ao medo da violência física à qual estão mais facilmente expostos e que vem aniquilar seu corpo; também, o medo da violência

social que desestrutura a sua mente. Configuram-se uma gama de sentimentos confusos e de difícil compreensão, por parte deles próprios: ora sentem-se indignados e revoltados contra uma sociedade injusta, ora sentem-se humilhados, envergonhados, e até culpados em ocupar esse lugar que não lhes permite estar à altura de um reconhecimento social.

É importante salientar que boa parte dos jovens procura não se situar como “vítimas resignadas” num sistema social perverso. Ao contrário, é na rua e nos embates que a rua traz que aprenderão a retirar os “suprimentos” necessários para a sua vida – não só material mas, sobretudo, emocional.

Nas palavras da autora,

há em jovens como ele, que assumem a identidade delinquente, o sentimento de constituir-se em um sujeito de ação num ambiente de agressividade, riscos, confrontos e conflitos. A violência, o ódio e o desprezo passam a ser considerados como substâncias naturais da vida desses jovens, além de princípios norteadores de suas relações com as pessoas da sociedade. (TAKEUTI, 2002, p. 233).

Complementa a autora: “no momento em que só lhes resta essa forma de expressão pulsional, malogra a possibilidade de construção de uma subjetividade que não se resuma à submersão das emoções puras (cólera, raiva, ódio)” (TAKEUTI, 2002, p. 234).

Nesse referencial, os *actings outs* (fugir de casa, roubar, furtar, assaltar, consumir drogas, agir de modo provocador, entre outras condutas “auto e/ou hetero-agressivas”)

revelam os apelos dos jovens, traduzidos por suas posturas irreverentes, agressivas e transgressoras, assumidas por eles próprios, e inscritas plenamente na produção do imaginário social que denominamos como “perverso”. Eles não se constituem em meros objetos passivos de um discurso social perverso, mas sim em coprodutores desse imaginário que os aniquila. Eles são, igualmente, a parte ativa de uma construção social que, finalmente, os determina para uma vida de proscritos. (TAKEUTI, 2002, p. 238).

Para Gaulejac (2006), a busca do reconhecimento não se dá apenas no plano afetivo e social, ela toca uma aspiração profunda “que consiste em querer existir por si mesmo, sem estar, tanto quanto possível, submetido nem ao desejo do outro, nem aos mecanismos de reprodução social” (TAKEUTI, 2002, p. 15).

Na trajetória que fez junto aos jovens mais empobrecidos, percebeu que estes caem em uma contradição entre o que lhes é necessário para se adaptarem ao seu ambiente social e o que lhes é necessário ser para estarem conformes às regras da sociedade. A violência, o ilegalismo, a droga e a recusa de autoridade são meios de escapar à miséria, à dominação e à desesperança em que vivem. Tais vivências acabam por levá-los a internalizar uma imagem negativa de si que vai minando a revolta e sua capacidade de ação. A fala “*É a vergonha!*” surgiu continuamente em seu percurso profissional. Relata o pesquisador: “encontrei desde então este problema em todas as pessoas anuladas em virtude do seu estatuto, em todos aqueles que estão em posição dominada” (TAKEUTI, 2002, p. 16).

Lemos no autor:

[...] vergonha é um sentimento doloroso e sensível sobre o qual é preferível não falar. Ele engendra o silêncio, o fechamento em si até a inibição. [...] Quando se é habitado pela vergonha, sentimo-nos inúteis, incompreendidos, desvalorizados e sozinhos. Procuramos dissimulá-la a qualquer preço. [...] Pensamos que ela não serve para nada, que nossa existência é vazia e sem interesse. O silêncio e o fechamento em si são os sintomas desse sentimento que mistura impotência e perda de confiança. (TAKEUTI, 2002, p. 17).

Ressaltamos nos relatos de Gaulejac (2006) o sentimento de vergonha como um elemento constitutivo do vínculo social, as reações defensivas e seus efeitos: o orgulho, o alcoolismo e o segredo como meios de conviver com ela, bem como a soberba como manifestação de seu contraveneno.

Na análise sobre a vergonha, contata-se uma interligação de questões afetivas, sexuais, emocionais e sociais, produzindo “nós de angústia, desejos, afetos e sentimentos que neutralizam as possibilidades de expressão e de comunicação e prendem os sujeitos em conflitos psicológicos internos” (GAULEJAC, 2006, p. 54). É o conjunto da existência que é “contaminado” pela vergonha.

Embora a diversidade de elementos, algumas características são comuns:

- a) a ilegitimidade: a existência do sujeito é recusada;
- b) o enfraquecimento parental: mais frequentemente do lado paterno mas o desmoronamento da imagem parental idealizada é constante;
- c) a inferioridade: sentimento de ser diferente dos outros: ser menor, mais pobre, mais imperfeito que remete ao seu contrário, ser mais rico, ser maior;

- d) a *violência*. Violência física, às vezes; violência simbólica, com frequência; violência das relações familiares e psicológicas, sempre. O sujeito enfrenta uma anulação fundamental;
- e) o dilaceramento: ocorrem contradições que o sujeito não encontra mediações satisfatórias;
- f) a decadência, em sua face privada e pública, deixando o sujeito especialmente sensível às situações de poder e dominação;
- g) o não-dito: ela se instala pela indizível, pelo silêncio;
- h) a inibição: o sujeito teme todas as situações que poderiam reavivar sua ferida.

Sua complexidade demonstra como podem ser paradoxais os relatos sobre a vergonha, “produto de diversas violências humilhantes e se compõe de sentimentos variados, raiva, culpa, amor, ódio, cólera, agressividade, medo etc. que fazem dela um ‘meta-sentimento’, ou seja, um conglomerado de emoções afetos, sensações ligadas uns aos outros” (GAULEJAC, 2006, p. 61).

Nesse contexto, para o autor, uma das formas de intervenção possível dar-se-á por meio do retorno sobre si à luz dos processos sociais, econômicos, ideológicos e culturais; os indivíduos poderiam mudar a relação com sua própria história numa tentativa de tornarem-se sujeitos autônomos, colocando-se em busca da elucidação do seu desejo, de forma a modificar o seu funcionamento.

Segundo Gaulejac (2001), há um desafio que aí se coloca,

[...] em aceitar a contradição como um elemento de sua prática existencial, em renunciar à ilusão do sujeito livre que espera de um trabalho pessoal o meio de resolução de todos os seus problemas e em renunciar, igualmente, à ilusão que a “salvação” pode advir de uma mudança socioeconômica, uma transformação através da qual produzir-se-á inelutavelmente um “destino” menos problemático. (GAULEJAC, 2001, p. 114).

Sem dúvida, um enorme desafio para pessoas que vivem num mundo onde vigora o imediatismo, em especial quando estão submersos no sofrimento e nos conflitos das mais diversas ordens.

3.2 O desafio da violência na sociedade brasileira

Sentimentos que transcendem as barreiras de classe, gênero, geração, etnia certamente contribuem para o sentimento coletivo de insegurança e medo diante da violência e do crime. Atualmente, independente das clivagens socioeconômicas ou culturais, qualquer um de nós tende a revelar expressiva inquietação/preocupação quanto à possibilidade de vir a ser vítima de situações de natureza violenta.

Para Zaluar (2002) a evolução da pobreza das últimas décadas não sustenta a explicação do aumento da criminalidade pela miséria. A violência urbana não é determinada pela pobreza. A situação é multicausal. O problema do crime não pode ser explicado somente por causas econômicas – se assim fosse, todos os pobres seriam assaltantes, homicidas.

O crescimento da criminalidade, índice concreto da violência, está relacionado ao enfraquecimento das instituições sociais responsáveis por transmitir valores e padrões de conduta.

Somadas ao enfraquecimento do Estado, dão-se as crises das instituições socializadoras como a família, a igrejas e a escola.

Zaluar afirma que “triunfa o *homo-economicus*, consumista e fugaz, o homem-massa nas palavras de Ortega Y Gasset (2004, p. 49)”, colaborando para a potencialização do individualismo e de um ambiente social extremamente competitivo onde o outro é um inimigo a ser combatido e eliminado, ou a todo tempo desafiado.

Ainda mantemos no Brasil traços autoritários repressivos, políticas de representação e participação que ainda não se instituem com uma solidez que permita a permanência. Prevaecem as relações de favoritismo e clientelismo, caracterizando-se uma violência de ordem sistêmica, em que, segundo Feffermann (2006, p. 38),

além da violência macroinstalada, depara-se ainda, a todo instante, com as “microcenos” de violência, espancamentos, humilhações impingidas às mulheres, às crianças, aos negros, aos homossexuais e aos marginalizados em geral, submetendo a população a toda ordem de sofrimentos e humilhações.

Acrescenta o autor:

[...] nesse contexto, as relações sociais entre iguais e desiguais

exigem diferentes eixos de poder para garantir sua ordenação. A complexa rede de poderes diversificados permite a existência de jogos heterônomos entre diferentes pessoas, grupos e classes sociais; jogos que atravessam os mais diferentes contextos. No Brasil, a ampla disseminação dos micropoderes faz de todos sujeitos potencialmente dominantes e dominados, agressores e vítimas, mandantes e subordinados. (FEFFERMANN, 2006, p. 38).

Essa situação cristaliza o poder na “relação de força entre as partes” (p. 39), fomentando um conflito contínuo entre o mundo da legalidade e o mundo das relações.

3.2.1 Violência e crime

Faz parte da responsabilidade do Estado reprimir a violência. Esta deve ser coibida pela polícia e não por ela praticada sob o pretexto de reprimi-la. Cabe lembrar o respeito à dignidade humana, bem defendido na Constituição Federal Brasileira.

A moralidade institucional, em especial da polícia, também é um fator criador de violência e criminalidade. Nossa sociedade legitima as práticas violentas nos presídios e no trato com infratores penais, de forma bastante velada pela omissão diante de maus tratos.

O sistema prisional é degradante, funcionando como uma sepultura de mortos-vivos que, ao saírem, poucos avanços tiveram nas condições de estabelecer bons vínculos para o convívio social. Embora a sociedade legitime a segregação como uma forma de lidar com a violência, camuflamos nossa realidade, afirmando que nosso sistema prisional é uma solução para o criminoso. Não resgatar os infratores revela uma falta de compromisso com as gerações futuras, pois qual o legado social que está sendo formado?

Um breve histórico da população carcerária no Brasil evidencia índices crescentes a cada ano. Segundo dados do Infopen – Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, a população carcerária no Brasil é formada basicamente por jovens, pobres, homens, e com baixo nível de escolaridade. Os dados sobre o sistema prisional indicam que mais da metade dos presos tem menos de trinta anos, 95% são pobres, 93,88% são do sexo masculino e dois terços não completam o primeiro grau, sendo analfabetos cerca de 7,22%.

Os números demonstram que a faixa etária de 18 a 24 anos é a que apresenta o maior número de pessoas encarceradas no Brasil, representando por volta de 30% do total de presos no país.

Em dezembro/2012, segundo o órgão, havia um total de 548.003 presos no sistema e na polícia. Um aumento de 140% em relação a dezembro/2001, quando havia um total de 233.859 presos.

Aspecto importante a ser ressaltado refere-se ao *déficit* de vagas: em 2001 o *déficit* era de 62493 e, em 2012, de 310.243. Isso denuncia a falta de investimento e condições de realização de um trabalho socioeducativo com resultados positivos.

O quadro seguinte ilustra o crescimento da população carcerária:

QUADRO 2 – Total geral de presos no sistema e na polícia

Ano	Total geral de presos no sistema e na polícia
2001	233.859
2002	239.345
2003	308.304
2004	336.358
2005	361.402
2006	401.236
2007	422.373
2008	451.429
2009	473.626
2010	496.251
2011	514.582
2012	548.003

Fonte: Portal.mj.gov.br/sistemaprisional/ifopen. Acesso em: 21 nov. 2013.

As informações acima são fornecidas pelos órgãos estaduais responsáveis pelo sistema prisional nos estados.

Em relação aos índices de reincidência, não há dados oficiais; estima-se em torno de 70%. Em setembro de 2013, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, através da chamada pública 105/2013, lançou edital de consultoria para execução do projeto “Estudos em Segurança Pública e Sistema de Justiça Criminal/reincidência e Itinerário Criminais no Brasil”, no qual se objetiva obter dados

que subsidiem as ações do Ministério da Justiça⁴. Nessa temática, as ações ainda são tímidas e, mesmo quando são levantados os problemas, há carência de ações eficazes de enfrentamento.

Segundo Levisky (2010), vivemos numa sociedade que “aparenta ser livre”, mas que novos tipos de aprisionamento resultantes “do imobilismo, da velocidade das mudanças e do consumismo” estão muito presentes.

Complementa Levisky:

[...] Há um tipo de violência social que gera o excluído e que dele quer se afastar e se isentar de responsabilidades atribuindo-lhe a condição de objeto pernicioso. Essa mesma sociedade que exclui, nega a consciência de que é também, parcialmente, corresponsável nas condições geradoras de exclusão e formação do elemento criminal [...] (LEVISKY, 2010, p. 11).

As reflexões do autor são corroboradas por Ramalho (2008, p. 12),

as características da delinquência e os indícios de crime estão relacionados às características e aos indícios da pobreza. Basta ler os jornais, ouvir rádio ou ver televisão, para perceber uma evidente ligação entre o crime e os grupos sociais mais pobres, em geral componentes da classe trabalhadora. O modo de identificar o delinquente está sempre mais referido a aspectos próprios das pessoas enquanto membros desses grupos sociais do que a evidência de delitos cometidos por eles. Na verdade, o reconhecimento do crime está essencialmente no fato de estar desempregado, morar na favela, ser umbandista, ou ser analfabeto. São esses os indícios explicitamente admitidos pela sociedade para a identificação do criminoso. A delinquência é, portanto, reconhecida através dos grupos sociais mais pobres.

Neste contexto, a inclusão no mundo do trabalho adquire significativa importância na medida em que aparece ligado à ideia de recuperação. A matéria publicada no o Jornal *Valor Econômico* em 05 de setembro 2011 traz dados alarmantes sobre o índice de reincidência criminal brasileiro e exemplifica o entendimento de Ramalho e Levisky.

Segundo a matéria, sete em cada dez presos que deixam o sistema penitenciário voltam ao crime – uma das maiores taxas de reincidência do mundo,

⁴ Fonte: www.ipea.gov.br.

segundo o ministro Cezar Peluzo, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à época da publicação.

Na ocasião, foi assinada a renovação de parceria entre o CNJ e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) dentro do programa *Começar de Novo*, que prevê a criação de vagas para detentos e ex-detentos no mercado de trabalho e em cursos profissionalizantes.

Luciano Losekann, então juiz auxiliar da presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Setor Carcerário, afirma que

nem todos [os presos] estão aptos ao trabalho. Dentro deste cenário, temos um quadro muito pequeno de presos trabalhando. Menos de 14% dos 500 mil presos [existentes no país] trabalham, e menos de 8% estudam. Podemos ver por aí que temos um desafio enorme pela frente no sentido de qualificar esta população e quebrar este ciclo de criminalidade que vem sendo gerado ao longo do tempo.⁵

Segundo Losekann⁶, a maior dificuldade para inserir os presos no mercado de trabalho é a falta de qualificação e estudo.

Por não ter qualificação e estudo suficiente, a primeira barreira para o preso é justamente conseguir um tipo de qualificação que seja compatível com seu grau de instrução. Então é necessário treiná-lo, capacitá-lo e educá-lo durante o período de prisão, para tentar fazer com que esse sujeito chegue em um estágio no qual seja possível ele ter alguma forma de emprego, de sustento e de renda.

A noção de recuperação leva, por um lado, à lógica do livre arbítrio, da “força de vontade”, do “esforço pessoal”.

Em sua pesquisa realizada com os detentos da Casa de Detenção (RAMALHO, 2008), o autor relata que, ao falarem sobre determinadas instituições como a polícia, o sistema judiciário, o governo, os detentos os percebem como mantenedores e fomentadores – em especial os policiais – de sua condição de delinquência, no mundo do crime. Também referem-se ao sistema como tendo a função de reprodução social da delinquência: “[...] não tem necessidade de acabar o crime, eu acho que não tem, porque se acabar o crime vai acabar uma indústria muito grande. (de um preso da Casa de Detenção de SP)” (LOSEKANN, 2008, p. 2).

⁵ VALOR ECONÔMICO, 2011.

⁶ Idem.

Nesta questão, desponta como pano de fundo um quadro de desigualdades e injustiças sociais que historicamente se destacam na sociedade brasileira. O Brasil é, reconhecidamente, um país marcado por muitas contradições e profundas desigualdades sociais, reflexo primeiro da forte concentração de renda que caracteriza sua economia. Dados recentes, divulgados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), da Presidência da República, mostram que, na atualidade, 1% da população mais rica do país detém 13,5% da renda nacional, enquanto que os 50% mais pobres detém somente 14,4%. No seu Atlas da exclusão social, Pochmann et al. (2004) mostram que, apesar de encontrar-se entre os principais produtores mundiais, com elevada exportação de alimentos e extensa área agricultável sem atividade, o Brasil mantém um terço de sua população na pobreza absoluta e esfomeada, quase 20% de sua força de trabalho sem ocupação, além de baixos níveis de escolaridade e grau de violência próximo ao de uma guerra civil.

3.2.2 Criminalização da Juventude

No Brasil, considera-se jovem a população entre 15 e 29 anos. Essa faixa é subdividida em jovens-adolescentes, de 15 a 17 anos; jovem-jovem, de 18 a 24 anos e jovem-adulto, de 25 a 29 anos.

Na faixa etária dos jovens de 15 e 24 anos está o maior número dos atingidos pela violência letal – tanto como vítimas, tanto como agressores.

Podemos verificar que o controle penal da juventude é exercido ao longo da história brasileira. Criminalizar a criança e o jovem, como já abordamos anteriormente, é uma constante desde a catequese. De modo geral, a pobreza sempre esteve atrelada à periculosidade, legitimando o controle dessas camadas da população.

Notoriamente, verifica-se o aumento crescente dos homicídios contra a juventude e a expressiva quantidade de jovens que são encarcerados ou que cumprem medidas socioeducativas.

Paradoxalmente, o jovem aparece como um retrato projetivo da sociedade, simbolizando os dilemas contemporâneos, bem como esperança em relação às tendências sociais percebidas no presente.

Se são *esperança* por quê tantos são mortos? Que grau de intolerância é esse, em que se perde totalmente a possibilidade de aceitação do outro?

No cenário nacional, percebe-se que o jovem pertencente às classes menos favorecidas tem pouca oportunidade de integração ao mercado de trabalho, aspecto reforçado pela baixa ou precária escolaridade; são alvos mais fáceis para drogas, álcool e para infração. Certamente, a grande maioria entrará num ciclo de difícil ruptura.

Há uma questão social, estrutural que se coloca: vivemos em uma sociedade de desigualdades sociais. Contrariamente aos avanços tecnológicos, não avançamos na busca de uma sociedade mais integrada e igualitária. Quais os efeitos deste cenário nas subjetividades dos jovens, em sua conduta, quando, concretamente, há pouca ou nenhuma perspectiva de alterar seus destinos? Como ser parte integrante se não se pode consumir na velocidade e patamar que a sociedade valoriza?

Nesse contexto, os grupo – em especial, as gangues – auxiliam a ocupar um lugar de visibilidade. Para Feffermann (2006, p. 70),

a “exclusão social” ou inclusão marginal, a necessidade de ser reconhecido, o desejo de pertencer, a busca de realização das promessas da Indústria cultural, o fato de serem jovens e a necessidade de correrem riscos são alguns dos ingredientes que levam jovens urbanos a se integrarem no universo das gangues e do tráfico de drogas. Um universo associativo, ambíguo, cheio de refúgios e esconderijos, mas que nele só se pode realizar por meio de ações espetaculares.

Somada a essa questão, temos a presença do Estado nas periferias, principalmente pela via da repressão, expondo a associação entre pobreza e “classe perigosa”.

Exemplo recente disso tivemos no comentário do consultor de segurança pública Rodrigo Pimentel no telejornal RJ TV 1ª edição, de 18 de junho de 2013: “Fuzil deve ser utilizado em guerra, em operações policiais em comunidades e favelas. Não é uma arma para se utilizar em área urbana”. O comentário foi feito de forma natural, racional e equilibrada, e quando analisava a imagem de um policial militar atirando não para o alto com uma metralhadora, mas na direção de manifestantes que praticavam ações violentas em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Para Silva (2013), a observação demonstra o pensamento de parte significativa da sociedade, em especial dos governantes.

No caso da reportagem, a afirmação de que a metralhadora não

poderia ser utilizada numa cena urbana de protestos, mas na favela ou em situação de guerra, ilustra como o valor a vida na nossa cidade vai depender do território ou das pessoas das quais estamos falando. Afinal, o que define a diferença fundamental para o uso do Fuzil, quando estamos falando de cidadãos da mesma cidade – e, ressalte-se, no caso das favelas, temos cidadãos que não têm garantido o direito elementar no campo de segurança pública.

Cenários como esse favorecem um não-reconhecimento das leis como referenciais normativos e como meios legais de coerção, e mesmo da força ou legitimidade que deveriam ter.

Calligaris (1988, p. 61) contribui nessa reflexão afirmando que

membros de uma sociedade moderna – se forem excluídos de seus benefícios ou mesmo do sentimento de pertencer a sua comunidade – não tem como reconhecer a autoridade de uma lei que, na representação moderna, é fundada justamente no consentimento da comunidade da qual eles permanecem excluídos.

O processo de exclusão se acentua ainda mais, pois o transgressor, por não poder reconhecer a lei de uma comunidade da qual se sente excluído, encontra-se ainda mais excluído pela resposta repressiva. Como reconhecer uma autoridade fundada na comunidade da qual eles se sentem excluídos?

Calligaris (1988, p. 62) afirma: tais jovens não reconhecem a lei,

qualquer indicação de sua efetiva e/ou mesmo eventual exclusão da comunidade implicaria automaticamente uma crise da autoridade da lei; se eles não fazem parte ou são ameaçados de não fazer parte da comunidade, a lei – segundo a representação moderna, que seria para eles a única – não tem autoridade para eles.

Essa exclusão não se dá unicamente pela privação econômica: são sujeitos tutelados na história da infância na modernidade. Ao sujeito que não se reconhece na lei, exige-se a observância da lei. Como não se dá o reconhecimento simbólico nas duas vias, a instância da lei se faz valer pela força bruta. Sentindo-se discriminados, excluídos, reafirmam o obstáculo e o medo que a sociedade têm ao enfrentar o diferente, e todos os mecanismos sociais e culturais para transformar o outro em desigual. Às situações de desprezo e humilhação respondem com violência física ou com situações que, aos olhos da sociedade, afirmam ainda mais a responsabilidade

destes pela violência. Sem reflexão, atuam na mesma lógica que os discrimina: classificam, rotulam, estereotipam.

Traremos, para enriquecer exemplos atualizados desse cenário, os relatos da publicação *Vozes* (2012), realizado pela Associação *Terre des Hommes* em parceria com a ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensoria Pública da Infância e Adolescência. A pesquisa relata as opiniões e concepções dos adolescentes envolvidos em atos infracionais, focando no atendimento recebido no Sistema Socioeducativo, desde a abordagem inicial até o levantamento de possibilidades de integração social. Englobou 180 adolescentes, entre 15 e 17 anos, sendo 160 do sexo masculino e 20 do sexo feminino, de várias regiões do país.

Seguem alguns relatos sobre justiça e infração.

Eu acho que a justiça não existe no Brasil. As autoridades cometem erros e nunca são punidas, enquanto nós, basta uma briga para sermos perseguidos por quem manda. (Luiz, 15 anos)

Justiça se faz com as próprias mãos, porque a polícia não faz. É arriscado a pessoa morrer e a polícia não fazer nada. (Luís, 17 anos)

Justiça é algo muito legal. É quando nós temos o que merecemos, sempre sonhei em uma sociedade justa, onde todo mundo pode ter onde morar, o que comer, o que vestir e quem de carinho. Com a justiça existindo, não existiria tanta violência e eu não estaria aqui. (Marcos, 17 anos)

Justiça no Brasil é quando quem rouba galinha tá preso e quando rico mata tá solto. (Ana, 18 anos)

A justiça às vezes nem é certa... A justiça prende e esquece da gente...a gente se sente jogado, por isso a gente fica rebelde. (João Maria, 15 anos)

A justiça no Brasil é podre. Podre de quem beneficia rico... Pobre é pra sofrer sempre, se queremos seguir uma vida certinha, não temos dinheiro nem pra comprar comida. Se queremos ter dinheiro mais fácil, e muito, com a “massa” e a “pedra”, a gente é errado, preso, levamos surra e ficamos nessa prisão. (Janaína, 17 anos)

Infração é quando nós vendemos droga pra ganhar dinheiro pra dar à família, infração é quando nós batemos pra nos defender dos que mandam na boca, mesmo se defendendo, nós já somos infratores. Até pelo jeito de nos vestirmos. (Eduardo, 15 anos)

Quando fui flagrado, os policiais me levaram e me deram um monte de “porrada”, depois me entregaram no Conselho tutelar, onde a mulher me deu um monte de sermão, depois fui pro juiz e pro promotor,

que também me deram um monte de sermão, sempre tinha adulto perto de mim, me dando um monte de sermão. (Bruno, 15 anos)

3.2.3 Violência e homicídios na adolescência

Em relação aos dados de homicídios na adolescência, o Observatório da Criança e do Adolescente, através do IAH (Índice de Homicídios na Adolescência), referente aos anos de 2009 e 2010, aponta a cruel realidade que “assombra” a adolescência no Brasil.

Os dados referem-se aos municípios com população maior que 100 mil habitantes, ou seja, grandes aglomerados urbanos e suas periferias. Em 2009, os dados revelaram que, para cada mil pessoas de 12 anos, 2,61 serão assassinadas antes de completarem a adolescência. Em 2010, esse valor aumentou para 2,98, o que representa um aumento inquietante da violência letal contra adolescentes o Brasil.

Cabe uma pequena explicitação para melhor entendimento do IAH.

Para o cálculo do IHA usamos, além das mortes por agressão (também chamadas de homicídios declarados) e das mortes por intervenção legal (mortes de civis em confronto com a polícia), uma estimativa que considera uma fração das mortes por causa externa de intencionalidade desconhecida. Esse procedimento pode ser resumido assim. Em primeiro lugar, selecionam-se todas as mortes classificadas pelo SIM (Sistema de informação sobre Mortalidade do DATASUS) como “agressões”, “intervenção legal” e “operação de guerra”. Em segundo lugar, classificamos as mortes por “intencionalidade desconhecida – instrumento cortante” e “intencionalidade desconhecida – arma de fogo” como intencionais (homicídios ou suicídios).” (DORIAM e MELO, 2012, p. 20).

QUADRO 3 – Distribuição do IHA pelas regiões brasileiras (2010)

Região	IHA 2010	Número esperado de mortes entre 12 e 18 anos (2010 a 2016)
Nordeste	4,93	13.094
Norte	3,62	3.634
Sul	3,19	4.695
Centro-Oeste	2,97	2.837
Sudeste	2,01	12.475

Fonte: Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010. RJ: Observatório das Favelas, 2012.

O IHA 2010 mais alto é o da região Nordeste, onde 4,93 adolescentes em cada mil seriam vítimas de homicídio entre os 12 e os 18 anos de idade. Isso equivale a uma estimativa de 13.094 homicídios entre 2010 e 2016. A incidência da violência contra adolescentes no Nordeste é muito superior à das outras regiões. O Norte aparece em segundo lugar, e o Sul, em terceiro. A região Sudeste apresenta o menor IHA. Por ela ter a maior população, entretanto, a estimativa total de homicídios para um período de sete anos na região é igualmente elevada: 12.475 mortes.

3.2.4 Crianças e adolescentes no tráfico

Sobre essa temática, há uma pesquisa muito interessante do antropólogo Luke Dowdney (2003), pesquisador do ISE (Instituto de Estudos Superiores da religião e da ONG Viva Rio.

A pesquisa *Crianças no tráfico (2013)* trata da participação de jovens no movimento e comércio do tráfico no Rio de Janeiro. Analisou-se entre cinco e seis mil jovens armados e envolvidos com o tráfico no Rio de Janeiro. Para Dowdney, esse envolvimento e expressivo aumento a partir do final dos anos 1980 é um sintoma de exclusão social.

Além da exclusão social e da expansão do tráfico, trazendo uma ideia de “normalidade” nas comunidades, Dowdney relata dois fatores que levam crianças e adolescentes a buscar essa “carreira”: a atração e a influência. Os atrativos são o *status* e o dinheiro, que é fácil e rápido; a ascensão social vai da escala de “olheiro” a “dono da boca”.

Outro dado apontado pela pesquisa é o número de mortes: entre 1987 e 2001, como dado comparativo para dimensionarmos o problema, Dowdney relata que cerca de 400 jovens morreram no conflito entre palestinos e israelenses. No mesmo período, 3.937 jovens morreram por arma de fogo na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo com as mortes, há mais e mais jovens entrando no tráfico, cada dia mais precocemente.

O Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão ligado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, divulgou em março/2013, através do Dossiê Criança e Adolescente, dados alarmantes sobre a apreensão de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro.

Em 2010, foram apreendidos 2.806 jovens em conflito com a lei. Em 2011 o número passou para 3466, com crescimento de 23,5% em apenas um ano. Segundo o relatório, 39,9% do total de 2011 ocorreu por envolvimento com drogas, sendo 82,5% das prisões por tráfico. O segundo motivo foi o roubo com 18,6%, seguido de furto – 12% dos registros. O perfil traçado indica que 78% é composto pardos ou negros, 71% tem entre 16 e 17 anos e 91,8% é do sexo masculino.

O documento demonstra que o número de jovens na condição de vítima é paradoxalmente muito maior do que na de infratores. Do total pesquisado, 88,5% foi identificado como vítimas de lesões corporais dolosas, ameaças ou lesões corporais.

Outras pesquisas confirmam a entrada cada vez mais precoce de jovens no mundo do tráfico e problematizam motivos que levam o jovem a entrar e permanecer nesse meio, bem como a dificuldade em desligar-se, requerendo-se, nesse sentido, um olhar mais cauteloso, evitando-se apontamentos mais simplistas que responsabilizem somente a questão socioeconômica.

Na pesquisa Rotas de Fuga – Relatório de Pesquisa (2006), do Observatório das Favelas, o levantamento realizado junto a 230 adolescentes e jovens trabalhando no comércio varejista de drogas em favelas, entre 2004 e 2006, 57% declarou ter ingressado no tráfico entre 13 e 15 anos.

A pesquisa “Meninos do Rio: jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas”, realizada em 2009 pelo CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) e coordenada pela profa Silvia Ramos problematiza vários aspectos a partir das seguintes questões: Quais são os motivos pessoais que levam um adolescente a optar pelo caminho do crime? Quais são as estratégias individuais às quais ele recorre, quando deseja abandonar esse caminho?

Dentre os aspectos levantados pela pesquisa, destacamos que há uma “crise no tráfico” e mudança nas dinâmicas de atração, ingresso e saída de adolescentes e jovens. As trajetórias desmentem as “razões” elencadas para entrada e saída do tráfico, tem-se a questão da sexualidade, da supremacia das armas para “atrair” mulheres. A relação entre a idade precoce e a empolgação acentua a improvisação, o amadorismo e a irresponsabilidade. Nota-se a adrenalina ainda presente nos relatos, mesmo após a saída.

Destacamos alguns trechos que explicitam os aspectos destacados:

1. A “crise no tráfico”:

No repertório das principais mudanças ocorridas no tráfico de drogas nos últimos anos, a redução dos rendimentos obtidos pela venda das drogas está na base de um dos consensos verificados ao longo de toda a pesquisa de campo. Os valores recebidos pelos que ocupam diferentes funções na estrutura da boca de fumo, contudo, quando conseguíamos que os participantes chegassem a definir números, se mostraram bastantes imprecisos e contraditórios.

[...] obtivemos depoimentos enfáticos, tanto de traficantes como de extra-trafficantes, assistentes sociais ou lideranças comunitárias, de que houve uma forte queda as remunerações e de que essa queda se acentuou nos últimos anos. A ponto de algumas “bocas de fumo” viverem na penúria, outras terem sido fechadas.

[...] Essa parece ser uma das principais consequências da crise das drogas: as bocas de fumo passaram a ser pontos de referência não só para a venda de drogas, mas também para outras atividades criminosas que dependem da drogas, como o roubo. (RAMOS, 2009, p.7-8).

2. A mudança nas dinâmicas de atração, ingresso e saída de adolescentes e jovens do tráfico; as trajetórias que desmentem as “razões” elencadas para entrada e saída do tráfico:

Nossas páginas de material bruto reuniram um repertório considerável de registros em que o jovem não precisava de dinheiro (“ele tinha tudo”), não vinha de família desestruturada, tinha casa, mãe, irmãos, estava na escola, não estava deslocado de seu grupo de amigos (pelo contrário, era integrado, querido, enturmado), não estava “ocioso” (além da escola, ele fazia parte de “projetos” na favela). É claro que muitos casos adolescentes vão para o tráfico (ou as milícias) em busca de dinheiro, alternativa profissional, para fugir de famílias violentas, para escapar de pais ou mães alcoolizados e degradados, ou por outros motivos socioeconômicos “clássicos”. Mas é importante perceber que em muitos casos as trajetórias de vida não correspondem a essas razões mais óbvias ou frequentes. [...] Entre os “casos inexplicáveis”, uma assistente social fala de um que conhece bem: “eu sei de meninos que praticamente quase nem ganham, entendeu? Mas está ali, o negócio deles é estar ali na esquina, estar ali com o fuzil [...] Tem o filho de uma conhecida, ele tem uma estrutura familiar, tem tudo e ele simplesmente falou que o que ele quer é estar lá no tráfico”. (RAMOS, 2009, p. 10).

3. A questão da sexualidade, a supremacia das armas para “atrair” mulheres:

“Muitas pessoas de classe alta, tipo assim zona sul, eles vão pra favela pra curtir. As patricinhas descem do condomínio luxuoso, vão pra favela e olha o vagabundo sem camisa, com a arma, todo suado, fedendo, aí diz “é o príncipe de todos os meus sonhos”. (Jovem de projeto)

O tema da sexualidade se impôs à nossa pesquisa. Trata-se de uma das surpresas, talvez a maior, encontrada em campo. As relações, entre, de um lado, “conseguir meninas”, “ser assediado por garotas bonitas”, “ser olhado, reconhecido, desejado” e, de outro, “usar armas”, “ser do tráfico”, “virar bandido” foram mencionadas sem exceção por jovens do projeto, rapazes ou moças, traficantes e lideranças. Mesmo quando este ponto não estava em nosso roteiro prévio.

A informação mais repetida, confirmada, explicada e reassegurada – e ainda assim, surpreendente e obscura – é a supremacia das “armas para atrair mulheres, meninas bonitas, da favela, de fora e até de outra classe social. As chamadas “Maria Fuzil” (RAMOS, 2009, p. 14)

4. A relação entre a idade precoce e a empolgação, que a improvisação, o amadorismo e a irresponsabilidade:

“Os “novinhos” e “empolgação” foram outras duas categorias recorrentes nas entrevistas. “É empolgação hoje em dia a molecada já tá empolgada, na minha época era difícil, o cara na minha época não gostava de criança no tráfico, era só adulto”. “O novinho topa tudo, quer subir, quer fazer nome, gostam de mexer com os outros, o que mandar fazer eles fazem mesmo, não quer saber não. Nós que já é mais antigo, já passou por tanta coisa, não maltrata ninguém. [...] Os cara não, vai que vai, não quer nem saber, eles querem fazer o nome deles. A gente não, não vai querer errar e ser esculachado. (RAMOS, 2009, p. 16)

5. A adrenalina, ainda presente nos relatos mesmo após a saída:

“Um comentário, ainda sobre os aspectos mais simbólicos e menos objetivos que movem a “vida no crime”, a adrenalina. Alguns entrevistados mencionaram que mesmo quando um jovem já saiu do tráfico, quando ele fala do passado, “chega o olho brilha. Tem um prazer ali”. De fato, observamos claramente esse fenômeno em vários momentos da pesquisa. Mesmo jovens mais maduros que se tornaram lideranças públicas, e que estão acostumados a contar suas trajetórias criminais, ocorridas às vezes há bastante tempo, vibram ao falar do passado. Os relatos podem demorar horas [...]. Contam como foram presos, lembram dos diálogos que travaram com policiais, como foram baleados, as fugas, os confrontos, as armas, o número de tiros...como se fosse um filme. Esse fenômeno talvez não seja muito diferente de outro observado pelos assistentes sociais e técnicos. Os jovens que estão atualmente no tráfico se referem ao futuro, também, como um filme: “quando eu for preso”, “quando eu morrer”. (RAMOS, 2009, p. 16).

Verificamos em Carreteiro (2003, p. 63) a confirmação dessa lógica do tráfico de drogas, evidenciando, em relação aos “grandes” do tráfico, uma identificação positiva:

a lógica do tráfico de drogas se constrói sobre um modelo que intensifica a virilidade, a força física, o poder das armas. Os grandes traficantes surgem como poderosas figuras de identificação – eles secretam prestígio, respeito e dinheiro. Estes três signos consolidam poder e reconhecimento. Recentemente, ouvimos de alguns adolescentes os seguintes comentários sobre Fernandinho Beira-Mar: “*O cara impõe moral*” e “*O homem é cheio de poder, mesmo preso manda em tudo*”. Sabemos que estes fatos são compartilhados por grande parte da população. Mas no contexto em que eles foram escutados, é reforçada a ideia de uma identificação heroica.

3.2.5 A violência praticada nas Instituições

No Brasil, várias questões – destacando-se os homicídios, maior causa de morte na faixa etária de 15 a 19 anos – têm mobilizado profundos questionamentos do papel da instituições que são responsáveis – tanto direta quanto indiretamente – pela proteção e pela transmissão de valores éticos e morais. Os meios de comunicação estão entre estas, e fazem parte do processo de socialização, bem como têm a função de levantar temas que serão debatidos na sociedade.

Sem qualquer dúvida, herdamos práticas repressoras do período ditatorial, em especial em algumas instituições. Pouco sabemos das marcas subjetivas que as experiências de violência deixam nos sujeitos e na sociedade.

As discussões levantadas sobre as brutalidades dos policiais nas manifestações populares ocorridas há meses atrás, por exemplo, é a maneira padrão dessas forças do Estado em bairros pobres e periféricos.

O Estado, por meio de suas forças policiais, tem violado diariamente os direitos básicos dos cidadão, em especial dos pretos, pobres e periféricos. Essa violação tem consequências.

O pacto de silêncio que muitas vezes se faz em torno dessas violações cometidas agrava ainda mais o sofrimento das vítimas e de seus familiares, exacerbando as condições de vulnerabilidade e isolamento que se instalam.

Aspecto ainda mais agravante é o fato de que aqueles que são expostos a situações de desrespeito de direitos humanos tendem a reproduzir as violações sofridas, engendrando um irremediável ciclo de violência continuada.

Atualmente, encontramos com mais frequência relatos da crueldade vivenciada nas instituições brasileiras. Citamos como exemplo, o relato de Mendes (2009), no final do século XX, em que está exposta a perpetuação da barbárie humana dentro das prisões:

a sociedade da época, enganada, julgava que estávamos sendo reeducados. Mas estávamos era desenvolvendo, ampliando e trocando nossos conhecimentos relacionados com o crime. Tenho certeza de que aqueles que executavam aquele trabalho de nos manter presos, como o juiz de menores, guardas e funcionários públicos, sabiam que não estavam nos reeducando. Isso fica claro pelo fato de que a maioria de nós estava condenada a ali permanecer até completar a maioridade. Alguns, os tidos e havidos como mais perigosos, após completar os dezoito anos, ainda eram enviados à Casa de Custódia de Taubaté, onde permaneciam presos, nas mãos de psiquiatras (esses loucos), até completar vinte e um anos. Se acreditassem que nos reeducavam, nos soltariam antes, reeducados. (MENDES, 2009, p. 180).

Outro destaque importante na narrativa de Mendes são os momentos de tortura, ameaça e eliminação de toda expectativa de uma vida mais digna, contrariando todos os princípios sobre os quais o encarceramento foi criado e defendido:

fomos posicionados em um tablado de madeira. Mandaram-nos tirar as roupas, revistaram tudo minuciosamente, rosnando e xingando, procurando um motivo mínimo que fosse para nos espancar. “Abre as pernas!”, “Abaixa!”. Sempre a mesma ladainha para humilhar o preso, esse desgraçado social que veste um uniforme e aceita todas as pechas e ofensas. Pior é que, fora dali, aqueles homens são honrados chefes de família, vão à missa e se dizem cristãos. É como se tivessem dupla personalidade. Aliás, até hoje acho questionável o fato de se dar uma arma e autoridade a um homem, para que ele exerça essa autoridade sobre os outros. Pelo que conheço dos homens, isso fica mais questionável. É verdade que somente em tese, pois, na prática, a nossa civilização está tão viciada em ser comandada à força que, se de repente não existir tal coerção e ameaça, acabará tudo em caos e destruição. (MENDES, 2009, p. 271-272).

No final de 1972, alguns presos, condenados a uma infinidade de anos de cadeia, começaram a desesperar-se. Estava incluído nesse meio, minhas penas somavam mais de setenta anos. Estavam ainda

sumariando inquéritos que, na certa, resultariam em mais condenações. O desespero de não ter perspectivas de liberdade criava um espaço vazio, um buraco negro na mente da gente. Nesse espaço ecoava um grito de pavor que ficava sem resposta. (MENDES, 2009, p. 411).

Mendes encontrou um caminho de rompimento com as situações vivenciadas. Encontramos no final do livro, sua “conversão para o bem”, através da literatura, e os riscos que percebia em se manter na criminalidade. Entretanto, esse rompimento não foi fruto da proposta institucional:

o crime, a malandragem, a ideia que perseguira desde a infância, de ser bandido, malandro, foram se afastando do meu foco de visão. Agora aquilo era muito pouco para mim, diante dos horizontes que divizava. A cultura, o aprendizado, levavam-me a fazer uma releitura do mundo. Havia um lado melhor, e eu queria pertencer a ele. Claro, a cultura do crime que assimilara desde a adolescência ainda era, de certa forma, dominante em mim, mesmo que não conseguisse perceber. Estava no meu sangue, nos meus ossos, demoraria a vida toda para conseguir um certo equilíbrio com a cultura social. (MENDES, 2009, p. 468).

Agregados a relatos como o de Mendes, podemos elencar o de Silva (1997), que no remete aos grandes orfanatos existentes no mesmo período em referência.

Até por volta de 16 anos, sempre que alguém me perguntava sobre quem era meus pais, invariavelmente eu respondia: o Governo. É óbvio que eu não tinha clareza suficiente para entender quem era esse meu pai nem o que ele fazia, mas isso ficou mais fácil quando tive de entender quem era minha mãe: a Febem. Sempre que um funcionário ou um outro menino me negavam alguma coisa ou tentavam impedir-me de entrar em algum lugar, eu sempre protestava: isso não é seu, é do Governo, da mesma forma que uma criança diria: isto é do meu pai. (SILVA, 1997, p. 11).

Silva (1997) também encontrou outro caminho, conforme nos relata:

meu propósito era descobrir todos os detalhes de minha própria história de vida, mas não queria nem poderia, no âmbito de um curso de pós-graduação, colocar-me como centro e objeto de meus próprios estudos. Assim, cada um dos meus irmãos e eu, com exceção da menina, passamos a fazer parte do universo que eu iria ainda selecionar e com o qual passaria a trabalhar. (SILVA, 1997, p. 26).

A passagem, de ponta a ponta, pelo ciclo de formação da criminalidade que eu me apropriasse, até mesmo como único recurso

de sobrevivência, do código de valores, da estrutura socioafetiva e das representações subjacentes a esse universo, e essa apropriação, secundada por certa habilidade na sua manipulação, por si só me teria bastado para a sobrevivência no submundo das prisões e do crime.

O fato de eu ter saído de tal universo e ingressado em outros, cujos códigos de valores, estruturas socioafetivas e representações subjacentes são radicalmente diversos, colocou-me o desafio de também apropriar-me de seus instrumentos conceituais e de suas ferramentas teóricas, pois é exatamente a capacidade de dominá-las e de manipulá-las que determina o papel que o indivíduo vai passar a ocupar dentro desses respectivos universos. (SILVA, 1997, p. 28).

Mendes (2009) e Silva (1997) narram sobre as violências vividas. São exemplos públicos de sobrevivência a situações extremas vivenciadas em instituições brasileiras – em destaque, no sistema prisional, responsabilidade do Estado, criado para a ressocialização do apenado e sua reinserção positiva na sociedade.

Nesse contexto, como pensar ou trabalhar uma proposta de reintegração social?

Para Foucault (1979), estas instituições tem a função de reprodução da violência e não o inverso:

[...] a sociedade sem delinquência foi um sonho do século XVIII que depois acabou. A delinquência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinquência. Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença do policial tolerável pela população senão o medo dos delinquentes. [...] Aceitamos entre nós essa gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos o direito de estar, que nos pode documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias nos jornais, artigos onde se conta quão numerosos e perigosos são os delinquentes? (FOUCAULT, 1979, p. 137).

Trassi (2006) nos traz apontamentos sobre o movimento cíclico que observou na FEBEM-SP em relação ao movimento de início de tentativas de mudança na instituição, e seguidamente, sua não sustentação:

no início de 2005, em uma conjuntura política de enfrentamento de setores do governo com os trabalhadores envolvidos com as práticas de maus-tratos e tortura na instituição Febem (prisões e demissões), ouve a esperança, mais uma vez, de erradicação da tortura na instituição, a extinção da Febem-SP e a construção de outra instituição jurídica, com descentralização administrativa, outro modelo arquitetônico e socioeducativo, com pessoal qualificado de acordo

com o proposto pelo ECA e que superasse definitivamente os resquícios das práticas da ditadura militar que permanecem ali. O trânsito pelas entidades de atendimento e defesa de direitos da área da infância e juventude permitiu acompanhar de perto e participar de acontecimentos em que se vislumbrava isso...

De novo, uma ilusão... os meninos saíram dos telhados das unidades, a mídia já não está a postos, o modelo prisional prevalece. As mães (AMAR) foram proibidas de entrar nas unidades. Os pais que visitam seus filhos presos dizem “não deu para aproveitar a visita porque ele tá muito drogado”. De novo, “a tranca e o couro” ou “tá tudo dominado”. Até quando? (TRASSI, 2006, p. 35).

Estudos como Oliveira (2004), Yokomiso (2007), Franco (2008), Costa (2007) e Yokomiso (2013), entre outros, apontam para a existência de políticas contraditórias no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, e de como a violência se encontra presente nas instituições de internação desses adolescentes.

Franco (2013) realizou um levantamento de Teses e Dissertações defendidas na USP entre 1979 e 2006, com o tema FEBEM. Foram encontradas 36 pesquisas, constatando um aumento significativo a partir dos anos 1990. Outro dado importante apontado pela pesquisa é que a instituição em questão ainda não havia alterado seu modo de funcionamento até o ano de 2006.

Oliveira (2004) questiona as verdadeiras intenções do Estado e de seus órgãos em relação ao avanço de propostas que se enquadram num movimento de democratização que buscava consolidar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

As políticas públicas seguem operando segundo os padrões já consagrados, ou seja, não romperam com lógicas antigas [...] As forças políticas conservadoras continuaram aperfeiçoando suas estratégias para impedir o avanço democrático [...]. Entre as principais armas com que contam nesse sentido, estão as investidas, por intermédio dos meios de comunicação de massas, para reativar e perpetuar as imagens negativas das classes populares, particularmente as dos jovens moradores na periferias e favelas das cidade. (OLIVEIRA, 2004, p.186).

Consideramos relevante neste cenário a discussão da dimensão subjetiva da violência do Estado. Discutir as consequências psíquicas trazidas por ações marcadamente brutais, especialmente quando quem, em sua estrutura de funcionamento, são os garantidores da segurança daqueles que se tornam os algozes.

Com relação à violência policial, são inúmeros os relatos de situações de violência e humilhação, como verificamos nos relatos de Ramos (2009).

Eles entram e acham que é tudo roubado, tem geladeira nova, acham que é roubada, se a geladeira tá cheia “ah isso tá cheio demais”, colocam no chão e mijam em cima” (mãe de um adolescente sob medida socioeducativa) (RAMOS, 2009, p. 24).

São inúmeros, vergonhosos e dolorosos os casos envolvendo a polícia ao longo dos sete meses de pesquisa. É desnecessário citá-los aqui, porque eles reproduzem a farta, amplamente conhecida e já ilustrada crônica cotidiana de barbaridades e degradação da força do Estado, especialmente na sua relação com as favelas. [...]

[...] Trata-se de uma cultura policial arraigada que naturaliza o desrespeito a todos os moradores das áreas pobres da cidade, banaliza a brutalidade e de certa forma justifica a cada dia o próprio fracasso através da lógica da guerra contra o crime, dos armamentos nas mãos dos marginais, da escolha feita por aqueles que recebem a polícia a tiros, do remédio amargo. (RAMOS, 2009, p. 24).

Todo esse cenário de truculência e arbitrariedades não pode nos confundir e nos impedir de compreender que a polícia também é parte absolutamente fundamental para a solução desse caos social. Cabe pensar a que atuação policial estamos nos referindo.

4 CAMINHOS PERCORRIDOS

O universo de pesquisa deste estudo foi pensado para compreender, em especial, o que, na visão do adolescente, contribui para a reincidência do ato infracional. Para tanto, foram realizados encontros com grupos de adolescentes reincidentes, tanto na medida em meio fechado, quanto na medida em meio aberto.

4.1 Locais do estudo e participantes

A pesquisa foi realizada através de dois grupos:

4.1.1 O primeiro grupo

Foi desenvolvido em um Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA⁷, destinado à aplicação de medida de internação masculina, no estado de São Paulo.

O Centro Socioeducativo foi uma escolha realizada pela Fundação Casa, instituição responsável pela aplicação das medidas de Internação e Semi Liberdade no estado de São Paulo. A pesquisadora havia solicitado que fosse realizada em outro Centro Socioeducativo em razão de sua atuação nos Conselhos de Direitos, órgãos partícipes nas discussões de políticas públicas.

Foi realizada a coleta de dados com um grupo de adolescentes do CI – Centro de Internação, reincidentes na medida de internação.

Todos os adolescentes reincidentes aceitaram participar da pesquisa, totalizando no grupo dez adolescentes.

Foi solicitada autorização à Fundação Casa, conforme Portaria Normativa n. 155/08, para a realização da pesquisa na instituição. O projeto passou por avaliação

⁷ O projeto fora aprovado com o título “Desatando nós para o trabalho socioeducativo com adolescentes: o revelar das alianças inconscientes”.

dos setores competentes, a fim de análises e sugestões, tendo sido aprovado pelo Gabinete da Presidência da Fundação.

Após assinado Termo de Autorização, iniciei as tratativas com o CASA autorizado; na sequência, procedi solicitação ao Juiz Corregedor da respectiva comarca.

Todos os adolescentes e responsáveis (necessários, quando o adolescente é menor de idade), assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.1.2 O segundo grupo

De meio aberto, foi desenvolvido em um programa vinculado à SEMADS⁸ (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no Município), onde o atendimento é realizado por servidores do município. Foi realizada a coleta de dados com adolescentes reincidentes na medida de liberdade assistida.

É importante assinalar que houve necessidade de mais de uma tentativa para a realização da coleta de dados com os adolescentes no Programa.

A primeira tentativa foi realizada pela equipe técnica que atua no acompanhamento das medidas. Realizou-se contato com os adolescentes reincidentes agendando-se dia e horário quando seria mais bem explicitada a proposta pela pesquisadora. No dia e horário agendado não compareceu nenhum dos adolescentes.

Passados dois meses, novamente a pesquisadora contatou o Programa e lhe foi fornecido dados de telefone para que ela fizesse o convite aos adolescentes.

Foram fornecidos contatos de 12 adolescentes, sendo que dois haviam sido novamente apreendidos. Em seis contatos, os telefones não atendiam, sendo a ligação direcionada para caixa postal. Dos quatro restantes, três foram atendidos pelas mães e um, pelo próprio adolescente. As três mães se comprometeram com a participação dos filhos. Uma delas, inclusive, acompanhou o filho na primeira entrevista, as outras duas ligaram posteriormente, justificando que não haviam

⁸ O projeto fora aprovado com o título “Desatando nós para o trabalho socioeducativo com adolescentes: o revelar das alianças inconscientes”.

conseguido convencer seus filhos para a participação. O adolescente com o qual foi estabelecido contato direto participou ativamente da proposta.

As tratativas para autorização da pesquisa foram providenciadas diretamente com representantes da SEMADS. Em seguida, foi encaminhada solicitação ao Juiz Corregedor da respectiva Comarca.

Todos os adolescentes e responsáveis, necessário quando o adolescente é menor de idade, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

4.2 Material

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com grupos operativos, fechados, no formato de estudo de indivíduos adolescentes reincidentes. Foram explorados dois grupos de adolescentes, sendo o conteúdo do discurso destes utilizado para levantamento do emergente de análises.

Propusemos fazer uso de gravador, papel, lápis e caneta. Entretanto, na unidade de internação não foi autorizado pela Fundação Casa o uso do gravador, nem a entrada de um assistente da pesquisadora para observação do grupo. No Programa em meio aberto foram utilizados todos os materiais.

A metodologia foi baseada na teoria do Vínculo de Pichon-Riviere (1986), que propõe como procedimento os grupos operativos.

4.3 Método

Pichon-Riviere (1986) propõe, em Psicologia Social, uma perspectiva intersubjetiva, e que analisa o interjogo entre sujeitos por um interacionismo que não

desdenha a análise do acontecer intrasubjetivo, a eficácia dos processos inconscientes. De igual forma, os processos intersubjetivos não podem ser compreendidos sem nos voltarmos à análise do mundo interno. À estrutura, entende-se como um conjunto de relações em permanente transformação. Tais relações são mutuamente determinadas entre sujeito-objeto, mundo externo e mundo interno.

Segundo Pichon- Riviere (1986) apud Fernandes (1989),

a psicologia social que postulamos tem como objeto de estudo o desenvolvimento e transformação de uma relação dialética, que se dá entre estrutura social e fantasia inconsciente do sujeito, fundada sobre suas relações de necessidade. Dizendo de outra maneira: a relação entre estrutura social e configurações do mundo interno do sujeito, relação esta que é abordada através da noção de vínculo. (PICHON- RIVIERE, 1986, p. 41).

Assim, para Pichon-Riviere (1986), a subjetividade está determinada histórica e socialmente enquanto o sujeito constitui-se como tal no processo de interação, em uma dialética ou interjogo entre sujeitos, da qual o vínculo constitui unidade de análise.

A reflexão se dá sobre o sujeito psicológico, analisando a partir de uma perspectiva que determina a abordagem sobre esse sujeito: a rede vincular. “O sujeito não é só um sujeito relacionado, é um sujeito produzido em uma práxis. Nele não há nada que não seja a resultante da interação entre indivíduo, grupos e classes” (PICHON- RIVIERE, 1986, p. 174).

Para Fernandes (1989, p. 43), a necessidade

é experimentada pelo sujeito enquanto tensão interna e o envia ao mundo externo em busca de gratificação. Ela determina a primeira contradição experimentada pelo sujeito: necessidade X satisfação. Para superá-la, este “sujeito da necessidade” opera sobre a realidade, material e simbolicamente e se transforma, transformando também o contexto externo.

Dessa forma, o grupo é objeto de estudo para compreensão desse sujeito e da articulação entre sua determinação interna e a determinação externa, passando a ser unidade de interação, de análise.

Pichon-Riviere (1989 apud FERNANDES, 1989, p.48) caracteriza o grupo como “o conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe, de forma explícita ou implícita uma tarefa, que constitui sua finalidade”.

A tarefa que adquire prioridade no grupo é a elaboração de um esquema referencial comum (ECRO), condição para estabelecimento da comunicação. Nessa elaboração acontece um processo de aprendizagem, partindo das fontes vulgares, pois cada um dos membros leva ao grupo seu próprio esquema de referência.

Tal elaboração pressupõe uma funcionalidade de papéis dentro do grupo, de fundamental importância na análise do interjogo de papéis.

O grupo operativo é um jogo centrado na tarefa que tem por finalidade aprender a pensar em termos das dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal, e não no campo de cada um de seus integrantes, o que seria uma psicanálise individual em grupo. Entretanto, também não está centrado exclusivamente no grupo, como nas concepções gestálticas, mas sim em cada aqui-agora-comigo na tarefa, que se opera em duas dimensões, constituindo, de certa forma, uma síntese de todas as correntes. Consideramos o doente que enuncia um acontecimento como o porta-voz de si mesmo e das fantasias inconscientes do grupo. (FERNANDES, 1989, p. 19)

Para Fernandes (1989, p. 50), a técnica operativa

intervém em duas direções distintas, e a interpretação é feita em dois tempos. Inicialmente ela se volta ao porta-voz e em seguida assinala-se que o explicitado é também um problema grupal, produto da interação dos membros do grupo entre si e com o coordenador, e que ele – porta-voz por um processo de identificação subliminar – percebe e anuncia.

5 ANÁLISE

Do material coletado através dos grupos, acrescido de outros relatos, outras pesquisas, permitiriam inferir – a partir do referencial teórico – os principais motivos que, na visão dos adolescentes, contribuem para a reincidência.

Iniciaremos pelo que aparece de forma mais frequente e incisiva na coleta de dados.

5.1 Adrenalina

“Hoje não volto mas sinto falta de estar lá, da adrenalina, de estar com os caras. Eles eram muito da hora” (A, 18 anos).

A adrenalina de estar nessa vida. Coração bate muito forte. A gente tá lá fora e quer desfrutar de coisa boa: mulher, carro, roupa. Não tem outro jeito de conseguir essas coisas. A gente opina pelo crime.

[...] **Mas no crime a gente é independente, é livre.**

Não, tem regra. **Mas eu prefiro ficar dependente do crime.** Passa o que tem fazer e pronto. É o caminho mais curto pra conquistar as coisas.

No crime, na primeira remelada que der os caras querem seu pote. Mas a gente prefere o crime.

A maioria prefere sair do crime quando comete falha, se tiver firmão não sai.

Porque a casa ainda não caiu. Dois bandidos atrás de você, você não quer. Mas ainda assim, a gente prefere depender do crime do que da mãe. **A gente tem mais liberdade. Como as drogas, se quiser. Quando você vê é o centro da atenção, tanto da polícia, da mulherada, dos criminosos.**

Não, porque eu quis (referindo ao porque infracionou novamente). Você sai daqui tem que ir pra escola, fazer isso, fazer aquilo. Nos mandam fazer coisa por mandar. Mandam pra escola, a escola não quer a gente lá. A tiazinha quer olhar a bolsa da gente. Tudo o que acontece na escola foi a gente que fez.

Estou aqui por uma ação, mas a consequência tem sua reação. **Não estou atrás de ilusão, o que eu sempre procurei, com certeza foi a progressão.**

É o jeito, pra ganhar o dinheiro. **E a gente gosta, gostava de tá lá no meio com os outros.** Traficando mas ganhando o meu dinheiro. Eu ia mesmo.

Antes, ó... Antes eu era muito arrogante, não respeitava os outros, sabe. Aí depois que eu comecei a trabalhar na biqueira, que eu comecei a andar com os caras. **Depois eu andava com os caras da hora de lá, com os caras grande.** Daí que eu fiquei vendo que não é bem assim. Passei a respeitar os outros, principalmente os moradores. Eu fui vendo que tem que andar de boa, sabe. Eu mudei muito. Agora eu escuto as pessoas. Os caras sempre falavam: tem que respeitar.

Minha vida não foi ruim não. Por isso que eu falo que foi a melhor coisa pra mim. Lá eu aprendi bastante. Não o que aprende assim de escola, de ser esperto. **Aprendi o que é a verdade, a respeitar. Antes eu não respeitava. Me achava até melhor que os outros.**

Eu tenho pensado nesse assunto e acho que voltava porque era de menor. **Hoje não volto, mas sinto falta de estar lá, da adrenalina, de estar com os caras. Eles eram muito da hora.** O barulho do radinho, os pneus girando, cantando.

Eu tinha coisas mas eu era um bobão. Ficava muito em casa, jogava muito videogame. Todo videogame que saía minha mãe me dava. Tinha que ficar só em casa, não podia sair para fora de casa. Nunca tinha pensado em fumar maconha. Até os 16 anos. Com 14 anos eu brincava de carrinho ainda, não tinha nenhuma maldade, **até de ficar com as meninas, sabe? Não tinha.** Pensava em jogar videogame, jogar bola, treinava na escolinha. Nunca precisei disso. Mas depois eu comecei a sair, conhecer o mundão. **Achei da hora.** Como já falei, eu era muito arrogante, acho que eu virei mais gente. Aprendi a respeitar mais. Se eu fosse de menor, eu voltava.

Ser criminoso aparece uma forma de chegar ao estrelato, ter importância. Ser bandido, traficante, proporciona *status*, importância, brilho.

É prazeroso para o jovem ser venerado pelos colegas que, como ele, atuam no crime. Evidencia-se uma situação de sedução: propicia-se emoção, prazer e poder. Tais valores explodem na forma de adrenalina.

A questão dos riscos e benefícios parece ser pensada de acordo com uma constatação anterior de que a opção pela vida delitiva envolve riscos dos quais não seria possível escapar.

Evidencia-se uma lógica do crime, dos crimes mais leves aos mais graves, dos mais fáceis aos mais arriscados, lógica que é apresentada como algo natural, que não exige explicação.

Outros relatos confirmam essa expressão de obtenção de prazer na criminalidade.

Sermos bandidos era a glória. O nosso poder parecia infinito dentro do carro, com as armas. Tudo era nosso. Era só descer e tomar. Se tudo o que tinha significado estava nas mãos dos outros, nada mais justo que fôssemos tomar nossa parte. Por que tudo para eles e nada para nós? Cabia-nos buscar nossa parte da maneira como aprendêramos a buscá-la. Todos eram iguais a nós. Estávamos justificados se matássemos, roubássemos. Quem se interpusesse no caminho que seguíamos em busca de nossos objetivos, merecia morrer. Nada mais correto. Tudo o mais parecia irrelevante. (MENDES, 2009, p. 371-372).

A corrupção nos meios jurídicos era profunda. Estávamos convictos de que só estávamos presos porque não tínhamos capital. **E não tínhamos capital porque não roubávamos pelo dinheiro somente. O dinheiro era apenas o veículo de nossa liberdade. Liberdade para vivermos o que estava incutido em nós, desde que nascêramos, como condição para sermos livres. Queríamos as emoções fortes que nossa juventude nos exigia.** E a maioria de nós provinha de institutos de menores de idade, e carregava os valores ali adquiridos (MENDES, 2009, p. 412)

A pesquisa “Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido”, realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e publicada em 2002, diz que a adrenalina – depois da identificação com o grupo – é o segundo fator mais apontado como motivo de entrada de crianças e adolescentes no mundo do tráfico.

Foi perguntado a todos os entrevistados o que os levou ao narcotráfico. Para as crianças e os jovens maiores de 18 anos, os dependentes e os membros dos envolvidos no tráfico, a escolha pessoal é o elemento-chave que leva as crianças para o negócio. De acordo com esses grupos, os principais motivos são a identificação com o grupo, a adrenalina, assim como o desejo de consumir substâncias ilegais.

Os trabalhadores na comunidade, os líderes comunitários, as crianças e jovens maiores de 18 anos que não usam drogas, bem como os técnicos de instituições judiciárias, por outro lado, segundo a pesquisa, tendem a explicar a atração das crianças para o negócio por sua falta de recursos financeiros e/ou fraca estrutura

familiar. Eles consideram os fatores externos como elementos relevantes que levam as crianças para o narcotráfico. Os policiais consideram os fatores estruturais importantes, mas tendem também a ressaltar os atributos individuais como relevantes.

Outro aspecto a ser apontado é essa adrenalina como uma forma de protagonismo: “[...] Mas depois eu comecei a sair, conhecer o mundão. Achei da hora [...]” (A., 18 anos).

Losacco (2004) traz uma visão de protagonismo no adolescente que comete transgressões e infrações.

Nos dizeres da autora,

para nós, então, o chamado protagonista juvenil é aquele que, através de diversas formas de debates com outros jovens ou com o coro (sociedade civil e governamental) ao mesmo tempo, desvela o drama social juvenil e faz com que surja, por meio de ações reivindicatórias, a crise social vigente. Portanto, não se diz protagonista só aquele que desencadeia comportamentos aceitáveis socialmente. Também é protagonista o adolescente que, por intermédio de transgressões e de infrações, coloca no cenário social as reais condições e valores vivenciados por uma determinada camada social para que, de alguma forma, seja debatida e solucionada. (LOSACCO, 2004, p. 91).

Grosso modo, poderíamos isso entender como um “protagonismo às avessas”. Entretanto, é muito presente nos relatos que as ações embasadas em formas de entendimento, que buscam ou modificam a interação com o mundo: “[...] Cobia-nos buscar nossa parte da maneira como aprendêramos a buscá-la. [...]” (MENDES,2009). “[...] Queríamos as emoções fortes que nossa juventude nos exigia [...]” (MENDES,2009). “[...] Daí que eu fiquei vendo que não é bem assim. Passei a respeitar os outros, principalmente os moradores. Eu fui vendo que tem que andar de boa, sabe. Eu mudei muito. Agora eu escuto as pessoas” (A., 18 anos).

5.2 A repetição do ato

A vida do crime era boa quando eu tava lá fora, mas agora eu to preso, dá vontade de parar. Mas quando eu sair, vou querer continuar. (Adolescentes da internação).

A gente sai pra roubar, quando se dá conta, tá aqui de novo. É normal. Não tem o que fazer. .

A vida do crime não admite falha. Ou você entra na linha ou você entra na bala. .

A vida do crime era boa quando eu tava lá fora, mas agora eu to preso, dá vontade de parar. Mas quando eu sair, vou querer continuar. .

Eu to tranquilo. Agora eu saí. Dei um tempo. Se eu não arrumar um trabalho, é perigoso eu voltar. Não tenho certeza, mas tá osso.

Você imagina por dia ganhar isso? Quem não quer? E sabendo que não vai dar em nada ainda. Um monte queria estar no meu lugar. Agora que eu saí, tem um monte lá querendo. Vai ser sempre assim, nunca acaba. Porque não vai dar nada para o menor. O dinheiro vai vim, não vai dar em nada e se não for a gente, vai ter outro. Não tem como acabar.

Os relatos demonstram uma repetição do ato de delinquir de forma compulsiva; a manutenção da prática é entendida como algo de que não há muito como fugir: “o dinheiro vai vim, não vai dar em nada e se não for a gente, vai ter outro. Não tem como acabar” (A., 18 anos).

No entendimento de TRASSI (2006, p. 26), o delito, que é um sintoma, “revela algo, mais ou menos grave, que ocorre com o adolescente e com o tecido social”.

Para a autora, a compreensão da prática do delito e do tipo de delito é possível quando o situamos na trajetória de vida de seu autor, localizado numa rede de relações, em tempo e em espaços de convivência e experiências constituintes de sua subjetividade. Dessa forma, é possível apreender o significado daquela conduta para além dos códigos e controles sociais que transgride.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa realizada por Assis (1999), constata diferenças entre adolescentes infratores e seus irmãos não-infratores. Segundo a autora:

[...] Observando-os em plena juventude e indagando sobre sua infância, verificou-se que as percepções dos infratores e não-infratores sobre amigos, família e sociedade diferiam em muitos aspectos. Os irmãos não-infratores eram mais resilientes: possuíam maior capacidade de resolução de conflitos e de planejar o futuro, maior preocupação consigo mesmos e com seus amigos e maior apoio de adultos significativos. No entanto, padeciam das mesmas limitações sociais dos infratores que os tentavam com a perspectiva de ascensão rápida e ilegal... Em ambos está presente o potencial para a resiliência, mas certamente os meninos infratores já acrescentaram mais pontos de vulnerabilidade ao seu currículo, os quais precisarão ser enfrentados, caso pretendam dar outro rumo à vida. (ASSIS, 1999, p. 189).

Do estudo, apontam-se vivências, aspectos afetivo-emocionais como elementos importantes que interferem na “escolha”: tornar-se ou não infrator.

5.3 Consumismo

eu queria é estar com dinheiro, pode ser do tráfico, pode ser do roubo. Eu pensava e penso assim ainda. (A., 18 anos).

Consumismo. Tênis de marca, as meninas. Elas não querem ficar com um menino que não tem nada. Se rouba, você pode usufruir de coisas boas. Se não roubar, você não consegue.

Traficar, roubar é para ter o dinheiro. Senão, não tem.

Oh! Como é que a gente vai ganhar dinheiro? A única opção é o crime.

Passear, ir pro Mac, gastar com a namorada. Para isso precisa de dinheiro, ir pras baladas.

[...] Eu passava lá. Pedia alguma coisa fiado lá no bar e ninguém vendia nada. Ficavam pensando “vai pagar com o que”. Ai depois que eu comecei, ia lá e comprava tudo que eu queria. Ia com R\$1.000,00 só pra comprar umas coisas. Tava sempre com bastante dinheiro[...]Se você está sem dinheiro, como é que você vai entrar no bar? Como você vai andar de cabeça erguida na rua? Você não tem dinheiro, vai comprar o que? Agora se você tem dinheiro, não importa de onde veio. Ninguém se preocupa de onde veio seu dinheiro.

[...] eu queria é estar com dinheiro, pode ser do tráfico, pode ser do roubo. Eu pensava e penso assim ainda.

Eu não precisava disso. Eu ia mesmo porque eu gostava. Eu tinha escola, tinha roupa, tinha comida em casa. Não me faltava o que comer. Não era a minha vontade, né. Não podia ter do bom e do melhor, tudo. Mas não passava fome. Tinha arroz, feijão, carne. Mas eu queria mais, queria comprar minhas roupas, queria ter meu dinheiro. Poder sair pra os lugares, para as baladas. Eu saía para todo canto, gastava o dinheiro. É isso que eu achava da hora. Era molecção, gostava disso.

Era muito diferente, muito diferente. Com esse dinheiro o olho já começava a crescer para as coisas, roupa e sapato de marca, já não comia mais em casa, comia marmitex, lanche. O que tinha vontade de comer, comia, qualquer besteira. Andava só de táxi, não andava mais a pé. Queria ir na cidade, chamava um táxi. Ia ao shopping, chamava

um táxi. Foi da hora, ficava parecendo os bacanas. Não me arrependo não. Mas passo, né. Já era.

Trabalhando demora muito. Pensa uma vez por mês receber um salário que dá pra muito pouco. As pessoas que eu conheço não desfrutam dessas coisas. .

A necessidade do dinheiro para poder ter acesso aos bens eleitos como sinal de *status* é muito presente. Diferencia-se, muitas vezes, do sustento, no sentido de mera sobrevivência; a infração ocorre para um conforto maior, para que se pudesse acessar roupas e calçados de grifes; buscam-se as festas, as "baladas". "Mas eu queria mais, queria comprar minhas roupas, queria ter meu dinheiro. Poder sair pra os lugares, para as baladas. Eu saia para todo canto, gastava o dinheiro. É isso que eu achava da hora" (A, 18 anos).

A origem do dinheiro não faz diferença: "eu queria é estar com dinheiro, pode ser do tráfico, pode ser do roubo. Eu pensava e penso assim ainda" (A., 18 anos).

Mesmo o trabalho regular, legalizado, não é visto como uma forma de alcançar aquilo que se quer consumir; primeiramente porque é muito longo o tempo de espera pelo momento de consumo: "Trabalhando demora muito. Pensa uma vez por mês receber um salário que dá pra muito pouco", e ainda assim não é garantia que os "desejos" serão satisfeitos: "as pessoas que eu conheço (e trabalham) não desfrutam dessas coisas".

É interessante observar que a necessidade de consumo foi apresentada por alguns como um fator que teria levado ao envolvimento com o crime. Mas o "consumo" levado em consideração se refere a objetos que são considerados supérfluos. Assim, não é exatamente a necessidade, mas uma vontade de consumir mais do que seria estritamente necessário que aparece nas explicações sobre o envolvimento.

TRASSI (2006, p. 131) nos auxilia na compreensão deste movimento na criminalidade:

Na tentativa de compreensão da transversalidade do fenômeno, é bastante abordado o excesso de apelo de consumo em uma sociedade em que o reconhecimento social se dá pelo ter. no mundo atual, há uma associação entre consumo e bem-estar. Isso coloca um paradoxo, porque na sociedade de consumo é impossível consumir tudo. Ao mesmo tempo, a satisfação com o ter é fugaz, pois os "objetos de desejo" passam ininterruptamente diante dos olhos. Portanto, a insatisfação é permanente.

Para Conte (2006, p. 282),

o consumismo situa-se como central no debate sobre as transformações contemporâneas, pois princípios e valores foram se configurando e alterando conceitos como felicidade e relações de trocas, produzindo novos efeitos nas construções identitárias. Essas modificações se estendem de forma ampla às relações de trabalho, aos espaços urbanos, à relação com o corpo, ao convívio social, às formas de comunicação e às configurações familiares, entre outros aspectos.

Para a autora, tal situação traz como consequência o surgimento de novos arranjos psíquicos incrementando às subjetividades excessos e desamparos. As marcas dos produtos, referências identitárias, fazem a diferença, oferecem glamour, status, virilidade e boa imagem de si frente aos outros. A oferta do mercado, longe de dar acesso aos desejos, é “ouvida como uma ordem irrefutável, um dever a consumir que torna as mercadorias objetos persecutórios, como se eles tivessem o poder de escolher seus usuários, de possuí-los, ocorrendo a inversão - um objeto para um sujeito” (CONTE, 2006, p. 283).

5.4 O mundo do trabalho

*Arrumar um trabalho honesto, isso a gente não arruma.
(B, 14 anos).*

Tem também que a gente precisa de dinheiro. Pra menor ninguém dá trabalho. Quando dá, é aqueles que ninguém quer: limpar, carregar. Que menina olha pro cara que fica carregando massa de cimento o dia inteiro, lavando carro?

Outra coisa é que depois de velho não vale a pena sair do crime. Ser o que? Servente de pedreiro? .

Arrumar um trabalho honesto, isso a gente não arruma. (B., 14 anos). (jovem de 14 anos) Não trabalha, mas eu quero trabalhar, né. Como é que eu vou ganhar dinheiro? A opção é o crime mesmo, não tem jeito.

O bagulho é traficar até ficar de maior. A gente não arruma trabalho quando é menor, como a gente vai ganhar dinheiro? Não tem jeito, o jeito é o crime mesmo.

Emprego? Como? E o preconceito? Ninguém confia no adolescente que passou na Fundação. Se você for para outro lugar sim, mas se voltar para o mesmo lugar.

O trabalho formal, na legalidade, aparece como algo com pouquíssima probabilidade de acontecer. Entende-se que só “restam” trabalhos “desqualificados”, nos quais se mesclam a situação da pouca escolaridade, menoridade e percurso na vida delitiva, restando o crime como forma de ganhar dinheiro. Evidencia-se como os adolescentes menores de 18 anos têm fácil acesso à prática de delitos e o tráfico como uma opção de ganhar dinheiro até alcançar a maioridade, quando entendem que as consequências são mais graves.

O ECA assegura o direito à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho, sobretudo na disposição dos artigos 60 a 69. Em outros termos, está garantida uma legislação especial aos adolescentes. Aos menores de 14 anos é proibido qualquer trabalho, exceto dos 14 aos 16 anos, na condição de aprendiz, e tendo assegurada bolsa de aprendizagem. Já aos maiores de 16 anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. Também devem ser observados os aspectos quanto à condição peculiar de sujeitos em desenvolvimento, bem como a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, ECA, 1990).

Para garantir formação profissional e acesso aos direitos oriundos do trabalho, tem-se, então, uma legislação específica, que considera os adolescentes como sujeitos na peculiar condição de pessoas em desenvolvimento. Nessa perspectiva, a adolescência atualmente tem sido percebida como uma importante fase da vida, na qual ocorrem transformações físicas e psicossociais. Em outras palavras, não incorpora apenas dimensões físicas ou psíquicas, mas também dimensões sociais, culturais, toda uma forma de se ver e ver o mundo.

TRASSI (2006) nos auxilia na compreensão dessa fase da vida:

na linha do tempo, a vida das pessoas é marcada por etapas, sejam elas sinalizadas pelo desenvolvimento biológico, por ritos sociais, por determinações de ordem objetiva, por tudo isto e muitas outras variáveis históricas ou circunstanciais conectadas. Quando nos referimos ao desenvolvimento endócrino do púbere não quer dizer que consideramos exclusivamente os aspectos orgânicos como definidores, mas este é um fato inegável, comprovado e produz alterações importantes na vida da pessoa. Estas alterações poderão ser maximizadas ou minimizadas, em seus efeitos de conduta, dependendo dos ritos sociais que cercam esta passagem. [...] A pobreza, por exemplo, poderá implicar que este aspecto, o biológico,

deixe de ser significativo porque independentemente dele, o sujeito deverá ingressar na vida adulta, o trabalho, como provedor da renda familiar – uma função destinada aos adultos, em nossa sociedade (TRASSI, 2006, p. 212).

Consideram-se, então, as condições e as vivências dos sujeitos para “viver a adolescência”. Para aqueles que dependem de estratégias de ganhos tendo em vista garantir a sobrevivência sua e/ou de sua família, identifica-se um processo de “adultização precoce”. Já quando esse período da vida se estende para além do que é convencionalizado socialmente, e há um tardio ingresso no mundo do trabalho, fala-se em “adolescência terminal” (TRASSI, 2006).

Assim, dar-se-ia a inserção profissional do sujeito no mundo do trabalho a partir da transição adolescência-juventude-mundo adulto. No entanto, as transformações sociais acabam incidindo diretamente nesse processo, incorporando novas dimensões.

Por outro lado, os jovens da pesquisa não vislumbram que na faixa etária de 14, 15 anos, pelos referenciais legais e por sua condição de desenvolvimento, deveriam vivenciar outras situações que não o trabalho, desenvolver suas habilidades, “finalizar” sua adolescência para adentrarem a juventude e o mundo adulto, quando a questão do trabalho é de suma importância. Relatam que necessitam de dinheiro e, como não lhes é permitido trabalhar e também a sociedade não lhes dá trabalho, resta o crime como forma de ganho.

Quando ocorre o trabalho lícito seu ganho é percebido como não-suficiente, e a opção pelo crime como forma de ganhar mais é vista como algo não problemático.

5.5 Pai que não protege e a lei que não interdita

Eu esperava que ele mandasse embora, que ele não deixasse eu ficar lá; (...) Como eu queria ser de menor, já tava lá de novo (A., 18 anos).

Eu fui pela carência do meu pai. Ele não dava atenção, nem ligava. Eu tinha atenção dos mais velhos, eles roubavam e me davam atenção. Foi tipo uma família que eu criei. As mulheres mais velhas me davam atenção. Cuidavam de mim, me perguntavam até se tinha almoçado ou não.

Quando era menor, não dava nada. Não fica preso, não dá nada quando é menor. Não tem consequência, vai lá e faz de novo. Não vai dar nada.

Mesmo se pegam, é de seis meses a três anos e a gente sai fora.

Das vezes que eu fui pego, fiquei dez minutos na delegacia. Como eu sabia que não ia dar em nada, eu não parava. Eu não parei, até ficar de maior. Mas agora eu já sei: ser de maior é outra coisa.

Se eu fosse de maior eu tava lá ainda. Agora nem tem como. Lá, eles não pegam de maior, só de menor. Eu ia mesmo. Tráfico não dá nada pra menor.

Como eu queria ser de menor, já tava lá de novo. Ficava até sozinho lá.

Uma vez que eu estava lá, meu próprio pai mesmo, viu eu lá. Ao invés de me mandar embora, não. Não e mandou embora, nem nada. E ainda ficou fazendo uma piadinhas. Piadinhas do tipo, ele viu eu correndo, depois ficou falando “Veja se corre bem rápido, hein!”. Ele trabalha de pedreiro e dá R\$ 400,00 de pensão. Todo mês ele tem que dar. Ele sabe que eu ganho R\$ 500,00 por dia, mas ele tem que dar os R\$ 400,00 de pensão no mês. Acho que ele fica bravo por conta disso. Daí eu não gosto dele (expressão de raiva). Não é que eu não gosto. Se eu pudesse, eu quebrava ele e mandava ele embora, ele sumir. Mas não tinha jeito de fazer isso... mas ele também não tinha como mandar em mim, me forçar a não entrar. Daí eu ia mesmo, para mim era bom.

Eu esperava que ele mandasse embora, que ele não deixasse eu ficar lá. Um pai mesmo, de verdade, faria isso. Se eu visse meu filho lá, eu ia fazer isso, né. Não ia querer que ele ficasse... Mas até meu pai já fez isso, meus tios. Todo mundo aí.. Mas já tem gente que já saiu também, tá por aí tocando a vida.

Mas agora que eu estou de maior mesmo, agora já era. Tive que parar. É hora de começar de outro jeito. Por mim eu não achava que era hora de sair, mesmo de maior, eu queria continuar. Mas pensara em ficar três anos preso... Não dá. De maior, não tem segunda chance. Já era...

A falta de interdição e de proteção, tanto do pai quanto da lei, foi um dos motivos apresentados para a reincidência do ato infracional.

Tais motivos são relatados também em outras pesquisas, como segue.

[...] nós sentimos falta da presença dos promotores para ouvir a gente, eles disseram que isso ia acontecer... aí eu acho que quem fez LA tem

vantagem porque eles podem procurar os juiz... (Pereira, 15 anos, pesquisa Vozes).

Não tive defesa de advogado, pois minha família não tem dinheiro. Bem depois de estar cumprindo a medida é que nós descobrimos que tem advogado gratuito para nos ajudar. (Aurélio, 14 anos, pesquisa Vozes).

Somos ameaçados. Nossa família também é ameaçada lá fora. Sei que se sair daqui, não vivo por muito tempo. (Eduardo, 17 anos, pesquisa Vozes).

[...] lá dentro, a gente só é respeitado se a gente levar o ritmo da cadeia – todo mundo é bandido, é homicídio, latrocínio. (Ellitan, 14 anos, pesquisa Vozes)

Nossa, meu pai teve tempo que eu fiquei sem falar com ele, por isso, porque ele sempre quis me agredir, e nunca perguntava, ele batia e depois vinha conversar, sempre assim, fui me revoltando, revoltando, um dia minha mãe falou assim _ Quando é que você vai parar de aprontar, não tem medo do que vai acontecer, não? E eu respondia, para mim tanto faz, eu não zelava pelo que eu tinha. (YOKOMISO, 2013, p. 220).

É que eu estou querendo mudar. Quando quer mudar é diferente. Das outras vezes eu era pé, sabe, da confusão. Dessa vez é diferente. Acho que eu tenho medo de não dar conta de mudar, para não voltar mais. Aqui não tem nada, não tem amigos, não tem drogas pra mexer. Aqui tá fácil... Tenho certeza, essa vida só traz destruição. Agora eu tenho certeza. Quando dá pé, fica mais complicado. **Mas aqui não, é só seguir as regras, está tudo certo. A gente sai, uma hora a gente sai. Cumprindo as regras é mais fácil. No social tem regras pra cumprir, no crime também. Só que você não vai preso, às vezes paga com a vida, é humilhado ou tem que fazer coisa pior pra ficar em dia.** (adolescente. Internação).

A gente não é morto só pelo crime. A gente não tem segurança lá fora. Você tem que ter alguma segurança. Acontece alguma coisa, você vai ligar para a polícia? Como? Se ela quer te pegar? **Como a gente se livra do mundo do crime? Quem a gente pode chamar?**

-Se tiver o olheiro ou o pano. Você nunca vai preso. Ele vai tá vendo lá na frente. Polícia passa lá na frente você já tá sabendo. Os caras vem descendo e você sai andando, guarda o bagulho e sai andando. (adolescente internação).

A lei é normatizadora, logo, dá limites. Os limites servem para tirar-nos da indiferenciação, para dar contorno, para nos inserir num grupo social e, portanto, tendo que frear as pulsões. O limite direciona a vida à cultura, à criação. A agressividade limitada é empreendedora, mas, sem limite, é violência.

Os relatos dos adolescentes nos remetem a uma falta de referências de limites e também de proteção, potencializando um sentimento de abandono ou de “estar à própria deriva”, tendo que se adaptar para sobreviver ou criar as próprias formas de proteção.

Desde a infância, o indivíduo é conduzido para a socialização, é conduzido a estar envolvido com as relações humanas. As leis, os valores, as religiões e as instituições priorizam o coletivo, relativizando o individual. A tendência das sociedades ocidentais mais desenvolvidas – na qual o bem comum é um patrimônio a ser conquistado e preservado – é garantir as condições básicas de sobrevivência, ampliando os direitos sociais e diminuindo as injustiças, as insatisfações e as tensões geradas no processo de reprodução econômica.

A cultura na qual o indivíduo está inserido traz a lei em que se lê a interdição. A cultura é o código do coletivo e a função paterna a expressa nas relações familiares. A cultura fornece a baliza para controle dos homens e para que ela mesma se mantenha.

Iniciar um indivíduo numa cultura é educar, moldar, controlar, limitar e, ao mesmo tempo municiar o sujeito de valores, costumes e uma história que o individualiza e o articula ao coletivo. História que lhe dá uma sensação de segurança porque o que lhe precedeu irá continuar após sua existência.

A ambivalência das relações humanas também se manifesta contra as ações da função paterna e da cultura. A interdição paterna tanto gera segurança quanto sentimentos hostis. E da mesma forma que a cultura é preservada porque a civilização é competente em proteger o homem contra a natureza e regulamentar os relacionamentos humanos, ela também estressa, gera desigualdades, conflitos, frustra e desaponta.

Assim como a cultura organiza os homens em sociedades, sendo responsável pela emergência e manutenção delas, a função paterna exerce o mesmo papel. Do mesmo modo como a cultura motiva o surgimento de novas e perpetua suas várias manifestações (ritos, cerimônias, iniciações etc.), a função paterna – seja por quem for exercida – molda o sujeito em suas ações e reações e quanto a como viver a própria vida.

Pellegrino (1987, p. 165), ao discorrer sobre o Complexo de Édipo, afirma que “a Lei existe não para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, integrando-o no circuito do intercâmbio cultural”.

Cabe reproduzir aqui algumas considerações feitas por Pellegrino (1987, p. 168) acerca da relação do ser humano com a Lei. Esclarecemos que ele se refere aqui à “Lei primordial, que marca a passagem – o salto – da natureza para a cultura”.

Conforme o autor, a Lei – para ser respeitada – tem que ser temida. “Uma lei que não seja temida – que não tenha potência de interdição e de punição – é uma lei fajuta, de fancaria, impotente” (PELLEGRINO, 1987, p.168). Porém, o temor – por si só – produziria uma lei perversa: “uma lei que se imponha apenas pelo temor é uma lei perversa, espúria – lei do cão.” (PELLEGRINO, 1987, p. 168).

Ainda de acordo com Pellegrino (1987), vive-se hoje uma “patologia social” que ameaça ou até pode quebrar o pacto edípico, ou a Lei do Pai. E é justamente tal pacto que prepara e possibilita o pacto social, indispensável para que, assim, o sujeito possa trabalhar e amar.

Para o autor, o processo civilizatório, segundo Freud implica, necessariamente, uma renúncia pulsional, tanto erótica quanto agressiva. Civilizar é, portanto, reprimir ou suprimir. A intensidade e a violência da repressão dependerão não apenas das necessidades inerentes ao próprio processo civilizatório, mas da intensidade da luta de classes que se desenvolve.

Dessa forma, a solução do complexo de Édipo implica um pacto, uma aliança com o Pai e com a função paterna. A criança, em troca da renúncia que lhe é exigida, tem o direito de receber nome, filiação, lugar social – ou seja, as ferramentas essenciais que lhe permita constituir-se como sujeito humano. Assim, respeita o pacto e se identifica com os ideais e valores da cultura à qual pertence.

O pacto com a Lei da Cultura – ou Lei do Pai – é de suma importância no desenvolvimento psicosssexual da criança. Na idade adulta, ao pacto com a Lei da Cultura, centrado em torno da renúncia, acrescenta-se um pacto social, estruturado em torno da questão do trabalho. Por intermédio do trabalho, como adultos, inserimo-nos no circuito e intercâmbio social.

Nos dizeres do autor:

do pacto social, por meio do trabalho, pede-se ao ser humano que confirme a sua renúncia pulsional primígena através da aceitação do princípio de realidade. Trabalhar é inserir-se no tecido social por mediação de uma práxis aceitando a ordem simbólica que o constitui. Trabalhar é disciplinar-se, é abrir mão da onipotência e da arrogância primitivas, é poder assumir os valores da cultura com a qual, pelo trabalho, nos articulamos organicamente. O pacto com a Lei do pai

prepara e torna possível o pacto social. Este exige renúncias, e uma função simbolizadora, que só serão viáveis na medida em que uma interdição originária – a proibição do incesto – lhes prepara o aposento. (PELLEGRINO, 1987, p. 166).

No entendimento proposto por Pellegrino, a Lei da Cultura tem que abrir para a criança a possibilidade de ganhos fundamentais, da mesma forma o pacto social precisa criar para o trabalhador direitos inalienáveis. Haverá uma renúncia ao princípio do prazer sob forma do trabalho; o retorno dessa renúncia compete à sociedade.

Na situação em que o pacto social não se mantenha em mão dupla, ele poderá se romper. Se o trabalhador for desrespeitado e agredido, tenderá a reproduzir, podendo chegar à ruptura. Com bom prognóstico, poderá tornar-se um revolucionário, romperá com o pacto social mas não com a Lei da Cultura – ou Lei do Pai.

Para Pellegrino, “apesar da injustiça social, ou melhor, por causa dela, o revolucionário se apoia nas melhores e mais altas tradições, virtudes libertárias de seu povo. Nessa medida, mantém-se fiel ao seu Ideal de Eu e preserva a aliança com o Pai Simbólico” (PELLEGRINO, 1987, p. 203).

Por outro lado, se o pacto social é iníquo e avilta o trabalho, consequentemente é quebrada a renúncia pulsional por ele exigida. Romper com a sociedade trará repercussões intrapsíquicas que poderão destruir no mundo interno, o significante paterno, o nome-do-Pai e, por conseguinte, o lugar da Lei. Aquilo que ficou reprimido ou suprimido pode ir à tona sob forma de conduta delinquente e antissocial.

Conforme seu relato:

o pacto primordial prepara e torna possível um segundo pacto, em torno da questão do trabalho. O primeiro pacto garante e sustenta o segundo, mas este, por retroação, confirma ou infirma o primeiro. O pai é o representante da sociedade junto à criança. A má integração da Lei da Cultura, por conflitos familiares não resolvidos, pode gerar conduta anti-social. Uma patologia social pode também ameaçar, ou mesmo quebrar, o pacto com a Lei do Pai. (PELLEGRINO, 1987, p. 203).

Feita essa observação, para Pellegrino (1987, p. 204), o “surto crescente de violência e de delinquência”, em nosso país, é o resultado dessa patologia social, a qual desrespeita o direito do trabalhador formal de receber o mínimo para a sua integridade física e psíquica, forçando-o a avaliar que é mais honrado ser um “delinquente fora da lei” do que em nome dela.

Por conseguinte, a Lei do desejo (a que o interdita) precisa ter correlação com a lei social. Caso contrário, mesmo se tendo a primeira, ela não terá “forças” para se opor à segunda (a social). Em outros termos, ainda que o sujeito tenha internalizado a noção de que o trabalho no tráfico é imoral, por exemplo, ele se envolverá com tal atividade ilícita.

Romper com o pacto social precipita, favorece a ruptura com a Lei da Cultura, com a Lei do Pai.

Nos fala o autor:

a ruptura com o pacto social, em virtude de sociopatia grave – como é o caso brasileiro –, pode implicar a ruptura, ao nível do inconsciente, com o pacto edípico. Não nos esqueçamos que o pai é o primeiro e fundamental representante junto à criança da Lei da Cultura. Se ocorre, por retroação, tal ruptura, fica destruído, no mundo interno, o significante paterno, o Nome-do-Pai e, em consequência, o lugar da Lei. Tal desastre psíquico vai implicar o rompimento da barreira que impedia, em nome da Lei, a emergência dos impulsos delinquentiais pré-edípicos, predatórios, parricidas, homicidas e incestuosos. Assistimos a uma verdadeira volta do recalcado. Tudo aquilo que ficou reprimido ou suprimido – em nome do pacto com o pai – vem à tona sob forma de conduta delinquente e anti-social. (PELLEGRINO, 1987, p. 206).

5.6 Lógica da Virilidade

Anda com arma pra cima e pra baixo. Se atira pra cima dos caras... (A., 18 anos sobre B, 14 anos).

[...] As mulheres que ficam com você pelo que você é são muito poucas. **Elas querem o que você tem.** Mas gente pode ir atrás, pode conseguir ter as coisas.

[...] Fiquei com muita raiva. Ficam oprimindo a gente. A gente não oprime eles. Tem dias deles e dias nosso. Ele pegou a gente, infelizmente. **Mas não vai ficar agredindo a gente... se ele ficar agredindo acha que a gente é bunda mole. Vai ficar quieto? A gente não tá mamando na mamadeira, vamo pro arrebento. Gosta de agredir? Vai passar mal.** Um dia dele, um dia nosso. Um dia da caça, outro do caçador. .

Esse casa é doido de pedra. Ele é muito louco. **Anda com arma pra cima e pra baixo. Se atira pra cima dos caras...** .

Tais relatos evidenciam práticas de enfrentamento como demonstração de virilidade, a necessidade do uso da arma como demonstração de potência, e também de forma de ataque.

Encontramos em outras pesquisas, relatos demonstram as armas funcionando quase que como um “suporte psíquico” encorajando a uma postura de insubmissão, de poder.

Vestia-me, caminhava e falava como um homem com poder de vida e morte. **As armas eram quase extensão de meus braços, até ao banheiro ia armado.** Adorava armas, vivia desmontando-as, limpando, azeitando, treinando tiro ao alvo com elas e, infantilmente, girando-as nos dedos, tipo banguê-banguê. Não ligava para a vida de quem não estivesse ao meu lado, e já não estava apaixonado por ninguém. (MENDES, 2009, 314)

Tem jovem que, não sei se é o caso dos meninos, mas pelo menos é o meu caso, **quando coloco uma peça na cintura eu já me sinto protegido**, já. (YOKOMISO, 2013, p. 259)

Carreteiro (2003) considera que a lógica da virilidade surge como uma resposta a fragilidade do contrato narcísico.

O que pode acontecer quando o contrato narcísico não é sustentado positivamente pelas instituições, mas, ao contrário, é constantemente atacado? São produzidas marcas no psiquismo individual e grupal que contribuem para a formação de um déficit narcísico. Este é forjado gradativamente através de ataques cumulativos. O acúmulo do reconhecimento pautado na negatividade vai romper ou esgarçar o contrato narcísico. Tal processo terá desdobramentos subjetivos e sociais. [...] No presente texto gostaríamos de focar uma outra consequência do déficit narcísico: a lógica da virilidade. Esta tem na violência um de seus principais instrumentos. A virilidade se expressa pela violência simbólica ou real que se é capaz de impor ao outro (DÉJOURS, 1997, p. 100). A possibilidade de se cometer violência é uma construção social sustentada individual e grupalmente. O exercício da virilidade se rebela contra qualquer tipo de humilhação, desonra ou não reconhecimento. Os indivíduos movidos por esta lógica buscam construir atos considerados heróicos. Eles se mostram destemidos, corajosos e almejam ser reconhecidos como tal. (CARRETEIRO, 2003, p. 61).

Segundo a autora, a lógica da virilidade perpassa todos os espaços sociais, não obstante ela se faça mais dramática em certos territórios sociais. Assim, quando os sujeitos sofrem constantes ataques às suas posições de cidadãos, a virilidade pode se fazer mais presente. Ela “restaura (ainda que este mecanismo seja defensivo) uma

imagem narcísica ultrajada. Contudo, procedimentos de ação ficam enrijecidos”. (CARRETEIRO, 2003, P.62).

Outro aspecto levantado pela autora refere-se ao exercício da lógica da virilidade, e o olhar do outro.

Em seu entendimento, essa lógica

leva os sujeitos a estarem sempre atentos a situações que lhes possibilitem exercer atitudes de coragem e força física. O olhar do outro tem aqui um papel preponderante; ele pode desencadear algumas reações consideradas viris. Em situações de extrema dramaticidade pode-se espancar ou desafiar alguém quando seu olhar é sentido como invalidante. Os sujeitos não suportam ser alvo de um olhar que qualifica como contendo desprezo e se sentem compelidos a reagir. (CARRETEIRO, 2003, p. 62).

Afirma que a lógica da virilidade é uma das consequências advindas da experiência das humilhações sociais. Os atos viris são executados como uma maneira dos jovens se firmarem como destemidos e corajosos, longe de humilhações e não reconhecimento por parte da sociedade. Agir a partir dessa lógica seria agir de forma heroica, contra as injustiças já sofridas, como, por exemplo, a humilhação vivida pelos pais que é presenciada pelos filhos, os quais encontram na violência a única resposta para esse tipo de sofrimento. O olhar disciplinador por parte da sociedade observa as atitudes dos jovens a fim de detectar os comportamentos considerados desviantes, e estes passam a ser identificados como indivíduos suspeitos e perigosos. Essa classificação também seria uma forma de humilhação, retirando o reconhecimento de seus códigos sociais e culturais e, principalmente colocando o jovem como inválido, gerando, assim, o sentimento de vergonha. Essa, por sua vez, é considerada como uma situação de inferioridade por parte daquele que é submetido a ela. Dessa forma, a virilidade utilizada pelo jovem perante a vergonha vivenciada seria o seu modo reativo contra a repressão advinda daquele que o submete a essa situação.

Zaluar (2004, p. 215) ressalta a importância, dentro do tráfico, do “[...] *etos* da virilidade – tão importante nesse imaginário estruturado pela posse real da arma de fogo e pelo dinheiro fácil no bolso”.

Segundo a autora, além do consumo, existe outro fator muito importante para a entrada do jovem no narcotráfico: as armas. Em seu entendimento, os jovens são fascinados por uma “subcultura viril” que atinge diretamente a vulnerabilidade das

crianças e dos maiores de 18 anos. O que mais importa é o valor alegado obtido pela imagem externa e pelo uso da força (armas, dinheiro, roupas, drogas e mulheres).

O culto à virilidade e o desejo de afirmação da identidade masculina, especialmente em função do contato com armas e a possibilidade de acesso a mulheres – devido a visibilidade, prestígio e acesso a bens de consumo mais caros – também são variáveis importantes no processo de ingresso no tráfico de drogas. As constatações acima aparecem na pesquisa do Observatório de Favelas (FERNANDES, 2009)

5.7 O olhar do outro

*Todo mundo me dava atenção no crime...
(Adolescente da internação).*

Eu acho que fui pra essa vida por causa de carência familiar. Queria chamar a atenção das pessoas pra mim. Fui buscar outra família. Fingia uma loucura na hora do roubo. Todo mundo falava “Olha só, o cara é locão”. Todo mundo me dava atenção no crime. Os caras do crime falavam “O menino é bom”. Me davam atenção porque eu não tinha medo, fazia loucura mesmo. .

Até aquela vizinha fofoqueira, que fica o dia inteiro na rua para ver o que os outros estão fazendo, fala “O bandidinho voltou, acabou o sossego”. Não acreditam no potencial das pessoas de mudar de vida.

A sociedade, a maior parte, acham que nós somos drogados. Na Fundação acham que a gente foi lá tomar danone, ficar fortinho e voltar a roubar.

Eu acho que o difícil é o passado. O passado me condena. Quando a gente tem passado no crime, o policial já me condena. Posso não tá fazendo nada, mas o policial já me condena.

Na outra internação eu estava fazendo tratamento para parar de cheirar. Me levavam para fora. A senhora me atendia algemado, o funça dentro da sala. Eu via que ela morria de medo de mim. Medo de que? Não dá pra fazer nada algemado. Até que falei pra ela “Senhora, eu estou bem, não preciso mais vir”. Ela aceitou rapidinho.

Teve uma vez que eu e mais dois fomos no oftalmo. A gente tava sentado e os caras ficaram olhando. Tinha um senhor que não percebeu que a gente tava algemado e começou a perguntar. Perguntou se a gente era do exército, acho que por causa do uniforme. O corredor tava cheio de gente, respondi: “Não, somos da Fundação”. Rapidinho perto da gente ficou cheio de cadeira vazia. Algumas meninas queriam pagar

simpatia, foram para o outro lado e ficaram olhando. Foi até engraçada a situação.

Os relatos colhidos dos adolescentes em relação ao olhar do outro, demonstram situações em que, ao serem identificados como adolescentes infratores, quase que automaticamente houve um distanciamento, inclusive físico. “Não, somos da Fundação. Rapidinho, perto da gente ficou cheio de cadeira vazia”. (Adolescente da internação).

Ou mesmo situações onde assumem lugares estereotipados, sem possibilidades de ocorrerem transformações identitárias “O bandidinho voltou, acabou o sossego. Não acreditam no potencial das pessoas de mudar de vida”. (Adolescente da internação).

Gaulejac (2006), ao tratar sobre as origens da vergonha, nos diz sua compreensão deste olhar e o que ele auxilia a instaurar.

O outro me faz existir, ao fazê-lo me leva a ser aquilo que sou para ele. Sartre retoma esta tese a respeito de J. Genet, ao evocar a cena na qual este último é pego roubando e lhe dizem: “Você é um ladrão”. A partir deste momento, “um menino morreu de vergonha e, em seu lugar, surgiu um marginal, um marginal está assombrado pelo menino”. O menino desaparece e Genet torna-se quem o outro lhe disse ser. Ele se conforma a esse julgamento. Genet é “invertido”, “virado do avesso como uma luva”, o menino inocente vai se tornar o culpado ideal: Ele roubou, logo é ladrão... Genet aprende o que é objetivamente (SARTRE, 1952, p. 27). (GAULEJAC, 2006, p. 102).

Para o autor, há uma internalização da imagem social que lhes é remetida e conformam-se com as expectativas de que são objeto. “Estas imagens e estas expectativas tornam-se assim ativas, no próprio interior do indivíduo, produzindo comportamentos que ‘justificam, a posteriori, a conduta dos outros em relação a ele’” (GAULEJAC, 2006, p. 128).

Diante desse funcionamento, o próprio sujeito assume a imagem negativa de si, a “verdade objetiva”, o que ele é para os outros, que contraria a sua “verdade subjetiva”, o sentimento que tem de si mesmo (GAULEJAC, 2006, p.129). É assim que o negro passa a pensar que é inferior ao branco, que o desempregado é um “desclassificado” e que a criança maltratada é má, o adolescente revoltado, culpado, e assim por diante.

A contradição presente pode fazer com que o sujeito caia no “subjetivismo” ou no “objetivismo”:

num caso, “autoriza-se apenas a partir de si mesmo”, não leva em conta o que sente, tenta impor a “sua” verdade e acaba se isolando do mundo e mergulhando num delírio megalomaniaco. No outro, conforma-se com o que o outro espera dele, encontra-se abalado pela dúvida, perde toda a “confiança em si”, toda possibilidade de singularizar-se, como se sua própria identidade se dissolvesse permanentemente nas expectativas dos outros. Num caso, isola-se do mundo; no outro, perde-se nele”. (GAULEJAC, 2006, p. 135).

Segundo o autor, o sentimento de vergonha é trespassado por essa contradição, impede o sujeito de se isolar do mundo no momento em que sai da onipotência para tornar-se “um” em meio aos outros. Obriga ao sujeito “constatar que não é pior nem melhor do que os outros, mas simplesmente como eles, nem deus nem diabo, nem onipotente nem impotente por completo” (GAULEJAC, 2006, p. 140).

Assim, ela tanto é inclusão como exclusão, nas palavras do autor:

ela dilacera o eu em duas partes: uma, objeto de vergonha e rejeição; outra, que causa vergonha e rejeita. Uma é objeto de ignomínia, a outra de socialização, já que permite ao indivíduo afirmar o laço com os valores e normas de sua comunidade local. [...] A vergonha nos socializa, nos obriga a nos posicionarmos como sujeitos, em meio aos outros, nossos semelhantes. (GAULEJAC, 2006, p. 129).

Por outro lado, o mundo do crime aparece como um lócus de reconhecimento e valorização: quanto mais destemido mais valorizado. Segundo os adolescentes, esse reconhecimento de um lado e o preconceito, de outro, acabam por contribuir na prática da reincidência.

5.8 A raiva e o ódio

*E os raios, senhora. Tá na raiva. Raios e trovões.
(Adolescentes da internação).*

Da primeira internação sai pensando em roubar. **Sai revoltado, muito revoltado por ter ficado preso.** As pessoas queriam colocar coisas na minha mente, eu não queria. Isso me dava mais revolta. Desde quando aqui não é prisão? Falam medida. É prisão. Não posso sair, não posso falar a qualquer hora, não posso ouvir música quando quero. Não adianta deixar preso. Eu fiquei com mais ódio do que eu já estava. O homem sem liberdade deixa de sonhar. .

O preconceito faz a gente pegar revolta. **Dá vontade de sair quebrando tudo.** Pior coisa é alguém te olhar de canto de olho, de baixo em cima, segurar a bolsa quando você passa.

Aqui a gente fica dependendo da misericórdia de todo mundo, fica na dependência delas. Lá fora depende de pai, mãe, família. Aqui de todo mundo. Se o técnico não fizer meu relatório, eu não saio. Se o agente não deixar, não posso ir no banheiro.

Eu prefiro as regras do crime e não as do governo. Para cumprir as do governo a gente tem que trabalhar e esperar o que eles querem dar. Na vida do crime a gente tem muito gasto mas a gente vive o que quer. Tem muita disputa de poder.

Quando eu sai e voltei para escola, não tinha polícia lá dentro. Fui eu voltar para a escola, começou a ter ronda de polícia. Toda vez me parava, perguntava se estava sossegado, que eles estavam por ali. **Já imaginou, senhora? Toda vez você ser parada e lembrada que estão de olho em você?** No muro da escola tem uma frase escrita: Nós acreditamos em nossos alunos. Tem que colocar um não na frente, no lugar do nós.

E os raios, senhora. Tá na raiva. Raios e trovões.

às vezes penso que tudo não passa de frustração, não sei se é dependência **ou falta de amor no coração.**

Tudo que acontecia na escola, falava que era eu. Parecia até tiração. Fui expulso da escola. **Aí um dia a professora me acusou, eu joguei a cadeira nela.** Me expulsaram.

Quando eles pegam também, eles nem levam. Eles me pegaram uma cinco vezes antes de levar. **O que fazem é pegar nosso dinheiro, batem na gente. Aí é que dá mais raiva mesmo.**

[...] Os caras agredindo a gente? **A gente não é saco de pancada. A gente fica no ódio mesmo.** Ficam oprimindo a gente na rua, até na frente da escola já tomei esculacho.

Dou um exemplo fresquinho. Tava vindo pra cá, tá ligado? Tranquilo, saindo da casa da minha mulher, na espera do busa. Passa os cara, vem andando por meu lado. Eu to tranquilo, falei aqui outro dia que to tranquilo. Me manda encosta, me revista tudo. Maior galera no ponto do busa. Todo mundo fica olhando. Maior esculacho. Aí os cara vão embora, todo mundo fica longe, parece que eu to cheio de pereba. **Dá vontade sair quebrando tudo. Dá maior raiva. Fico no veneno, querendo pegar os cara. Não consigo pegar eles, pego outros.** To limpo, to respondendo processo, mas to limpo.

Pior é que eles vendem pros próprios caras de quem eles pegaram. **Vai dando só mais raiva.**

A questão da raiva e do ódio se evidencia fortemente nos relatos e também em outras pesquisas. Percebe-se que tais sentimentos permeiam todo o processo, aparecendo, em alguns momentos, como motriz para entrada na vida delitiva, em outros potencializando-se em decorrência das situações vivenciadas pelo adolescente.

O que se evidencia de forma geral é que ele vai sendo “absorvido” de forma destrutiva nas subjetividades, transformando-se em projetos de vingança, destruição, evidenciando uma postura de constante estado de ameaça e descrença em relação ao seu entorno. O outro é um inimigo, o projeto de vida passa a ser a busca de formas de se manter em constante “posição de ataque”, independente dos meios utilizados.

Seguem outros relatos nos quais se evidenciam a raiva e o ódio como força motriz da criminalidade:

Uma revolta densa ia tomando conta de meu ser. Queria agora era ser bandido mesmo. Viver armado para nunca mais me sentir fraco e indefeso. Queria matar policiais, assaltar qualquer um, sem dó ou piedade. Abrir cabeças a coronhadas, dando tiros, cortando em tiras as vítimas. Todos tinham culpa do que eu passara. Todas as pessoas lá fora eram culpadas, e eu ia cobrar caro, ah, se ia! Não tinha dúvidas, eu trucidaria! Mataria a cada um que apenas pensasse em se colocar em meu caminho. **Espumava pelos cantos da boca de rancor e ódio ao expor meus ideais. Sentia-me com o poder de ser cruel ao máximo. Odiava policiais.** Jamais tivera qualquer preconceito, mas isso acho que valia como preconceito. Polícia para mim não era gente, e todos mereciam ser mortos da forma mais bárbara possível. Os outros pensavam como eu. Os policiais seriam nossos inimigos vitais, para sempre. (MENDES, 2009, p 154)

Nos últimos tempos, minha cabeça mudara muito. Tinha a ver com tudo o que vivera nas prisões. **Estava mais calculista, mais violento, prepotente, mais duro e até cruel. Já pouca coisa me importava.** Já não me preocupava se tivesse que atirar em alguém. Atiraria agora, sem vacilar. Achava que personificava o crime. Havia optado definitivamente. Conseguira me transformar em um bandido, colocava-me na postura de um assaltante perigoso e procurava divulgar essa imagem. (MENDES, 2009, 313)

Eu entrei na revolta mesmo quando meu tio morreu na quebrada, sem zueira. Os bandidos mesmo de lá... sei lá, não via mais meu tio. Batia maior revolta daquela comunidade, mano. Só de pensar que foi os próprios ladrões que matou meu tio, **batia uma revolta maior grande no peito.** (YOKOMISO, 2013, p. 233)

Eu já penso dessa forma. Se não existisse ladrão, polícia não tinha onde trabalhar, se não tivesse traficante, polícia não ia trabalhar. Se não existisse rico, ladrão também não ia roubar. Um ajuda o outro.... eu já falei isso pra polícia da primeira vez que fui preso. Olha você está

trabalhando por causa de mim, se não existisse ladrão você não ia estar trabalhando. **Apanhei, lógico, já estava apanhando, então...** (YOKOMISO, 2013, p. 234).

Nossa geração é meio complicada. Que nem o meu pai fala. Uma geração difícil de entender é nós. Porque hoje em dia, eles não querem saber se eles vão morrer, vai matar, não. **Eles vão com sede mesmo, vão com ódio. Raiva, vai vendo que todo mundo vai tendo uma certa força na hierarquia do crime...** Tem jovem que, não sei se é o caso dos meninos, mas pelo menos é o meu caso, quando coloco uma peça na cintura eu já me sinto protegido, já. (YOKOMISO, 2013, p. 259).

Só sei que quando sair, **vou fazer justiça com as próprias mãos**, aprendi bem com o que sofri por aqui. (Tamirez, 17 anos, Vozes).

Aqui somos tratados como ninguém, mesmo alguns que nos escutam, mas nada se resolve. (Luiz, 16 anos, Vozes)

Tanto faz, dizer ou não dizer, **se eu apanhei e dizer, aí apanho de novo pra não dizer**, né. (Douglas, 15 anos, Vozes, p. 87).

Tens outros que só pensam em bater, ah, é ladrão, bate, mata; pra nós não é uma proteção, é tipo uma ameaça. (Eleno, 17 anos, Vozes, p. 87).

...a violência aqui começa pelos próprios orientadores. (Salânea, 17 anos, Vozes, p. 87).

Aqui a gente é tratado como cachorro, a alimentação é muito ruim. (Junior, 17 anos e Victor, 17 anos, Vozes, p. 87).

É melhor que passem longe de mim e eu passo longe deles, senão... (Nicolas, 17 anos, Vozes p. 105).

Tive muita raiva do que passei, to com raiva desse mundo que não me quer. (Mariana, 15 anos, Vozes, p. 105).

Para Takeuti (2005, p. 39),

O ódio do outro seria a “outra face de um ódio de si inconsciente”, cujo afeto, acrescenta Castoriadis (1990c, p. 35-36), “é um componente de todo ser humano”; ele está na base das “formas mais radicais do ódio do outro e se descarrega nas suas manifestações mais cruéis e mais arcaicas”. Chama-se, com isso, atenção para o mecanismo psíquico de defesa – o “deslocamento”, no qual o afeto permanece, havendo apenas mudança de alvo, de objeto. No racismo, o indivíduo continua com o ódio primordial (de si), contudo, agora, deslocado para o outro.

Acrescidos dessa compreensão sobre a natureza do ódio do outro, atentemos para mais um argumento, segundo a autora, citado por Castoriadis (1990, p. 47) no tocante à contra-identificação do sujeito preso nesse sentimento exacerbado: “o seu ódio não suporta que o outro negado tenha as mínimas características de si, razão

pela qual ele procura formas de desidentificação com o objeto do seu ódio, impedindo que o outro se torne como ele”.

Esse processo de desidentificação surge nos relatos dos adolescentes a respeito dos policiais:

Se quiser ter ideia a gente dá um dinheiro pra eles não vir na loja e pronto. Fica na boa. É assim que funciona, senão não tenho outras ideias pra trocar com eles não. (B., 14 anos).

Na verdade, eles são pior que a gente. (A., 18 anos).

Proteção da sociedade, do cidadão é a polícia quando tem um menino roubando aí, mas as vezes o policial é mais criminoso que nós junto. (Elano e Nogueira, ambos com 16 anos, Pesquisa Vozes)

Nesse sentido, para Takeuti (2005, p. 45),

O “problema da alteridade abarca os aspectos da construção do outro e da destruição do outro” (ENRIQUEZ, 1991a, p. 160). A ameaça do aniquilamento está tão presente, no amor ou no ódio, quanto a possibilidade de realização e satisfação do indivíduo na relação com os outros, o que resulta sempre em relações ambivalentes. Quem, então, não re-conhece ter se ressentido, algum dia, a sua própria ambivalência e a dificuldade de estabelecer laços harmoniosos? Essa ambivalência no registro da nossa interioridade e com relação à exterioridade, todos nós a vivenciamos nas nossas experiências sociais, desde a tenra idade. Sem dúvida, o mais difícil processo de aprendizagem e de criação na vida social situa-se no plano das relações humanas, observa Enriquez (1991a, p. 159).

Conclui a autora: “o mais inexorável nesse processo é que a dificuldade em estabelecer ‘vínculo com outrem’ revela nossa ‘dificuldade de viver conosco mesmo’” (TAKEUTI, 2005, p. 45).

5.9 Sobre as medidas socioeducativas

Aqui os caras só estão pensando no que vão fazer lá fora. Só maldade. (Adolescente da internação).

Da minha parte, a outra medida não fez nenhum sentido. Sai pensando em roubar.

Eu também. Sai, estava precisando de dinheiro, fui roubar.

Quando a gente tá lá fora, lá fora é que a gente vai ser posto a prova. Aqui dentro não, não tem como fazer essas coisas.

Eu penso. Penso que sai pensando em roubar. E agora eu fico pensando como vai ser quando eu sair. Em todas as coisas que estão lá fora me esperando.

A gente tem que voltar por causa da alimentação, dos cuidados de médico, dentista, porque tá jurado de morte lá fora. Então o jeito é roubar e dá um jeito de ser preso.

Aqui os caras só estão pensando no que vão fazer lá fora. Só maldade.

Os relatos demonstram que os adolescentes não rompem com a criminalidade após o cumprimento das medidas – tanto no meio aberto quanto no meio fechado – são bastante expressivos.

No ambiente da internação, a própria letra da música produzida pelos jovens participantes denuncia o envolvimento, mesmo estando internados, e que para a maioria a certeza é de que retornarão à criminalidade.

Outros relatos, de outras pesquisas com a mesma expressão denunciam a ineficácia das medidas. Muito presente a questão da obrigatoriedade de cumprir, no caso da LA, o não-cumprimento pode gerar a internação, que é vista como a mais difícil de cumprir.

Seguem alguns trechos:

Nós sabemos que isso não deve acontecer... a medida socioeducativa, às vezes, é bom mas... às vezes, é ruim, pois as mães da gente acha que a gente tá bem estruturada mas não tá, e assim é igual a uma família desestruturada, é como o adolescente numa família desestruturada ele vai ficar rebelde. Desse jeito é uma unidade dessa, se não tiver uma estrutura legal, o que é que vai acontecer, a tendência é o adolescente piorar... eu acho que para a medida socioeducativa acontecer como deve, é preciso cuidar logo da unidade. (Ariel, 16 anos, pesquisa Vozes).

Somos humilhados, chamados de “elementos” “marginais” e outras coisas muito piores. (Luiz, 15 anos, pesquisa Vozes)

Aqui, se falarmos qualquer coisa que não gostem, nos golpeiam de cassete até se cansarem e nós não aguentarmos mais. (Manoel, 16 anos, Pesquisa Vozes)

A medida aqui senhora, não corrige ninguém não... só faz é piorar. (Thiago, 16 anos, Pesquisa Vozes)

...eu já vi meninos entrarem lá confusos, e saírem de lá criminosos... (Washington, 17 anos, Pesquisa Vozes)

Na unidade eu não falo com ninguém... as únicas pessoas que eu me sinto a vontade para falar é com os professores que vinham, as zeladora, só... por que é tipo assim. Lá muitas pessoas num tá se importando com o teu bem-estar, com o que está acontecendo contigo... eles só querem cumprir a carga horária deles e ir embora. (Silvan, 16 anos, Pesquisa Vozes).

Minha mãe me traz todos os dias que devo estar para o cumprimento da medida para “impedir que eu venha desviar o caminho”, como diz ela. Por um lado, isso é bom, pois tô pertinho de terminar. (Luiza, 16 anos, Pesquisa Vozes)

Aqui na medida (LA) somos bem aceitos, apesar de ser chato, mas nos sentimos seguros. (Antônio, 16 anos, Pesquisa Vozes)

Meu irmão, centro educacional nem pensar: aqui é ruim, perda de tempo, mas é aqui que vou me aquietar. (Lucas, 16 anos, Pesquisa Vozes)

Não é legal tá aqui, fico sem paciência, tenho mais o que fazer na rua. (Washington, 17 anos, Pesquisa Vozes)

Assim, sabe, não gosto de tá aqui, mas é o jeito, senão o juiz me manda voltar para ser preso, isso não quero. (Wellington, 16 anos, Pesquisa Vozes)

Aqui dentro é uma proteção, tamo tudo guardado, se tivesse lá fora a gente já tinha morrido, já tinha roubado. (Lula, 17 anos, Pesquisa Vozes)

Penso em tá com a minha família, só alegria, né, porque a vida do crime não dá certo não. Um dia vou ser alguém na vida, ou traficante, ou político, ou empresário rico. Tudo rouba mesmo, pra ficar rico, e acaba ficando legal. (Alexandre, 16 anos, Pesquisa Vozes)

É inegável que o Estatuto da Criança e do Adolescente construiu um novo modelo de responsabilização do adolescente infrator. Quando o Brasil rompeu com a doutrina da situação irregular e incorporou a Doutrina da Proteção Integral, promovendo o então “menor”, mero objeto do processo, para uma nova categoria jurídica, passando-o à condição de sujeito do processo. Conceituando “criança” e “adolescente”, estabeleceu uma relação de direito e dever, observada a condição especial de pessoa em desenvolvimento, reconhecida ao adolescente.

De modo geral, podemos dizer que as orientações vigentes do atendimento ao adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional apontam para uma prática pedagógica com ênfase na educação. Devem ser priorizadas atividades de educação formal, atividades de lazer, culturais e de iniciação ou formação profissional – “trabalho educativo” – para estimular potencialidades e favorecer a autonomia dos

adolescentes, de modo que não sejam meramente utilizadas para ocupação do tempo ocioso, mas que sejam planejadas e compartilhadas de forma participativa.

Apesar do reconhecimento de que a falha não está na lei, as medidas socioeducativas não vêm cumprindo o seu papel de reeducação e/ou reinserção social.

Para Trassi (2006, p. 17), a forma como as medidas têm sido desenvolvidas, as diretrizes em que estão apoiadas, não dão conta da complexidade da questão, trazendo entendimento e ações simplistas;

Nos dizeres da autora:

esta mentalidade – que atravessa a sociedade e está presente também nos setores mais diretamente relacionados à elaboração e execução das políticas e programas da área da infância e juventude – exige, para a sua desmontagem, a demonstração, tanto quanto possível, da multideterminação deste fenômeno, de sua articulação com os vários aspectos da vida coletiva, da cultura. Isto implica superar explicações simplistas, reducionistas, que a atribuem a existência do fenômeno a uma única causa: econômica ou à baixa escolaridade ou a aspectos morais ou a culpabilização exclusiva da família ou [...]

Outro aspecto apontado pela autora diz respeito ao desconhecimento que vivenciamos em relação ao adolescente autor de ato infracional:

[...] mesmo quando há um esforço de uso do saber científico e atualizado, as intervenções no atendimento se referenciam em concepções equivocadas ou distantes do que constitui o modo de ser e existir (pensar, agir, sentir) do adolescente: seus processos cognitivos, a metabolização de um conjunto fantástico de informações, suas fantasias, seus valores, expectativas sobre o mundo, sobre o outro, sobre ele mesmo. Não se reconhece a repercussão dos ideais culturais nele projetados, os efeitos da ruptura com os valores da história e da tradição, as marcas psíquicas das vivências neste ambiente social em que muitas faces da violência vão adquirindo invisibilidade e suas expressões mais cruéis vão se naturalizando, embora persista a sideração, o fascínio pela imagem quando o espetáculo da violência horroriza e seduz. (TRASSI, 2006, p. 19).

Nessa linha de entendimento, os relatórios produzidos por órgãos fiscalizadores e propositores de políticas públicas relatam como o sistema socioeducativo está sucateado e demonstra disparidades, tanto nas condições estruturais, quanto na visão dos gestores sobre as condições de execução do trabalho.

Do Relatório da Infância e Juventude – *Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes no país*, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, temos, nos dizeres dos Promotores:

Apesar dos registros preocupantes trazidos nesta publicação, a percepção dos gestores estaduais quanto às condições físicas das unidades, curiosamente, é bastante otimista. A partir das informações fornecidas pelos órgãos gestores, 64,73% as unidades de internação e semiliberdade, no que concerne às suas condições físicas, foram consideradas ótimas ou boas. (CNMP, 2013, p. 45)

Em conclusão, tem-se:

amargam-se, na atualidade, os resultados de mais de duas décadas de indiferença à doutrina da proteção integral trazida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere aos adolescentes em conflito com a lei. Como se pôde ver amplamente nos gráficos que compõem esta primeira publicação, faltam espaços para escolarização, profissionalização e práticas esportivas, lazer e cultura, dentro das unidades, relegados os adolescentes e jovens ao ostracismo e à falta de perspectivas otimistas. Falta garantir-lhes a mínima dignidade enquanto cumprindo medidas de privação de liberdade. Como esperar então que esses sejam espaços de ressocialização?

Um retrato triste e revelador é trazido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios: a partir de oitivas informais e plantões de atendimento, 29% dos adolescentes ouvidos, envolvidos em atos infracionais, afirmaram não ter sonhos, (CNMP, 2013, p. 81).

O Levantamento realizado pela SDH corrobora com os apontamentos realizados pelos promotores:

conclui-se, a partir das informações, uma grande diversidade de lócus institucional para a gestão das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, repercutindo também em diversidade de investimento, estruturação do sistema bem como em seus resultados. Tal situação dificulta um alinhamento hierárquico entre os níveis federal, estadual e municipal e aponta para uma necessidade de consensos sobre organização da gestão do Sistema Socioeducativo. (SDH, 2012, p. 48).

Poderiam ser diferentes os relatos dos adolescentes que vivenciaram as medidas?

(IN)CONCLUSÕES

Nossa pesquisa se finaliza. Trata-se de um cenário nem sempre otimista, pois falar sobre violência e sobre medidas socioeducativas nos remete a cenas e cenários, em sua maioria, impregnados de desesperança e caos.

Essa pesquisa é mais um ponto de partida, um esforço de identificar saídas possíveis e tentar induzir a novas reflexões, induzir à ampliação do olhar.

É indiscutível que vivemos na realidade brasileira um movimento crescente de ações violentas, escancaradamente impregnadas de racismo, discursos de ódio e incitações ainda maiores a outros atos violentos. Como exemplo, podemos citar o fato de que em 2014 um negro foi amarrado a um poste na cidade do Rio de Janeiro, em uma das avenidas mais movimentadas da cidade.

Além desse cenário de violência, de questões de ordem estrutural anteriormente apontadas, vimos que o jovem, em seu envolvimento na criminalidade, também busca emoções fortes, identidade, reconhecimento, pertencimento grupal que esta, de certa forma, possibilita, junto com o poder das armas e a sedução do sexo oposto.

Segundo TAKEUTI(2002), essa busca acaba por “lança-los à cata de regulações próprias” (p. 269), como nos fala a autora:

[...] nas atitudes sentimentalistas que tendem a vitimizá-los, eles sentem também o ódio social, senão a aversão da qual são alvos todas as pessoas consideradas inaptas a conduzirem, por si só, a própria vida. [...] Como todo adolescente que sonha e projeta o seu futuro eles o fazem igualmente, como condição mesma de não sucumbirem na construção social do “pobre assistido”. Como o Estado e as instituições exercem insuficientemente ou inapropriadamente o seu papel de regulação social, eles lançam-se à cata de regulações próprias, destituídos de qualquer vínculo social sólido. Os elos que vão constituir na sua comunidade e nas ruas serão certamente de outro “marca” em relação à prescrita dos padrões normativos sociais.

Somando-se a essa questão, há uma imagem de ameaça social atribuída aos jovens, validada por preconceitos, estereótipos e, também, por ações concretas desses jovens.

Entendemos que a maior parte da população, ao se sentir vítima e refém, não considera a origem, as causas e as possíveis soluções para o problema. Os jovens envolvidos são tanto temidos quanto desconhecidos pela maioria da população.

Não queremos afirmar que não há o que temer, ou que são todos incompreendidos, vítimas de um sistema. Mas é preciso enfatizar que ampliar o olhar e a informação sobre outros elementos, como os processos de regulação psíquica, auxiliará perceber novas facetas de um terreno árido.

É inegável que processos de saída, de ruptura com a criminalidade, se concretizam mais facilmente a partir do apoio de pessoas e instituições que favoreçam outras inserções.

Na pesquisa Labirintos do Tráfico (RODRIGUES, 2013) é relatada a importância da ampliação do campo de atuação para manter-se fora do tráfico, por exemplo.

A atitude de se manter fora depende de um conjunto de bases de apoio. O contato maior com outros elementos de identificação indica que provavelmente uma combinação de acesso a diferentes opções e tipos de influência foi ampliada porque seus contextos sociais se alargaram. A sensação de não ter com quem contar é muito negativa e não estimula movimentos de saída. Tal conclusão reforça a necessidade de intervenções que busquem a ampliação dos contextos pessoais destes integrantes para fora de referências do tráfico, a fim de fortalecer suas resistências e a motivação à saída. (RODRIGUES, 2013, p. 276).

A mudança vem atrelada à mudança no desejo de permanecer na atividade. O que antes atraía, não deve atrair mais; o interesse, o prazer deve ser direcionado a outra coisa.

Entretanto, considerando as medidas socioeducativas, os dados coletados demonstram que elas não dão conta do objeto ao qual se propõem: o rompimento com o ciclo da delinquência, com a repetição do ato de delinquir.

A forma enfática como a ineficácia das medidas socioeducativas surgiu neste trabalho ressaltou a obviedade da resposta à pergunta: o que faz com que o adolescente volte a infracionar?

As medidas socioeducativas não tem considerado o que move o adolescente à infração, apoiam-se nas questões econômicas, na condição social. O entendimento proposto por Fernandes (1996) nos permite refletir como as medidas tentam entrar como se fossem próteses; e, entretanto nem chegam a cumprir essa função: os

adolescentes estão cumprindo a medida e já estão pensando em infracionar novamente. Eles ajustam o discurso ao que o outro vai aceitar. Eles **sabem o que não devem falar** e, assim, conduzem seu cumprimento da medida.

No ambiente da internação, em uma das sessões de grupo houve uma fala de um dos adolescentes que demonstrava seu receio em dizer claramente o que pensava. Imaginava que poderia ser visto pelo coordenador pedagógico do centro socioeducativo onde estava internado. Outro adolescente o alertou da importância da sinceridade, pois seu depoimento seria para um trabalho de pesquisa. Possivelmente, aquele temia que sua fala pudesse prejudicar sua saída da instituição.

A forma como as medidas estão sendo propostas constituem-nas reguladoras muito externas, elas não estão entrando no cerne do problema.

A questão da raiva e do ódio se impõe a nossa pesquisa. Através dos relatos colhidos ficou muito evidenciado como estão presentes nos processos das medidas – tanto na internação, semi aberto e aberto, em diferentes contextos. Não obtivemos dados para afirmar que estivessem presentes ao adentrarem para a criminalidade, mas atuam como força motriz para a permanência. Entra-se num círculo odioso, retroalimentado, que supõe a raiva, a dimensão que tem o prazer de delinquir, o que eles chamam de *adrenalina*. Algo que os deixa aficionados como se fosse um vício.

As medidas não levam em conta essa função que está sendo regulada, a adrenalina, como se dissessem ao adolescente: “Daqui para frente você vai ter que funcionar dessa forma: nós vamos te arrumar emprego para que você possa viver de forma honesta. Você vai ganhar dinheiro e tudo vai dar certo”.

Assim, polarizam suas ações/intervenções nos aspectos identificados como estruturais no campo social, como as condições de trabalho, e desconsideram os intrasubjetivos.

Para Takeuti (2002, p. 276), os sonhos e aspirações nesses jovens, apresentam “uma defasagem enorme com a própria percepção que possuem de sua realidade vivida concreta”:

seus ideais refletem a vontade de ser algo grandioso, ao mesmo tempo em que manifestam a descrença em realiza-los: de um lado, apelam para a “força de vontade”, a “necessidade de luta ou batalha”, a “determinação” em ter coragem para mudar de vida e, de outro, apontam os entraves estruturais, a falta de suporte diversos (da família, da escola, da comunidade, do governo e das instituições públicas) para conseguirem por em prática aquilo que clamam. [...] São várias as contradições que sustentam o movimento dos jovens na

busca de sua autoestima e de seu reconhecimento, enquanto sujeitos dignos na sociedade. Contradições entre o discurso e a prática: de um lado, a afirmação da enorme importância dos estudos para obter uma profissão e uma condição social reconhecidas e, por outro, a negligência da prática do estudo associada à assiduidade em outras práticas ligadas à rua. (TAKEUTI, 2002, p. 277).

Os jovens demonstram, dessa forma, uma imagem ambivalente de si, a qual, segundo Takeuti (2002, p. 253), aponta uma difícil articulação dos processos sociais e dos processos psíquicos, pois “a sociedade não assegura aos jovens, os suprimentos necessários para a superação de seus conflitos”, pelo contrário, “ela reforça os conflitos psíquicos individuais, através dos processos de estigmatização, de desprezo e de rejeição sociais” (TAKEUTI, 2002, p. 254).

Dessa forma, faz com que os jovens engendrem sentimentos de si bastantes negativos. Nas palavras da autora:

temos a hipótese de que haveria nesse processo social uma reativação e acentuação das feridas narcísicas originárias. Ou seja, a ideia diz respeito à fragilidade no plano do Ideal do Eu cada vez mais acentuada, na medida em que o jovem é submetido à experiência da violência simbólica e física, a qual suscita sentimentos de vergonha e humilhação e engendra um *sentimento de si* bastante negativo, mesmo quando, na aparência, os jovens demonstram ser arrogantes e temerários. A arrogância e a temeridade constituem-se em expressões dos mecanismos de defesa individuais face aos sentimentos de humilhação, de vergonha e de revolta resultantes de uma experiência social negativa. (TAKEUTI, 2002, p. 254).

Que processos psíquicos se articulam a um processo social de modo a engendrar relações onde os “outros” são tomados como objetos de desprezo ou de ódio, e até de aniquilamento físico?

Como escapar de uma perspectiva destrutiva em duplo sentido: para si mesmo e para o outro?

Segundo Takeuti (2002, p. 301), há uma “[...] Vontade de transgredir, impelindo os jovens para ações perigosas, não somente contra as pessoas da sociedade, mas contra eles próprios”, combinando-se a vida e a morte.

Prossegue a autora:

[...] o prazer da provocação e do desafio, a cata de “presepadas” (proezas), a ânsia de aventuras, o gozo de emoções fortes (por vezes, mortífero) organizam suas inúmeras façanhas cotidianas. Nelas, combinam-se em suas condutas a compenetração e o desinteresse, o

empenho e a irresponsabilidade, o cálculo e a improvisação, a seriedade e o ridículo, enfim, a vida e a morte. Nelas, expressam-se, ao mesmo tempo, o otimismo e a tragédia de uma vida, sem muitas “amarras”. Nelas, os tabus são arrebatados sem pudores e as leis desacatadas sem medos. Enfim, nelas, parece prevalecer somente o princípio da busca do gozo. (TAKEUTI, 2002, 301).

Do ponto de vista psicanalítico, podemos inferir que as pessoas que conseguiram “escapar” deram saltos no sentido de conseguirem obter prazer em outras coisas. Possivelmente, conseguiram, pouco a pouco, construir um processo de elaboração. Ao avançar, aumenta-se a tolerância, ocorrem ganhos. Os ganhos fazem com que o processo seja mais suportável e não torne a repetir aquilo que o levaria à destruição – no caso, o ato delinquente.

Esse deve ser o foco do trabalho socioeducativo: ver-se com a singularidade de cada adolescente, de cada sujeito, sem que seja, obviamente, desconsiderada a importância também das questões estruturais. Considerar a singularidade significa entender que um sujeito sente mais medo, em outro a raiva é mais presente; para outro, talvez seja suficiente um “*up*” na profissionalização; enfim, incluir e validar no PIA, uma proposta singularizada.

As ações propostas no PIA devem propiciar aos adolescentes oportunidades de conquistas através de pequenos e sucessivos sucessos, do desenvolvimento da capacidade de resistir às adversidades, analisar problemas, de trabalhar em grupo, avaliar, ser avaliado, liderar, relacionar-se com os outros e atribuir valor às suas decisões.

De pouco adiantará, como já vimos inúmeras vezes acontecer, encaminhar para o trabalho sem que se pense num processo de regulação interna, pois o sujeito não se sustenta. A forma tão acentuada como as medidas focalizam no trabalho dão a entender que ele é um regulador psíquico; entretanto, este não cumpre de forma solitária essa função. A inserção no mercado de trabalho deve ser uma das dimensões do trabalho socioeducativo, mas não é nem a mais importante, nem a maior. Tem, em nosso entendimento – pelo fracasso prévio com que se apresenta – culpabilizado ainda mais os sujeitos, dando espaço para falas do tipo: “Tá vendo, ele não quer nada com nada”.

Levar em consideração essa energia que atua como força motriz para a criminalidade auxiliará nos processos de intervenção para que possa ocorrer uma regulação dos impulsos, do fora e do dentro. Ao nos fixarmos somente no fora,

“culpamos” a condição social; ao nos fixarmos somente no dentro, nos tornamos deterministas e “culpamos” a índole do sujeito. Ao considerarmos o dentro e fora significa que não podemos perder a dupla mão, que é o vínculo. Considerar a dupla mão nos remeterá a identificarmos no que está apoiada aquela forma de relação, quais os nós que devem ser desatados para que novas configurações se estabeleçam.

Assim, as medidas apoiadas em um único viés não dão conta da complexidade de fatores que estão envolvidos. Em se tratando do respeito às singularidades não há, portanto, uma resposta única. Nem pode haver uma única forma de trabalho.

Nesse sentido, devem ser considerados os sentimentos de raiva e ódio que movem o adolescente. No subtexto dessa raiva existem situações de humilhação e sentimentos de vergonha. Situações de humilhação onde a vergonha é um sentimento tão impossível de ser traduzido pelo sujeito que a raiva surge como uma forma de expressão. A raiva toma força porque está apoiada numa situação de humilhação anterior, que não foi elaborada, criando um ciclo humilhação-vergonha-ódio.

No entendimento de Takeuti (2002, p. 264),

a essa imagem social degradada de seu grupo de pertença social, eles procuram contrapor uma *imagem de si* positiva, como a de jovens irreverentes, aguerridos, matreiros e astutos que sabem, mesmo diante da miséria e da iminente morte, produzir a sua existência (pelo bem ou pelo mal).

Para Gaulejac (2006), a vergonha é percebida como um sentimento que causa dor e, na maioria das vezes, as pessoas preferem não falar sobre ele.

O autor considera que “as relações sociais são relações de dominação em que os aspectos simbólicos são tão determinantes quanto os econômicos” (GAULEJAC, 2006, p. 43) no que concerne à origem do sentimento da vergonha. Tais relações não são restritas somente às experiências parentais, mas também estão relacionadas com as vivências com pares de iguais, padrões, objetos de desejo, parceiros, ou seja, as mais diversas formas de relacionamento que se fundamentam em subordinação e dominação.

A vergonha pode ser trabalhada no encontro do sujeito com ele próprio e com o social, buscando integrar os aspectos psíquicos e socio-históricos aliados à capacidade de autorreflexão. A vergonha se inscreve numa relação social.

Gaulejac (2006, p. 231) aponta que

a vergonha é um sentimento social que diz respeito à identidade do sujeito, ou seja, o que o constitui como membro integral de uma sociedade, afirmando, ao mesmo tempo, sua singularidade e sua inclusão. A “descarga fulgurante” vem de um dilaceramento do sujeito confrontado com uma contradição entre o seu desejo de ser e o olhar que o outro lhe lança.

Para Carretero (2003, p. 68),

na origem dos processos sociais de vergonha encontramos a violência, seja ela física ou simbólica. Estas engendram um processo de invalidação da própria pessoa, de seus grupos de pertença, da família, do grupo de pares ou da categoria social. O que estes processos têm em comum é que são sempre construídos em uma cena social. Daí podermos nos referir à construção do sofrimento social.

A vergonha acena para uma situação de superioridade social, de dominação e de poder, por parte daquele que submete e, de interiorização, por parte do que se vê submetido. A vergonha objetiva barrar a reação de quem a vivencia. Há sempre um custo psíquico importante quando a resposta é impossibilitada de ocorrer.

Ela pode fazer elo às raízes inconscientes, cada indivíduo reagindo distintamente a uma situação de humilhação, em função dos componentes psíquicos próprios, mas é indissociável da relação social que contrasta o sujeito com as normas do seu meio, com os valores da comunidade à qual ele pertence. (GAULEJAC, 2006)

Nas palavras do autor,

a vergonha se inscreve numa relação social. Ela pode fazer elo às raízes inconscientes, cada indivíduo reagindo distintamente a uma situação de humilhação, em função dos componentes psíquicos próprios. Mas ela é indissociável da relação social que contrasta o sujeito com as normas do seu meio, com os valores da comunidade à qual ele pertence. (GAULEJAC, 2006, p. 38).

Em sua análise, Carretero (2003) destaca dois modos mais frequentes de lidar com a vergonha:

Relata a autora:

nossa análise nos leva a destacar dois modos mais frequentes de lidar com a vergonha:

Reativo

- levando à construção dos processos de revolta (Zaluar, 1985).

Neste ponto podemos entender o que denominamos lógica da virilidade. Esta lógica, como referimos acima, constitui um modo de restaurar uma imagem narcísica ferida.

Silenciado

- nesta forma não há reação explícita. O sentimento de invalidação é interiorizado e o sujeito se resigna à vergonha sentida, reproduzindo e transmitindo sua própria invalidação social. Neste caso a vergonha gera um sentimento de depreciação. É assim que muitas instituições ensinam a aprendizagem da submissão, seja por palavras ou por suas próprias ações. (CARRETEIRO, 2003, p. 71).

Assim, o sentimento de vergonha emerge na relação de cada indivíduo consigo mesmo e em seu grupo social que possui um sistema de normas comuns. Tomando como referência a situação da precariedade, pode-se dizer que a convivência com a vergonha pode estar associada a uma condição de fracasso.

Enfatiza Gaulejac (2006, p. 17-18):

[...] quando se é habitado pela vergonha, sentimo-nos inúteis, incompreendidos, desvalorizados e sozinhos. Procuramos dissimulá-la a qualquer preço. Estamos pouco inclinados a contar nossa experiência.

Pensamos que ela não serve para nada, que nossa própria existência é vazia e sem interesse. A vergonha é um sentimento doloroso e sensível sobre o qual é preferível não falar. Ele engendra o silêncio, o fechamento em si até a inibição. [...] A vergonha é um sentimento social e psíquico particularmente doloroso.

Dessa forma, o indivíduo, quando experimenta o sentimento de vergonha, guarda-a para si, ainda que a mesma ocorra justamente na relação entre o indivíduo e a sociedade. E, se esse sentimento não for possível de ser elaborado, pode provocar no indivíduo sofrimento, tanto psíquico como social.

Prossegue o autor:

[...] o silêncio e o fechamento em si são os sintomas deste sentimento que mistura impotência e perda de confiança. A intervenção de um terceiro é então necessária para despertar uma fala e se libertar do sofrimento soterrado no fundo de nós mesmos. (GAULEJAC, 2006, p. 17).

Vale mencionar o importante papel que o olhar do outro possui nesse quadro de elementos, e que podem incitar o sentimento de vergonha. Em acréscimo, o domínio público é palco de muitas humilhações e, conseqüentemente, estigmas que

podem tornar complexo o trabalho psíquico do indivíduo, na diferenciação do que é fantasia e realidade.

A vergonha é, por conseguinte, o encontro do indivíduo entre conflitos passados estigmatizados perante uma situação de possível re-vivência de tais fatos marcantes, que podem causar uma espécie de confusão psíquica e social. Ela atua na subjetividade, para que o indivíduo suporte sua realidade objetiva dolorosa e aflitiva, manifestando-se como raiva, culpa, agressividade ou medo.

Pode ser proveniente das dificuldades encontradas na vida (violência física), da qual é um exemplo a fome. Pode também decorrer do olhar da sociedade (violência simbólica) ou também advir de desmoronamentos das imagens parentais (violência psicológica). Assim, a vergonha não se resume às dificuldades objetivas da vida, mas também se estende às consequências subjetivas para a psique. A vergonha pode ser trabalhada no encontro do sujeito com ele próprio, integrando os aspectos psíquicos e sócio-históricos aliados à capacidade de autorreflexão.

As investigações de Gaulejac (2006) o fizeram concluir que o fato de permitir que as pessoas expressem sua vergonha possibilita “libertar uma fala”. Esta fala só é acessível a partir da verbalização.

Conforme o autor:

neste últimos anos, conforme avançam esta pesquisa e os relatórios que fiz em diferentes lugares, constatei que o simples fato de falar sobre a vergonha permitia libertar uma fala. Em várias oportunidades, no recolhimento de relatos de vida que formam a trama desta obra, os interlocutores me encorajaram a prosseguir, a contar o que eles haviam vivido, a testemunhar seu sofrimento na esperança de que isso servisse para outros. [...] É não apenas legítimo, mas também necessário compreender melhor sua gênese e seu desenvolvimento. O desconforto experimentado em face da vergonha do outro leva, com frequência, a um distanciamento, a uma recusa de entendimento, a uma rejeição daquilo que o perturba. A humilhação leva a calar as violências sofridas, a se fechar em si, a cultivar um sentimento de ilegitimidade, a se viver com “um menos que nada”. Estas duas atitudes completam-se e se reforçam. O desconforto de uns contribui para a recusa de outros e para o silêncio de todos. (GAULEJAC, 2006, p. 17-18).

Nesse sentido, trago um trecho ilustrativo da autobiografia de Mark Johnson: *Uma infância roubada* – Uma inocência traída, uma vida resgatada (JOHNSON, 2009, p. 8), onde este relata sobre seu retorno a clínica de recuperação e seu encontro com um dos internos.

Colin observa-me. Ele está sempre entrando e saindo da reabilitação, portanto, entende do assunto, embora isso não tenha evitado suas constantes recaídas.

- O que quero dizer – falo- são essas malditas regras daqui. Não consigo segui-las. O que eles querem de mim?

- Não é o que eles querem. É o que você quer.

- Só quero ficar limpo. Quero uma vida nova.

- Bem, há um jeito.

- Ah?

- É assim. Todas as coisas que estão no fundo de sua mente têm que sair. Você tem que ser honesto. Todas as coisas que vêm te segurando, todos os seus segredos, você tem que contar, parceiro!

Penso por um minuto enquanto sinto os pelos da minha nuca arrepiarem-se. Isso sempre acontece e não significa que alguém está caminhando sobre o meu túmulo. Isso significa que outra terminação nervosa está de volta, agora que meus receptores não estão mais bloqueados pelas drogas.

- Você quer dizer – falo- que eu tenho que contar como é mesmo lá fora? Nas ruas?

Colin dá uma gargalhada.

- Não é do papo de ego que estou falando nem sobre quanto era difícil lá. Não é do papo de sentir pena de si mesmo. Quero dizer que você tem de contar seus segredos. Os segredos reais. Todas as pequenas coisas vergonhosas que nunca contou a ninguém, as coisas mesquinhas, as coisas rancorosas, as coisas do tipo não-vou-contar-para-ninguém-vou-guardar-para-mim.

Meus segredos. Ele deve estar brincando. Há muitas coisas que não vou contar para ninguém. Jamais.

Ele diz:- falar de suas fraquezas traz a sua força de volta... Há muita coisa que te deixa doente. Seus segredos envenenam a sua alma...

Para Gaulejac (2006), para um movimento de superação deve-se, portanto, considerar entrar em contato com essa vergonha, para que ela possa ser elaborada rompendo com o ciclo: humilhação-vergonha-ódio.

Nas palavras do autor:

as histórias de vergonha desorganizam a vida em seus diferentes registros, pessoal e familiar, psíquico e social, emocional e relacional...Diante de uma identidade ferida, impõem-se a autenticidade, a empatia e o pudor. A vergonha precisa ser domesticada para poder ser dita, numa relação em que a atenção com o outro e a compreensão acompanham o sujeito numa aceitação de suas origens e numa reconquista de si mesmo. (GAULEJAC, 2006, p. 230).

No sentido de fechar este trabalho, vale fazermos referência a um trecho da música do Grupo O Rappa – “Vida Rasteja”.

Resolver tudo do dia pra noite
Tudo de uma só vez
Uma vida inteira, tudo de uma só vez
Mascarar o medo e não pegar na arma
Tudo de uma só vez
Uma vida inteira, uma vida inteira

Se começar foi fácil
Difícil vai ser parar

A máquina desgovernada
Consome a vontade de ficar na paz
Orgasmo de raiva, e a vida aqui vale muito mais
Videogame de adulto besta não é bom pra cabeça
E pelas crianças você pode ver
Ao mesmo tempo, tanta beleza
A vida rasteja
O zumbido não nos deixa esquecer

Se começar foi fácil
Difícil vai ser parar

Tanta praia
Tanta beleza
Tão presente
Mas a vida rasteja

Se começar foi fácil
Difícil vai ser parar

Com o objetivo de não fechar a discussão, mas ampliá-la, trazemos Winnicott (1989, p. 1993) como uma tentativa de explicitar a dupla mão existente entre sujeito e sociedade. Nas palavras do autor, “a base para uma sociedade é a personalidade humana total [...] não é possível que as pessoas consigam ir mais além na construção da sociedade do que seu próprio desenvolvimento pessoal”.

Difícil vai ser parar, mas não impossível.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, M. G. B. (Org.). **A violência na sociedade contemporânea – Dados eletrônicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 p.
- ALMEIDA, R. M. M. **Da FEBEM até o Carandiru, do Carandiru à USP: o processo de transformação de uma identidade**. 135f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade São Marcos, São Paulo, 2005.
- ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: CASTRO, A. D. de; CARVALHO, M. P. de. (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.
- ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan AS, 1981. Traduzido por Ichel Winock.
- BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação**. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2010.
- BLEGER, J. **Temas de Psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3. ed. São Paulo. Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BROIDE, J. **Psicanálise: nas situações sociais críticas**. Violência, juventude e periferia: uma abordagem grupal. Curitiba: Juruá, 2009.
- CAMACHO, L. M. Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2001.
- CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate, **Psicologia**, São Paulo, USP, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO. Relatório da Infância e Juventude – **Resolução no. 67/2011**: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes no país. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. 88 p.
- COSTA, A. C. G. **As bases éticas da ação sócio-educativa**: referenciais normativos e princípios norteadores. Cidade: Secretaria Especial dos Direitos Humanos-Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2004.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Robe, 1997.

DOWDNEY, L. **Crianças no tráfico**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2013.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, M. I. A. O trabalho psíquico da intersubjetividade. **Psicologia**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 47-55, 2003.

_____. **Negatividade e vínculo**: a mestiçagem como ideologia. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005. (Coleção Psicologia Social Inconsciente e Cultura/ Coordenadora Maria Inês Assumpção Fernandes).

_____. A população diante da implantação de programas políticos: efeitos da violência. In: _____. A sociedade na perspectiva da psicologia. Petrópolis: ANPEPP, 1996.

_____. **De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo**. 1989. 312f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – IPUSP, São Paulo, 1989. volumes 1 e 2.

_____. **Diversidade e representações**: uma leitura a partir do funcionamento psíquico nos grupos in *Diversidade – Avanço Conceitual para a Educação Profissional e o Trabalho – Ensaios e Reflexões* – Brasília: OIT, 2002.

_____. **Negatividade e vínculo**: a mestiçagem como ideologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Coleção Psicologia Social Inconsciente e Cultura/ Coordenadora Maria Inês Assumpção Fernandes).

FOLHA DE SÃO PAULO. **São Paulo ganha uma favela a cada oito dias**. São Paulo, 12 fev. 2003. Acesso em: <www.folhas.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVII.

_____. **Construções na análise** (1937) In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXIII.

_____. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: ESB. Imago, 1930. v. XXI.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GAULEJAC, V. de. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006.

GOES, J. R. de; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**, 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

JOHNSON, M. **Uma Infância Roubada**: uma inocência traída, uma vida resgatada. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2009. Tradução de Marsely de Marco Martins Dantas.

Jornada Municipal sobre infância e adolescência, 3. – Violências. n. 3, Ano III. 2008. Novo Hamburgo: Prefeitura Municipal, set. 2008.

KAES, R. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados**: transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Coleção Psicologia Social Inconsciente e Cultura/ Coordenadora Maria Inês Assumpção Fernandes).

_____. et al. **Crisis, Ruptura y Superacion**: análisis transicional em psicoanálisis individual y grupal. Buenos Aires, Argentina, 1979.

_____. **O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura**. Psicologia USP, São Paulo, v. 14, n.3, p.15-33, 2003.

_____. **Um singular plural**: a psicanálise a prova do grupo. São Paulo: Edições Loyola, 2011

LA TAILLE, Y. **Três dimensões educacionais**. São Paulo: Summus, 1998.

LEWISKY, D. Prefácio. ALMEIDA, M. G. B. (Org.). **A violência na sociedade contemporânea** – Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 p.

LIMA E VENÂNCIO, R. P. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2004

LIMA, R. C. P. Mudanças nas práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. **Psicologia e Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 56-62, jan./abr. 2006.

LOSACCO, S. **Métrons e Medidas**: caminhos para o enfrentamento das questões das infrações do adolescente, 215f, Tese de Doutorado em Serviço Social, PUC SP, São Paulo, 2004.

MARIN, I. S. K. Instituição e violência, violência nas instituições. In: LEWISKY, D. (Org.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MARTINS, J. D. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997

MATTOSO, K. O filho da escrava. In: DEL PRIORE, M. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MELO, D. L. B.; CANO, I. (Org.). **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. 115 p. [MeninosdoRio.pdf](#)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

MENDES, L. A. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MERISSE, A. et al. **Lugares da infância**: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

MOURA, E. B. B. Crianças operárias na recém-industrializada. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MYRA Y LOPEZ, E. **Quatro gigantes da alma**. 11. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1980.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Rotas de Fuga** – Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, R. M. F. de C. **A irregularidade de uma situação: a política da infância e da adolescência no Brasil**. 2004. 197 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, USP, São Paulo, 2004.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PICHON-RIVIERE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Ed Martins Fontes, 1986.

PRIORE, M. del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PILOTTI, F; RIZZINI, I. (Org.) **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAMOS, S. Meninos do Rio: jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas, CESEC – **Centro de estudos de Segurança e Cidadania**, Boletim 13, ano 8. Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/BoletimCESeCNo13>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão**: o drama do Abelardo e Heloísa no contexto do século XII. Recife: UFPE, 1996.

RODRIGUES, A. **Labirintos do tráfico**: vidas, práticas e intervenções. Em busca de saídas possíveis. Doutorado em Psicologia. 303f. UFRJ. Rio de Janeiro. 2011

SERASA. Guia contra a violência. Disponível em: <<http://serasa.com.br/guiacontraviolencia/violencia.htm>>. Acesso em: 15.09.2013

SCHMIDT, S. P. Quando ter atitude é ser diferente para ser igual: um estudo sobre mídia, educação e cultura jovem. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 7, p. 195-210, 2010. Disponível em:

<<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/201/199>>. Acesso em: 10.10.2013

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Levantamento Nacional 2011:** Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei. Brasília, 2012.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 420 p.

SILVA, R. **Os Filhos do Governo:** a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997. 205 p.

SILVA, E. S. **Testemunhos da Maré.** Aeroplano: Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, F. S.; SILVA, J. S. Poderes soberanos nas favelas e periferias da cidade. In: LOCARELLI, F.; DUARTE, C. F. (Orgs.) **Favela & Cidade.** Versão bilíngue: português e italiano. Napoli: Giannini Editore, 2008.

SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2006. Disponível em: <http://www1.direitoshumanos.gov.br/sedh/.arquivos/.spdca/sinase_integra1.pdf>. Acesso em: 10.09.2012

TAKEUTI, N. M. **No outro lado do espelho:** a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TAKEUTI, N. M.; NIEWIADOMSKI, C. **Reinvenções do sujeito social:** teorias e práticas biográficas. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TERRE DES HOMMES. **Vozes:** que pensam os/as adolescentes sobre os atos infracionais e as medidas socioeducativas. 2012. Disponível em: <www.calameo.com/sead/000788872e6011a746cc3>. Acesso em: 20 nov. 2013.

TRASSI, M. L. **Adolescência-violência:** desperdício de vidas. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. **Instituto Airton Senna,** Ministério da Justiça/SEDH, 2004.

_____. **Instituto Airton Senna.** Ministério da Justiça/SEDH, 2002. São Paulo, 2005.

VIOLANTE, M. L. V. **O dilema do decente malandro.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência III:** juventude, violência e cidadania. Os jovens de Brasília. São Paulo :Cortez, UNESCO, 1998.

_____. **Mapa da violência IV:** juventude, violência e cidadania. Brasília: Ministério da Justiça/SEDH, 2004 .

WINNICOTT, D. **Privação e delinquência.** 3. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2002

WWW.valor.com.br/legislacao/998962/indice-de-reincidencia-criminal-no-pais-e-de-70-diz-peluso#ixzz2IIHnkvuD>. 2011. Publicação. Acesso em: 21 nov. 2013.

YOKOMISO, C. T. **Violência e descontinuidade psíquica**: um estudo sobre a Fundação Casa. 266 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– IPUSP, São Paulo, 2007.

_____. **Família, Comunidade e Medidas Socioeducativas**: os espaços psíquicos compartilhados e a transformação da violência. 2013. 281f. Tese (Doutorado em Psicologia) -IPUSP, São Paulo, 2013

ZALUAR, A. Teleguiados e Chefes: juventude e crime. In: **Religião e Sociedade**, ISER, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 1990.

_____. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ANEXO A - LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

CAPÍTULO IV

DOS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 9º Os Estados e o Distrito Federal inscreverão seus programas de atendimento e alterações no Conselho Estadual ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o caso.

Art. 10. Os Municípios inscreverão seus programas e alterações, bem como as entidades de atendimento executoras, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 11. Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

I - a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;

II - a indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;

III - regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:

a) o detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais educadores;

b) a previsão das condições do exercício da disciplina e concessão de benefícios e o respectivo procedimento de aplicação; e

c) a previsão da concessão de benefícios extraordinários e enaltecimento, tendo em vista tornar público o reconhecimento ao adolescente pelo esforço realizado na consecução dos objetivos do plano individual;

IV - a política de formação dos recursos humanos;

V - a previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;

VI - a indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do sistema e dos conselhos profissionais e com o atendimento socioeducativo a ser realizado; e

VII - a adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva.

Parágrafo único. O não cumprimento do previsto neste artigo sujeita as entidades de atendimento, os órgãos gestores, seus dirigentes ou prepostos à aplicação das medidas previstas no [art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#).

Art. 12. A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência.

§ 1º Outros profissionais podem ser acrescentados às equipes para atender necessidades específicas do programa.

§ 2º Regimento interno deve discriminar as atribuições de cada profissional, sendo proibida a sobreposição dessas atribuições na entidade de atendimento.

§ 3º O não cumprimento do previsto neste artigo sujeita as entidades de atendimento, seus dirigentes ou prepostos à aplicação das medidas previstas no [art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#).

Seção II

Dos Programas de Meio Aberto

Art. 13. Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

I - selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida;

II - receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa;

III - encaminhar o adolescente para o orientador credenciado;

IV - supervisionar o desenvolvimento da medida; e

V - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção.

Parágrafo único. O rol de orientadores credenciados deverá ser comunicado, semestralmente, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

Art. 14. Incumbe ainda à direção do programa de medida de prestação de serviços à comunidade selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida.

Parágrafo único. Se o Ministério Público impugnar o credenciamento, ou a autoridade judiciária considerá-lo inadequado, instaurará incidente de impugnação, com a aplicação subsidiária do procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento regulamentado na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#), devendo citar o dirigente do programa e a direção da entidade ou órgão credenciado.

Seção III

Dos Programas de Privação da Liberdade

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

I - a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;

II - a previsão do processo e dos requisitos para a escolha do dirigente;

III - a apresentação das atividades de natureza coletiva;

IV - a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada a previsão de isolamento cautelar, exceto nos casos previstos no § 2º do art. 49 desta Lei; e

V - a previsão de regime disciplinar nos termos do art. 72 desta Lei.

Art. 16. A estrutura física da unidade deverá ser compatível com as normas de referência do Sinase.

§ 1º É vedada a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos, anexos, ou de qualquer outra forma integrados a estabelecimentos penais.

§ 2º A direção da unidade adotará, em caráter excepcional, medidas para proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, comunicando, de imediato, seu defensor e o Ministério Público.

Art. 17. Para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário:

I - formação de nível superior compatível com a natureza da função;

II - comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos; e

III - reputação ilibada.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Art. 23. A avaliação das entidades terá por objetivo identificar o perfil e o impacto de sua atuação, por meio de suas atividades, programas e projetos, considerando as diferentes dimensões institucionais e, entre elas, obrigatoriamente, as seguintes:

I - o plano de desenvolvimento institucional;

II - a responsabilidade social, considerada especialmente sua contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico do adolescente e de sua família;

III - a comunicação e o intercâmbio com a sociedade;

IV - as políticas de pessoal quanto à qualificação, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho;

V - a adequação da infraestrutura física às normas de referência;

VI - o planejamento e a autoavaliação quanto aos processos, resultados, eficiência e eficácia do projeto pedagógico e da proposta socioeducativa;

VII - as políticas de atendimento para os adolescentes e suas famílias;

VIII - a atenção integral à saúde dos adolescentes em conformidade com as diretrizes do art. 60 desta Lei; e

IX - a sustentabilidade financeira.

CAPÍTULO IV

DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do [art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#), civil e criminal.

Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável.

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art. 55. Para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o plano individual conterá, ainda:

I - a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;

II - a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e

III - a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas.

Parágrafo único. O PIA será elaborado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

Art. 56. Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

ANEXO B – ENTREVISTAS

Transcrição primeiro encontro com os adolescentes reincidentes na medida de internação

Os adolescentes foram reunidos no refeitório da instituição. Indaguei se haveria a possibilidade de nos reunirmos em outro ambiente, pois as mesas e bancos são fixos, de concreto, inviabilizando uma conversa em círculo. Fui informada de que, infelizmente, não haveria outro ambiente disponível, pois todos estavam ocupados.

No refeitório estavam os dez adolescentes e um coordenador de equipe. Fui informada que este acompanharia, dentro do refeitório, o encontro e, se necessitasse ausentar-se, outro agente de apoio assumiria o lugar. Ele também seria meu apoio, caso precisasse de algo.

Retomei com os adolescentes a questão do sigilo das informações e nossa tarefa de procurarmos compreender o que leva o jovem a reincidir no ato infracional. Informei que não obtive autorização para gravar a entrevista e, assim, teria que anotar as falas.

- Por que não deixaram gravar, senhora?
- Pelas informações, contraria as regras da instituição.
- Não perguntaram para a gente o que a gente achava.
- Senhor, vai ficar aqui mesmo? – se dirigindo ao coordenador de equipe. O mesmo acenou afirmativamente com a cabeça. Os adolescentes se entreolharam e alguns esboçaram um meio sorriso.

A maioria estava disposta de forma mais próxima da pesquisadora, dois estavam na mesa mais afastada. O coordenador de equipe estava sentado no outro extremo da sala. Alguns sorriam um pouco e abaixavam a cabeça. Ficamos um tempo na troca de olhares entre os adolescentes.

- Não quero saber, vou soltar a voz. Parece que o tempo passa mais rápido depois da primeira vez, é mais suave. Estou me sentindo mais tranquilo. Quando se é primário, a gente fica mais assustado. Sente falta da liberdade. Não que eu tenha acostumado com a falta de liberdade, a gente se acostuma com a rotina, com o que acontece aqui dentro.

Fez-se um pequeno silêncio. Um dos adolescentes verbalizou.

- Solta a voz, menor. (referindo-se a um dos adolescentes)

- Solta a voz, menor (referindo-se a outro adolescente)
- O que passa pela cabeça da gente é assim “Tudo de novo...”. Os primeiros dias parecem um pesadelo, depois vai calmando.
- Quando a gente recebe a internação pela primeira vez então, não é pesadelo, é um inferno. A cabeça fica a mil...
- Na segunda vez é mais fácil ficar o tempo, mas a gente pensa “Cumprir tudo aquilo de novo...”. A gente pensa até em tentar fugir. Bate uma revolta, mas aí a gente pensa que é melhor sossegar pra sair logo.

P - Por que volta então?

- Da minha parte, a outra vez, a outra medida não fez nenhum sentido. Sai pensando em roubar.
- Eu também. Sai, estava precisando de dinheiro, fui roubar.
- A adrenalina de estar nessa vida. Coração bate muito forte. A gente tá lá fora e quer desfrutar de coisa boa: mulher, carro, roupa. Não tem outro jeito de conseguir essas coisas. A gente opina pelo crime.

P - E pelo trabalho? Não se pode conseguir?

- Trabalhando demora muito. Pensa uma vez por mês receber um salário que dá pra muito pouco. As pessoas que eu conheço não desfrutam dessas coisas.
- Quando a gente tá lá fora, lá fora é que a gente vai ser posto a prova. Aqui dentro não, não tem como fazer essas coisas.
- Da primeira internação sai pensando em roubar. Sai revoltado, muito revoltado por ter ficado preso. As pessoas queriam colocar coisas na minha mente, eu não queria. Isso me dava mais revolta. Desde quando aqui não é prisão? Falam medida. É prisão. Não posso sair, não posso falar a qualquer hora, não posso ouvir música quando quero. Não adianta deixar preso. Eu fiquei com mais ódio do que eu já estava. O homem sem liberdade deixa de sonhar.
- Tem também que a gente precisa de dinheiro. Pra menor ninguém dá serviço. Quando dá, é aqueles que ninguém quer: limpar, carregar. Que menina olha pro cara que fica carregando massa de cimento o dia inteiro, lavando carro?
- Eu acho que fui pra essa vida por causa de carência familiar. Queria chamar a atenção das pessoas pra mim. Fui buscar outra família. Fingia uma loucura na hora do roubo. Todo mundo falava “Olha só, o cara é locão”. Todo mundo me dava atenção no crime. Os caras do crime falavam “O menino é bom”. Me davam atenção porque eu não tinha medo, fazia loucura mesmo.

- Eu fui pela carência do meu pai. Ele não dava atenção, nem ligava. Eu tinha atenção dos mais velhos, eles roubavam e me davam atenção. Foi tipo uma família que eu criei. As mulheres mais velhas me davam atenção. Cuidavam de mim, me perguntavam até se eu tinha almoçado ou não.

Um adolescente se vira e pergunta para o que estava do seu lado: Qual foi o motivo que fez você ser internado de novo?

- Consumismo. Tênis de marca, as meninas. Elas não querem ficar com um menino que não tem nada. Se rouba, você pode usufruir de coisas boas, legais. Se não roubar, você não consegue.

- Emprego? Como? E o preconceito? Ninguém confia no adolescente que passou na Fundação. Se você for para outro lugar sim, mas se voltar para o mesmo lugar...

- Até aquela vizinha, fofoqueira, que fica o dia inteiro na rua para ver o que os outros estão fazendo, fala “ O bandidinho voltou, acabou o sossego”. Não acreditam no potencial das pessoas de mudar de vida.

P- Quem não acredita?

- A sociedade, a maior parte, acham que nós somos drogados. Na Fundação acham que a gente só foi lá tomar danone, ficar fortinho e voltar a roubar.

O adolescente se vira para os outros e pergunta “Vocês pensam na primeira internação? Ninguém respondeu.

- Eu penso. Penso que sai pensando em roubar. E agora eu fico pensando como vai ser quando eu sair. Em todas as coisas que estão lá fora me esperando.

- Eu saí, fiquei nove dias, fui para uma penitenciária com identidade falsa. Aí me descobriram, me mandaram de volta. Não queria ficar na penitenciária, mas também não queria voltar para cá.

- Eu acho que o difícil é o passado. O passado me condena. Quando a gente tem passado no crime, o policial já me condena. Posso não tá fazendo nada, mas o policial já me condena.

- É, e uma mentira de farda vale por dez verdades.

- Vai achar estranho o que vou dizer: dessa vez estou inocente, mas o meu passado me condena. Já passei por duas provisórias, LA e extinção, duas internações mas dessa vez estou inocente. Meu passado me condena.

- Conte aí, menor. (referindo-se a um dos adolescentes)

- Esquece eu.

P - Não gostaria de compartilhar algo?

Sorriu, mostrando-se constrangido.

- A história desse menino é fogo. Não tinha nada em casa. Tinha que ajudar para a família não passar fome.

- A gente tem que voltar por causa da alimentação, dos cuidados de médico, dentista, porque tá jurado de morte lá fora. Então o jeito é roubar de novo e dá um jeito de ser preso.

- Tem uns menor que dão pé para não ir embora, com medo da dívida lá fora. Se saírem vão dar um jeito rapidinho de voltar.

- Tem muito preconceito. Depois que você é preso, qualquer coisa que acontece, qualquer desentendimento, a gente ouve “Você é um bandido mesmo, não quero mais papo com você”. A gente perde a razão de tudo. Tudo é porque a gente é bandido. Se estou de mau humor, é porque sou bandido. Se não concordo com alguém, é porque sou bandido.

- O preconceito faz a gente pegar revolta. Dá vontade de sair quebrando tudo. Pior coisa é alguém te olhar do canto do olho, de baixo em cima, segurar a bolsa quando você passa.

- Aqui a gente fica dependendo da misericórdia de todo mundo, fica na dependência delas. Lá fora depende de pai, mãe, família. Aqui de todo mundo. Se o técnico não fizer meu relatório, eu não saio. Se o agente não deixar, não posso ir no banheiro. Mas no crime a gente é independente, é livre.

P - Mas vocês fazem o que querem no crime?

- Não, tem regra. Mas eu prefiro ficar dependente do crime. Passa o que tem que fazer e pronto. É o caminho mais curto pra conquistar as coisas.

- No crime, na primeira remelada que der os caras querem seu pote. Mas a gente prefere o crime.

- A gente prefere não, vou falar por mim. Eu preferia o crime. Agora que tenho o apoio da minha família já não sei.

- A maioria prefere sair do crime quando comete falha, se tiver firmão não sai.

- Por que não sai?

- Porque a casa ainda não caiu. Dois bandidos atrás de você, você não quer. Mas ainda assim, a gente prefere depender do crime do que da mãe. A gente tem mais liberdade, como as drogas, se quiser. Quando você vê é o centro da atenção, tanto da polícia, da mulherada, dos criminosos.

- Outra coisa é que depois de velho não vale a pena sair do crime. Ser o que? Servente de pedreiro?

- Tem gente que sai se escondendo atrás da bíblia. Aqui a gente tem disso, mas aí você vai para outras Fundação e tromba novamente com o cara, com o menino.

- Solta a voz... No convívio você fala um monte, aqui você vira santo? Dirigindo-se a um dos adolescentes.

- Você roubava por precisão? Novamente dirigindo-se ao adolescente.

- Não. Porque eu quis. Você sai daqui tem que ir pra escola, fazer isso, fazer aquilo. Nos mandam fazer coisa por mandar. Mandam pra escola, a escola não quer a gente lá. A tiazinha quer olhar a bolsa da gente. Tudo o que acontece na escola foi a gente que fez.

- Na outra internação eu estava fazendo tratamento para parar de cheirar. Me levavam para fora. A senhora me atendia algemado, o funça dentro da sala. Eu via que ela morria de medo de mim. Medo de que? Não dá para fazer nada algemado. Até que falei pra ela. "Senhora, eu estou bem, não preciso mais vir". Ela aceitou rapidinho.

- Teve uma vez, que eu e mais dois fomos no oftalmo. A gente estava sentado e os caras ficaram olhando. Tinha um senhor que não percebeu que a gente estava algemado e começou a perguntar. Perguntou se a gente era do exército, acho que por causa do uniforme. O corredor estava cheio de gente. Respondi: Não, somos da Fundação. Rapidinho perto da gente ficou cheio de cadeira vazia. Algumas meninas queriam pagar simpatia, foram para o outro lado e ficaram olhando. Foi até engraçada a situação.

Todos os adolescentes riram da situação. Vários disseram ter vivenciado situações parecidas.

Um dos adolescentes que até então havia ficado calado, manifestou-se.

- Das outras vezes eu não chorei não, mas dessa vez eu não sei.

P - O que está sendo diferente desta vez?

- É que eu estou querendo mudar. Quando quer mudar é diferente. Das outras vezes eu era pé, sabe, da confusão. Dessa vez é diferente. Acho que eu tenho medo de não dar conta de mudar, para não voltar mais. Aqui não tem nada, não tem amigos, não tem drogas para mexer. Aqui tá fácil... tenho certeza, essa vida só traz destruição. Agora eu tenho certeza. Quando dá pé, fica mais complicado. Mas aqui não, é só seguir as regras, está tudo certo. A gente sai, uma hora a gente sai. Cumprindo as regras é mais fácil. No social tem regras para cumprir, no crime também. Só que você

não vai preso, às vezes paga com a vida, é humilhado ou tem que fazer coisa pior para ficar em dia.

- No crime se você for firmão, tiver mente firme você não vai dar pé. Você não vai descumprir a regra.

- Mas por que o crime se nos dois mundos temos que cumprir regras?

- Eu prefiro as regras do crime e não as do governo. Para cumprir as do governo a gente em que trabalhar e esperar o que eles querem dar. Na vida do crime a gente tem muito gasto mas a gente vive o que quer. Tem muita disputa de poder. Tem que andar bem arrumado. As mulheres que ficam com você pelo que você é são muito poucas. Elas querem o que você tem. Mas a gente pode ir atrás, pode conseguir ter as coisas.

P - E os riscos?

- Nossa vida é assim: na infância a gente vive na carência, na adolescência a gente vive preso e adulto a gente é morto.

- A gente não é morto só pelo crime. A gente não tem segurança lá fora. Você tem que ter alguma segurança. Acontece alguma coisa, você vai ligar para a polícia? Como? Se ela quer te pegar? Como a gente se livra do mundo do crime? Quem a gente pode chamar?

- Depois que você vendeu a droga e ganhou o primeiro dinheiro fica fácil, vira vício, já era.

- O cuidado é não entrar para o mundo das drogas. O criminoso de verdade vai saber fazer direito, sem férias porque ele quer seu dinheiro. O drogado não, ele se enrola todo. Usa o que é para vender. Não dura no crime.

- Eu entrei para o mundo do crime, pior seria entrar para o mundo das drogas. No crime você mantém a sua dignidade.

- Eu entrei no crime porque a casa da minha família não me cabe, nem cama direito eu tinha lá. No crime, consegui montar um lugar bacana com meus camaradas. Cada um tinha seu canto. Não tinha bagunça, a gente pagava uma mulher para limpar e cozinhar.

- Quando eu saí e voltei para escola, não tinha polícia lá dentro. Foi eu voltar para escola, começou a ter ronda de polícia. Toda vez me parava, perguntava se estava sossegado, que eles estavam por ali. Já imaginou, senhora? Toda vez você ser parada e lembrada que estão de olho em você? No muro da escola tem uma frase

escrita: “Nós acreditamos em nossos alunos”. Tem que colocar um não na frente no lugar do nós”.

O tempo já havia terminado, agradei a participação e encerramos o encontro.

Transcrição segundo encontro com adolescentes reincidentes na medida de internação

O segundo encontro ocorreu nas férias escolares, período em que há uma alteração da rotina e os adolescentes são despertados e iniciam as atividades diárias mais tardiamente.

Houve atraso no horário agendado para início em razão dos procedimentos chamados de “descida dos quartos” ainda não terem sido concluídos.

Foram levados para o encontro oito lápis, oito borrachas e folhas de papel sulfite.

Esse material foi conferido e anotado pela agente que fica postada na porta de entrada da área onde ficam os adolescentes. Este procedimento é realizado novamente ao deixar esta área.

Chegando à sala de aula onde seria realizado o encontro, os adolescentes lá estavam com um agente de apoio socioeducativo sentado na porta. Não havia trânsito de adolescentes no andar em que estávamos.

Cumprimentei-os e conferimos – eu, um adolescente e o agente de apoio – o material levado para a sala. Esse procedimento foi novamente realizado no final do encontro.

A porta da sala permaneceu aberta, o agente de apoio sentado em uma cadeira e voltado para o interior da sala.

Eram 9h00 da manhã, os adolescentes estavam sonolentos e queixando-se de que houve atraso na liberação dos quartos, o que os obrigara a tomar rapidamente o café da manhã.

Retomamos a tarefa do grupo e expliquei que seria nosso último encontro.

- Não saem da cola, né senhora? Indagou um adolescente, voltando-se para o agente que estava na porta.

Expliquei que parte da decisão foi pela dificuldade em anotar todas as falas. Também pensando nessa questão, havia trazido um material que pudéssemos produzir algo que retratasse o tema proposto.

- A gente gosta de música. Mas como vai ser? Cada um faz uma?

P - Vocês fazem trabalhos em grupo?

- Não, é cada um por si.

P - Então proponho que façamos esse exercício de produzir todos juntos.

- Podemos sentar de dois, depois a gente junta tudo.

P - Pode ser.

- Mas senhora, eu só faço apologia. Não tem jeito.

- Esquenta não, a gente faz tudo junto.

Sentaram-se em duplas, foram distribuídos lápis, borracha e papel. Passei a registrar o que observava.

- Eu quero fazer um desenho.

- Beleza, você ilustra a nossa fita.

- Como vamos chamar?

- Retorno à casa amarela.

- Retorno à escuridão.

- Mundo dos homens.

- Vida do crime e suas vantagens, Fundação Casa e sua realidade.

- Eu voltei porque não queria sair.

- Você é louco. Eu to doido para sair deste lugar.

- Agora você quer, né?

- Já dei minha cota, já, meu!

- Vamos lá, pessoal. Cada dois faz um, depois a gente se junta e vai fazendo todo mundo junto, vai fazendo a coerência.

Mostram-se interativos e empenhados, circulando entre eles, com exceção de um deles que fica mais quieto.

Um dos adolescentes escreve e mostra à outro, que responde “Ficou monstro, cara!”

O primeiro responde.

- Você tem que colocar o que pensa, não tem que mentir, tem que colocar a verdade.

Alguns adolescentes levam a escrita para este a “aprove”.

Conversam em tom sarcástico sobre a internação. Um deles recita o que produziu.

Aplaudem e um deles diz “O poeta. O cara é um poeta!”

Um dos adolescentes que é mais falante, olhando o desenho que está sendo produzido, afirma “Que choque, cara! Maior choque!”.

Um dos adolescentes foi retirado da sala para tomar medicação, voltando tempo depois.

O adolescente citado como mais falante é chamado até outra mesa para opinar sobre a produção, ao que responde.

- Coloca, cara. Ninguém pode falar se está certo ou errado.

O adolescente que fazia o desenho mostra para o grupo.

- De olhar o desenho, já conheço o prédio.

Passaram a opinar sobre o desenho, sugerindo algumas modificações e acréscimos.

Um dos adolescentes me pergunta?

- Isso aqui vai virar livro um livro, senhora?

P - Será um trabalho acadêmico. É algo parecido com um livro que ficará em uma biblioteca.

- E nós vamos ter como ler?

- Daqui a dois anos, podem vir tomar informação aqui no Casa ou se desejarem na biblioteca do Instituto de Psicologia da USP. Vocês tem o endereço naquele documento que assinaram.

- Eu acho que vou querer ler.

Sentaram-se em círculo para finalização das produções.

Nesse momento, uma gente educacional surgiu e ficou parada na porta. Um dos adolescentes levantou-se e foi conversar com ela. Ficaram conversando na porta por um bom tempo, até que a agente foi chamada. Os demais adolescentes permaneceram na atividade.

Durante o transcorrer do encontro várias pessoas se aproximaram e ficaram parados na porta, observando.

Solicitei aos adolescentes que não inutilizassem os rascunhos, pois queria levar todos.

- Coloca nome, senhora?

P - Não, não precisa.

- Mesmo?

P - Sim, não precisa.

- O senhor ... não vai olhar esse material? (referindo-se ao coordenador pedagógico daquele Casa).

P - Não, não vai.

- Duvido, senhora. Eles não vão deixar sair daqui sem ver.

P - Como eu já expliquei, o trabalho é sigiloso e vocês estão preservados. Não aparecerá quem falou o quê.

Um dos adolescentes verbaliza para outro.

- Cara, não coloca essas coisas. Você vai se arrastar.

- Meu, é pro trabalho da senhora. Tenho que colocar o que eu acho, o que eu penso.

Mostraram o desenho após as alterações, modificações. Relatam:

- A muralha dá tristeza, os ouriços encima desespero.
- Os meninos tristes.
- Atrás nosso mascote dando uma risadinha.
- É o vilão, representa a gente.
- A maioria dos palhaços ri mas tem uma lágrima.
- E os raios, senhora. Tá na raiva. Raios e trovões.
- Aqui os caras só estão pensando no que vão fazer lá fora. Só maldade.
- Só sementinha do mal.
- Pensam: na Fundação vai melhorar. Às vezes, deixar preso não vai resolver. Às vezes, o problema da pessoa é outro, ele precisa de outro tratamento.
- Um homem preso deixa de sonhar.
- Aqui tem dois grupos; um que quer, outro que não.
- Prefiro depender do crime do que da mãe.
- A gente sai pra roubar, quando se dá conta, tá aqui de novo. É normal. Não tem o que fazer.

Um deles lê a letra da música que fizeram:

Vida do crime e suas vantagens. Fundação Casa e suas realidades.

Estou aqui por uma ação
Mas a consequência
Tem a sua reação.
Não estou atrás de ilusão,
O que eu sempre procurei
Com certeza foi a progressão.

Às vezes penso que tudo
Não passa de frustração
Não sei se é dependência
Ou falta de amor no coração.

A vida do crime
Era bom quando
Eu tava lá fora
Mas agora eu to preso, dá vontade de parar
Mas quando eu sair, vou querer continuar.

A vida do crime
Não admite falha
Ou você entra na linha
Ou você entra na bala.

Não sei se é carência
Ilusão, desinteligência ou doença
Sei que pela visão obscura da sobrevivência
Procurei independência em outra dependência.

“ Só haverá paz para os ricos, quando houver justiça aos pobres.”

Esse mesmo adolescente solicitou que registrasse uma fala.

- Eu gostaria que ficasse registrado uma homenagem a um amigo que morreu em um assalto. O nome dele é Ronieri. Foi uma das pessoas que me ingressaram na vida do crime, é como se ele fosse um paizão da vida do crime. Foi alvejado com um tiro na face e dois no peito, com 19 anos de idade. Deixou um filho e muita saudade. (Adolescente emocionou-se ao falar do amigo).

Agradei-lhes a participação, ao cumprimentá-los um deles me disse.

- Obrigada, senhora. Por ouvir a gente.

Encerramos o encontro.

Transcrição primeiro encontro dos adolescentes em meio aberto – Programa de Liberdade Assistida

O horário agendado com os adolescentes era 9h00. Às 9h10 chega o primeiro, pede desculpas, pois estava em atendimento com a Técnica que o acompanha. Agradeço a sua vinda e lhe exponho a proposta de trabalho. Concorde em participar e proponho que iniciemos os encontros na mesma data, ele concorda. Nesse momento, chega mais um adolescente acompanhado pela mãe. A mesma pede desculpas porque pegaram atrasadamente o ônibus. Apresento a proposta, a mãe concorda com a participação do filho e o questiona se ele tem interesse, ao que ele responde positivamente.

Após assinarem o Termo de Consentimento, a mãe retirou-se da sala e iniciamos a gravação do encontro.

Houve várias interrupções por pessoas entrarem equivocadamente na sala. Em vários momentos, os adolescentes silenciaram, demonstrando constrangimento.

A - O que me levou para o crime de novo, a meu ver, é porque eu sabia que não ia dá em nada. Aí eu não saí mesmo, mas agora que eu estou de maior, eu sei que eu fico preso mesmo, eu parei com tudo. Agora estou tranquilo, parei de fazer as coisas erradas.

A - Quando era menor, não dava nada. Não fica preso, não dá nada quando é menor. Não têm consequência, vai lá e faz de novo. Não vai dar nada.

A - Eu era menor e ganhava meu dinheiro. Ganhava bastante dinheiro, sabia que não ia dar nada, então eu continuava mesmo.

A - Mas agora...

O grupo manteve-se um bom tempo em silêncio.

B - Quando é de menor a gente não consegue arrumar trampo. Como é que faz? É fogo...

A - É, então. De menor, a gente não arruma trampo.

A - Mas de menor não dá nada não. Não dá mesmo.

A - Das vezes que eu fui preso não deu nada. Fui duas vezes preso, na delegacia. Se fosse a terceira também não ia dá em nada, a quarta não ia dá em nada.

B - Mesmo se pegam, é de seis meses a três anos e a gente sai fora.

B - Mesmo se pegar, pode dar só 45 dias.

A - Das vezes que eu fui pego, fiquei dez minutos na delegacia. Como eu sabia que não ia dá em nada, eu não parava. Eu não parei, até ficar de maior. Mas agora eu já sei: ser de maior é outra coisa.

A - Eu não gosto de pensar em ficar preso dois ou três anos, porisso que eu parei. Se eu fosse de menor, eu não estaria nem aí. Ia continuar. É o que a gente tem para fazer, arrumar um trampo é difícil.

B - A gente quer arrumar um trampo, mas quem dá um trampo pra gente? Tentei vários, mas não deu. O bagulho é osso.

B - Eu estou sem estudar agora, tá ligado? Fui expulso da escola. Sem escola ninguém pega para trabalhar, não. Vou fazer o que para ganhar dinheiro? Voltar para o crime, não tem outra opção. É assim que a gente ganha dinheiro.

B - Se tivesse outra opção, a gente trabalhava. Não voltava para essa vida, mas infelizmente...

A - Traficar, roubar é para ter o dinheiro. Senão, não tem.

B - Sem dinheiro já era.

A - Ainda mais nós que já traficamos, tivemos bastante dinheiro na mão. Ficar sem trabalhar, sem dinheiro. Fica pensando como vai arrumar, onde vai arrumar. Volta a trafica.

B - Faz uma semana que eu sai da cadeia. Fiquei 36 dias na provisória, fazia dois meses que eu tinha saído, fui pego de novo. To respondendo dois processos. Quero mais entrar nessa vida não, quero ficar tranquilo.

B - Eu tenho que arrumar um trabalho, tá difícil. Fui em vários lugares, nada. Precisei falar que trabalhava com meu pai, que nem é meu pai. Tá fogo, tenho que arrumar um trabalho de qualquer jeito.

P - Vocês entendem que é a falta de um trabalho que faz voltar para o crime?

B - Oh! Como é que a gente vai ganhar dinheiro? A única opção que tem é o crime...

B - Para nós ganharmos dinheiro como menor é o crime. Não é não? (Virando-se para o outro adolescente)

A - É isso mesmo.

B - Arrumar um trabalho honesto, isso a gente não arruma.

A - A escola também é difícil, não quer a gente lá. É difícil para arrumar escola.

B - É mesmo.

B - Se eu arrumasse algum trabalho, eu fazia o que? Trabalhava de dia e ia para a escola. Mas, infelizmente...

B - Tudo que acontecia na escola, falava que era eu. Parecia até tiração. Fui expulso da escola. Aí um dia a professora me acusou, eu joguei a cadeira nela. Me expulsaram.

B - Fui tentar arrumar um trampo, nada, nada. Vou fazer um curso para ver se melhora.

P - Qual a idade de vocês?

A - Eu tenho 18 já.

B - Eu tenho 14.

P - Quem tem 14 anos trabalha?

B - Não trabalha, mas eu quero trabalhar, né. Como é que eu vou ganhar dinheiro? A opção é o crime mesmo, não tem jeito.

B - O bagulho é traficar até virar de maior. A gente não arruma trabalho quando é menor, como a gente vai ganhar dinheiro? Não tem jeito, o jeito é o crime mesmo.

B - Para que precisa do dinheiro?

B - Para gastar.

A - Ninguém consegue ficar sem dinheiro, a gente tem que comprar as roupas, pra sair também.

B - É.

B - Passear, ir pro Mac, gastar com a namorada. Pra isso precisa de dinheiro. Ir pras baladas..

A - E quando é de menor, não dá nada. Quando pegam, para mim, pelo menos, não deu nada.

B - Dá sim, eu fui em cana. Vai lá pra Fundação.

A - Mas vai ficar só um pouquinho lá.

B - Nem sempre. Se não for liberado, quando é grave assim, passou várias vezes, vai para a internação. Tive vários camaradas que passaram por lá.

P - Você reforça que por ser de maior, não vai voltar. O que dá essa garantia?

A - Agora eu vou mudar, vou estudar. Já estou fazendo curso. Essa ideia eu tinha antes de ficar de maior, quando fiquei de maior eu já tava fazendo curso. Todo dia eu vou no SENAI.

A - Mas eu sabia que não ia da nada se pegassem eu de novo. Isso até quando era de menor. Eu queria era ganhar dinheiro, se eu fosse de menor eu tava lá ainda. Eu ganhava R\$500,00 por dia, mais ainda.

A - Eu tava só pelo dinheiro. Pra ganhar dinheiro.

B - Eu tava pra investir, comprei uma moto, comprei roupa, mas gastava mais em balada. Tinha dia que eu gastava R\$800,00 só na balada, fora o que eu gastava na gasolina da moto, lavava a moto.

B - Tinha sempre roupa nova, tênis novo. Nós trabalhando honesto aí, querendo ou não, a gente vai ter o dinheiro pra fazer isso. Mas, sem trabalho, como é que a gente vai fazer? Nossa mãe vai dar tanto dinheiro assim para gente? Não vai, então a gente tem que trabalhar.

P - O trabalho honesto vai trazer essa quantidade de dinheiro?

B - Esse tanto não, mas traz o dinheiro. Dinheiro suado. O bagulho, querendo ou não, você não vai gastar até tanto porque você suou para ter. Tráfico não, você fica sentado, você nem liga se está ganhando ou não, você fica é movimentando a mão, igual um pião. Fica só trocando ideia. Onde a gente vai hoje? Chama o táxi... E vai pro pião.

A - Se eu fosse de menor eu tava lá ainda. Agora nem tem como. Lá, eles não pegam de maior, só de menor. Eu ia mesmo. Tráfico não dá nada pra menor.

A - Eu ficava porque eu sabia que não ia dar nada, se eu soubesse que ia dar alguma coisa, eu não ficava, lógico. As vezes que me pegaram, eu fiquei cinco minutinhos e fui embora. Me pegaram de novo, fiquei mais cinco minutinhos e fui embora de novo. Aí eu voltava mesmo, ganhava meu dinheiro e continuava. Para mim era por isso, sabia que não ia dar nada. Não tinha opção pra trabalhar, ficava lá.

P - Vale o risco?

A - Tem que correr risco. Risco a gente corre em qualquer profissão. Se for trabalhar de pedreiro, corre risco. Qualquer coisa corre risco. Tem que correr risco.

B - Os policiais também corre risco. Trabalhar naquele meio também é risco pra eles. Tem os caras folgados que entra dando tiro, se pega a gente, oprime, dá tapa na nossa cabeça. Xinga a gente. Você acha que a gente vai tá querendo isso? Apanhar dos caras? Os caras vem a gente mete bala pra eles saírem fora. Maior tiração, chega agredindo a gente.

B - Se quiser ter ideia a gente dá um dinheiro pra eles não vir na loja e pronto. Fica na boa. É assim que funciona, senão não tenho outras ideias pra trocar com eles não.

B - Os caras são muito folgado, chegam atirando, dando tapa.

A - Quando eles pegam também, eles nem levam. Eles me pegaram umas cinco vezes antes de levar. Eles não levam. O que fazem é pegar nosso dinheiro, batem na gente. Aí é que dá mais raiva mesmo.

A - Aí eles vão embora, não levam, não fazem nada.

B - Não fazem porra nenhuma, aí dá raiva.

A - Aí a gente sabe que não vai dar nada mesmo. Também acho que é por causa disso aí mesmo.

A - Me pegaram umas cinco vezes. Eles só levaram as coisas que estavam comigo. Deixaram eu lá pra pegar no outro dia, pegar de novo. Os caras são folgados.

B - Na verdade, eles são pior que a gente.

B - É. Corrupto. Chega uma pá de polícia encima de você. Pega o dinheiro de todas as drogas, devolve as drogas e o prejuízo é seu que tem que pagar pro patrão o dinheiro que eles levaram. Os caras são folgados. Mas quando a gente tá armado eles não levam não. Volta tudo correndo.

P - Mas ainda assim vocês permanecem?

B - Eu to tranquilo. Agora eu saí. Dei um tempo. Se eu não arrumar um trabalho, é perigoso eu voltar. Não tenho certeza. Mas tá osso.

B - Eu dei um tempo, quero dá um tempo também porque agora eu to firmão com a minha namorada. Se eu não arrumar um trabalho, não sei. É muito ruim ficar sem dinheiro.

B - Querendo ou não, eu vou falar pra você, eu fumo cigarro, eu fumo maconha, tá ligado? Eu vou ficar pedindo dinheiro pra minha mãe pra comprar porcaria? Se é loco. Não peço nada pra minha mãe, não. Querendo ou não, pego dinheiro aqui e ali, vou, compro o que eu preciso. Fico firmão. Mas tenho que arrumar um trabalho, pelo menos você sustenta seu vício. Agora, sem trabalhar, sem fazer nada/ Você vai chegar na sua mãe: Mãe dá um dinheiro pra eu comprar um cigarro? Maior feio, maior deselegante. Você tem que ir pra conquista. Sem trabalho, sem nada...O bagulho é osso.

B - Tem que arrumar um dinheiro. Se a gente não arruma no trabalho honesto, tem que arrumar... de onde vir. Tem que tá arrumando. Traficar, roubar. Já que não tem a chance de tá trabalhando, de tá estudando.

B - Eu vou ficar dois meses sem traficar. Vou vender a minha moto e tentar ficar firmão. Se eu arrumar um trabalho, eu paro. Se não, eu vou voltar. Eu tenho uma moto, tá

ligado? Eu vou vender e dá pra eu ficar com um dinheiro. Pelo menos até o Natal dá pra ficar tranquilo. Vou tirar ela do pátio porque foi presa por esses dias aí.

P - Vocês hoje estão buscando coisas que não buscaram antes. Como veem isso?

A - Para mim era bom tá ali. Eu gostava do dinheiro e daquela adrenalina. Querendo ou não, o coração fica alerta. Querendo ou não, a gente escuta, a gente sabe que eles estão vindo. De perto também, que eles aparecem do nada. Eu gostava dessa adrenalina e do dinheiro. No final do dia eu sabia que ia tá com R\$500,00, R\$600,00, R\$700,00. Você imagina por dia ganhar isso? Quem não quer? E sabendo que não ia dar em nada ainda. Um monte queria estar no meu lugar. Agora que eu saí, tem um monte lá, querendo. Vai ser sempre assim, nunca acaba. Porque não vai dar nada para o menor. O dinheiro vai vim, não vai dar nada e se não for a gente, vai ter outro. Não tem como acabar.

B - A cada dia morre ladrão e o crime não acaba.

A - Se for para ganhar dinheiro, eu prefiro eu mesmo ir lá e ganhar. Mas agora que estou de maior, eu sei que vai dar alguma coisa, por isso eu parei. Se eu fosse menor, eu ia tá lá. Não ia parar não. Se me pegarem agora, sei que vou ficar preso três anos, quatro anos, mais. Agora tem que estudar, fazer o que. Mas é por causa disso mesmo, do dinheiro.

Transcrição segundo encontro com os adolescentes em meio aberto – Programa de Liberdade Assistida

Iniciamos o encontro com 20 minutos de atraso e somente com um dos adolescentes; o outro, chegou ainda mais atrasado.

A - Para mim é porque não dá nada. Se pegarem não dá nada. Pegam e já liberam na hora, às vezes nem leva. O dinheiro é bom, é fácil.

A - Muitas vezes, pegam a gente e dão um pau e depois liberam. Aí dá raiva, aí você fica na maldade dele. Quer pegar o cara a todo custo.

B - É verdade, vai ficando com mais raiva ainda.

B - Se entram na favela pra pegar você, você tá armado, o bicho pega. Você se esconde atrás do muro, mete bala na testa dele O bagulho é assim. Infelizmente mas é assim. Se não faz, desacredita. Desacreditado é defunto.

A - É mesmo.

P - Não entendi.

B - Desacreditado é defunto. Se a gente não faz isso, vira desacreditado. Se os caras vão com tudo a gente tem que ir pra luta, senão vira desacreditado. Na luta com eles a gente pode morrer ou não. Se não lutar a gente vira desacreditado.

A - Policial é folgado. Quando é investigador então... Catá a gente, dá chute, dá choque, leva pro meio do mato. Sabe o que eles faz? Quebra nós até não querer mais. Bate, dá choque.

A - Pula encima de suas costas...

B - Pisa encima da gente...

B - Dá soco na sua orelha.

A - Joga pelo barranco. Já fizeram isso comigo. Às vezes não leva, quando leva não dá em nada. Mas é isso que vai dando mais raiva. Aí você quer tá lá de novo, continuar e correr deles. A gente vai continuar fazendo e correndo pra eles não pegarem.

P - A polícia chega, bate, agride, mas vocês querem continuar lá?

A - É o jeito, pra ganhar o dinheiro. E a gente gosta, gostava de tá lá no meio com os outros. Traficando mas ganhando o meu dinheiro. Eu ia mesmo.

A - Eu não ligava para o que os outros pensavam. Pelo menos, eu tava com meu dinheiro. Ter o meu era bom mesmo. Às vezes, os outros falam que o dinheiro de lá não dá nada, que é melhor R\$ 10,00 suado. Eu passava lá, pedia alguma coisa fiado

lá no bar ninguém vendia nada. Ficavam pensando “vai pagar com quê?”. Aí depois que eu comecei ia lá, comprava tudo que eu queria. Ia com R\$ 1.000,00 só pra comprar umas coisas. Tava sempre com bastante dinheiro. A pessoa, a dona do bar, se você entra na loja dela tendo dinheiro pra comprar, o que ela vai falar, vai pensar, tendo o dinheiro para gastar? Eu também pensava, ela não tem que falar nada. Eu tinha meu dinheiro, o importante era estar com dinheiro. Se você está sem dinheiro, como é que você vai entrar no bar? Como você vai andar de cabeça erguida na rua? Você não tem dinheiro, vai comprar o que? Agora se você tem dinheiro, não importa de onde veio. Ninguém se preocupa de onde veio seu dinheiro.

P - Você está querendo dizer que as pessoas respeitam porque tem dinheiro?

A - Eu acho que é assim. As pessoas lá podem falar: traficar, não sei o que, mas, querendo ou não, mesmo que a gente não traficasse seria pior. Eu penso assim, eu queria é estar com dinheiro, pode ser do tráfico, pode ser do roubo. Eu pensava e penso assim ainda.

B - Eu to pensando em não mais fazer isso, mas se eu não arrumar uma escola, se eu não arrumar um trabalho? Vou ter que fazer de novo, mesmo sendo de maior.

B - Sem trabalho, sem escola, sem dinheiro, a gente tem um evolver em casa...Você vai olhar pro revólver e falar: Pronto, é agora que eu vou roubar. Sem dinheiro, em nada, a primeira pessoa que você pegar é ela mesmo. Infelizmente, dá o dinheiro aí ou leva bala, passa o que tem. Já era. O bagulho é assim.

P - Mas e essas pessoas? Como elas conseguiram o que elas têm?

B - Trabalhando, mas quem vai arrumar um trabalho pra gente trabalhar? A gente não vai ter trabalho, a gente não vai ter nada. A gente vai atrás do dinheiro. Independente de como chega na nossa mão, mas a gente vai. O bagulho é assim. Por isso que eu falo, se tiver trabalho o mundo não seria assim, seria diferente. Eram poucos traficando.

A - Escola também a gente não tem. Precisa do dinheiro mesmo, pra gente fumar, pra gente sair, pra gente beber, e a gente quer ter nosso dinheiro. Como é que a gente vai arrumar esse dinheiro, às vezes a mãe não pode dar. A minha mãe não podia de dar, em casa também tinha que ajudar. Fazer o que? Às vezes, eu tinha vontade de comer alguma coisa, nunca tinha. Tinha vontade de comer um danone, um lanche. Tava lá me frente. Todo mundo comendo lanche, todo mundo olhava assim, e aí? Não tinha dinheiro. E aí? E quando eu chegava lá tirava um bolo de dinheiro, podia comprar qualquer lanche. Lanche pra minha família inteira. Pagava assim, ó. Tinha

sempre várias notas. É melhor, né? Do que passar assim e ficar olhando? Então. Tem que ir atrás do dinheiro. Tem que fazer alguma coisa. Se eu fosse menor, eu ia fazer mesmo.

P - Então é a falta de dinheiro o motivo maior?

B - Falta de um monte de coisas. Da escola também. Na escola, se a gente fez alguma coisa errada, os professores já olham diferente, até os outros moleques, já tachava a gente. Aí eu não quis mais estudar.

A - Preconceito...

A - Os outros alunos já vê a gente diferente, não quer sentar perto, professora também. Ficavam olhando a gente de canto. A gente vai fazer o quê? Ficar lá? Não. Vai ganhar o dinheiro já que tá assim...

P - Olhando de canto como?

A - Por causa disso aí. Na escola é assim mesmo, no trabalho, na rua. Você fez alguma coisa, pros outros vai fazer sempre. Então eu queria meu dinheiro, queria fazer as coisas... Não podia dar um pião, não tinha tênis da hora, não tinha roupa da hora, não tinha nada. Depois com o dinheiro, todo dia bastante, bastante dinheiro. Ajuda bastante. Mesmo correndo o risco de tomar um tiro, ser preso, tem que ir.

A - Então, pra mim eu fiquei porque dava dinheiro e não dava nada. Eu sabia que não ia dar nada, mesmo que pegasse eu de novo, de novo, de novo. Quando pegava, não pegava com muita coisa. Não tinha como ficar preso. Como eu sabia disso, fiquei até ficar de maior. Agora, tive que parar. Mas se eu fosse de menor, eu tava lá. Não ia sair não.

A - Dinheiro fácil, bom. Pra mim foi bom esse dinheiro.

A - Se tiver o olheiro ou o pano, você nunca vai preso. Ele vai tá vendo lá na frente. Polícia passa quatro Ruas a frente você já tá sabendo. Os caras vêm descendo e você sai andando, guarda o bagulho e sai andando.

A - Quem me pegou são os investigadores. Eles são os piores. Pega mas não leva. Bate mas não leva. Nesse dia, foram uns caras lá de carro, me grudaram, me levaram pra delegacia, deu dez minutos, eu tava lá de novo. No outro dia, tava lá de novo.

A - Eu tomei a decisão e ia. A família nunca apóia, pai e mãe não quer te ver assim. Os amigos são os amigos que tão lá. Quando se tem dinheiro, todo mundo quer ser teu amigo. E agora que eu não tenho? Quem é seu amigo?

B - Se você tem um carro, uma moto, você tem um monte. Se você perde, quero ver quem chega e diz: "Vamos pro pião. Vou chamar um táxi ali, vamos lá". É poucos.

B - Os amigos vem por causa do dinheiro.

B - Como é que a gente vai usar uma roupa da hora? Minha mãe não tem essa condição. Dá uma olhada. Meu tênis é um Mizuno, custa trezentos e pouco. Você acha que minha mãe tem condição de comprar? Não tem. Preciso de dinheiro mesmo. Trabalhando duro você não vai gastar como quando tá traficando. Você vai pensar: “É suado, vou esperar outro mês, vou juntar”. No crime não, tem todo dia, você ganhou hoje, gasta hoje. Amanhã você vai trabalhar tem mais.

A - Dá pra ganhar bastante mesmo.

B - Junta aí um mês pra você ver. Dá um dinheirão...

A - Quem não quer ganhar R\$ 500,00, R\$ 1.000,00 numa noite? Num dia,,, é rapidão... Como eu queria ser de menor, já tava lá de novo. Ficava até sozinho lá. Na escola não vai ter como, trabalho registrado ninguém dá pra gente...

P- Mas que carteira assinada paga esses valores?

B - Mas se a gente tem trabalho, tem dinheiro, algum dinheiro. Você pensa: vou trabalhar, cuidar da minha mulher, sair dessa vida. Você vai pensar antes, ainda mais se você tiver um filho pra vir pro mundo.. Você vai pensar duas vezes. Se eu for preso, ele vai nascer e eu não vou ver. Tendo um trampo honesto, querendo ou não, você vai pensar.

B - Se não ficar solto, como é que vai comprar as coisas pro filho? Mas também não dá pra ficar sem trabalho, sem nada. Porisso é que tem que fazer um corre. Muitas vai e não sai porque não tem a chance mesmo. Tem muitos que não estão lá porque quer. Se você pode escolher entre trabalhar numa firma e ficar lá, eu escolho a firma. Mas que firma vai contratar a gente?

P - Vocês disseram que até agora não tinham tentado.

B - Porque eu sabia que não ia ter mesmo...

P- Mas vocês também disseram que não tinham tentado. Existe a falta de boas condições, mas o que faz continuar nesse caminho?

A - É o dinheiro.

B - Depende. Ficar precisando de dinheiro, você fala é aqui mesmo. Ainda mais com raiva. Você tava num enquadre, certo? Toma um enquadre. Eles te agridem, você vai ficar no ódio deles. Vai querer trabalhar, ficar armado pra dar tiro neles. O bagulho é loco.

P- Fala mais dessa raiva.

B - Os caras pensam que a gente é saco de pancada pra ficar agredindo, agredindo nós? Eu fico esperando ele voltar, achar onde ele mora. Vigiar a família dele: filho, filha, mulher. Se ele voltar, ele vai ver o bagulho ficar loco. Os caras agredindo a gente? A gente não é saco de pancada. A gente fica no ódio mesmo. Ficam oprimindo a gente na rua, até na frente da escola já tomei esculacho...

A - Teve um dia que eu tava vindo pra cá, eles me pararam aqui na cidade. Fizeram eu tirar o tênis, fazendo passar vergonha, no meio da rua.

A - Grita tira o tênis, tira a meia.

A - Eles não tão nem aí. E quando é de noite na favela, eles já quebram.

A - Chegam batendo, dando tapa no ouvido. Bate a sua cabeça na parede. Você de novo, neguinho? Passa o rodo, dá umas bicas e faz sai andando. Nem deixa a gente levantar direito, já fala: Tá tirando? Vai embora". E começa a agredir mais.

B - Na loja eles não vão fazer isso aí.

B - Lá, se bico, leva. Só se cercar tudo e vê que a gente perdeu mesmo. Senão, não tem ideia, o bagulho fica doido.

P - Essa raiva começa lá ou já existia antes?

A - Só vai aumentando. A gente entra por causa do dinheiro, mas quando começa a bater, a agredir, a raiva vai aumentando. Você quer tá lá no outro dia pra não deixar ele te pegar...

B - O pior que tem é a polícia. É pior que todo mundo que tá lá, pior que todos. Eles vão lá, pegam o dinheiro, às vezes não leva preso, bate, esculacha. Isso vai aumentando mais a raiva.

B - Entraram lá em casa, pegaram até o dinheiro que eu guardava lá. Tinha deixado encima do meu videogame. Cadê a hora que eu cheguei... Invadiu, não tinha mandado, não tinha nada. Invadiu, pegou o dinheiro e foi embora. Levou o meu dinheiro. Tive que arrumar mais. Fico com mais raiva ainda.

B - Lá em casa levou tênis, corrente de ouro, meu kener, quatro mizuno de R\$600,00, duas pólo. Ele pegou, jogou tudo na bolsa. Eu falei: "Tio, eu comprei. Tudo tem nota." Elem nem falou nada, me levou e me apresentou. Nunca deu entrada em nada que pegou lá em casa. Deixa quando eu trombar com ele, ele tá... Fiquei com muita raiva. Ficam oprimindo a gente. A gente não oprime eles. Tem dias deles e dias nosso. Ele pegou a gente, infelizmente. Mas não vai ficar agredindo a gente... se ele ficar agredindo acha que a gente é bunda mole. Vai ficar quieto? A

gente não tá mando na mamadeira, vamo pro arrebento. Gosta de agredir/ vai passa mal. Um dia dele, um dia nosso. Um dia é da caça, outro do caçador.

B - Tem aqueles que a gente fala, dá uma ideia, dá R\$ 1.000,00. Tudo certo. Tem aqueles que o que ganha no crime....

B - Vai lá, para o carro e fica esperando os cara levar o dinheiro. É pior, muito pior que a gente.

B - Tem cara aí só andando de camionetona. Com o que? Dinheiro do crime. Não foi dinheiro que ele trabalhou...

A - Tem aqueles que compram também. Vão lá: “Dá um pó, dá um pó.”

B - Mas esses não oprime não. Pega o dinheiro, sai. Passa quando a viatura vem, quanto vai ter a Tática. Pergunta: “meu dinheiro vai chegar quando? Tá faltando cinco pernas.” O bagulho é loco.

Acabou o tempo, agradei a participação.

Transcrição terceiro encontro com os adolescentes em meio aberto – Programa de Liberdade Assistida

Iniciamos o encontro com 20 minutos de atraso em razão do atraso dos integrantes. Retomei a tarefa de através dos encontros, procurarmos compreender melhor o que faz os adolescentes reincidirem, voltar para o crime.

B - Dou um exemplo fresquinho. Tava vindo pra cá, tá ligado? Tranquilo, saindo da casa da minha mulher, na espera do busa. Passa os cara, vem andando por meu lado. Eu to tranquilo, falei aqui outro dia que to tranquilo. Me manda encosta, me revista tudo. Maior galera no ponto do busa. Todo mundo fica olhando. Maior esculacho. Aí os cara vão embora, todo mundo fica longe, parece que eu to cheio de pereba. Dá vontade sair quebrando tudo. Dá maior raiva. Fico no veneno, querendo pegar os cara. Não consigo pegar eles, pego outros. To limpo, to respondendo processo mas to limpo.

P - Então ser perseguido vai aumentando a raiva. Mas de onde ela vem?

B - Os boyzinhos lá já tem tudo, eles não precisam. E a gente? Você tá vendo? Nem respeito a gente tem. A gente precisa de dinheiro. Precisa de tênis, de dinheiro, de roupa. É bom comprar um tênis da moda, um tênis que você quer. Ter o dinheiro. Se você não tiver a roupa, o dinheiro, todo mundo, seja as meninas, as dona de loja, na rua. Os cara vão ver, por exemplo. O cara que não trafica, que nunca foi preso, nem nada, tá de chinelo, não tem um real, não tem nada. E aí, é um zé ninguém. O outro que trafica tá lá de moto, cheio de dinheiro, tem carro. Não vai tá? As meninas sempre olhando, querendo tá junto. Você vai querer ser o que? Essas coisas vão fazendo a gente ficar. Eu gostava. Gostava de tá ali no meio, da adrenalina. Gostava de ver mesmo, o bagulho loco, virando. Na hora que a gente vê a Força* virando em duas rodas, é muito loco.

P - O que é a força virando em duas rodas?

A - Quando eles chegam, chegam cantando pneu, em duas rodas. Chega quebrando. Só dá pra escutar o barulho, eles abrem a porta com o carro andando. É da hora a adrenalina de correr.

B - É demais....

A - Tem que descer tudo no meio do mato, ficar no meio do mato, coração na boca quando você tá escondido e eles tão quase te achando. Eu gostava de tudo isso aí.

Mas tem menor bunda mole que não gosta, fica em choque. Mas se tá lá, tem que tá lá. Tem que bater de frente. Eu gostava mesmo. Então, quando era o ROCAM*, mais rápido ainda, nossa! Você só ve o quepe deles passando assim, ó (faz movimento rápido com a mão de um lado para o outro). É hora de correr, correr muito.

Um dos adolescentes relata com brilho nos olhos o dia que um policial caiu da moto no meio da chamada loja, e ele foi cercado por adolescentes. Segundo ele: Sorte dele que os outros policiais chegaram...

A - Se eu fosse de menor, eu tava lá, mesmo. Mas se me pegam de maior, vou ficar três anos. Esse tempo dá para juntar meu dinheiro. Melhor trabalhar, estudar. Mas agora eu já to fazendo outras coisas da vida. Também aprendi o que é a vida lá. Aprendi a ser mais humilde, a respeitar os outros. Primeiro a gente aprende a respeitar os moradores, respeitar todo mundo.

A - Ver se tá precisando de alguma coisa. Querendo ou não, você pode precisar deles. De repente, pode acontecer de ficar todo cercado. O que você vai fazer? Entra na casa de algum morador...

A - Eu já vivi uma situação de descer pelo barranco e quebrar o braço, me arranhar todo. Foi os moradores da rua que ajudou eu, enfaixando o braço, deram remédio pra dor, passaram um negócio aí. Foram os moradores, ninguém gosta da polícia. Vai lá e bate e não leva preso, faz o pior. Pega o dinheiro, humilha, pega as drogas e não apresenta, usa tudo ou vende pros caras.

B - É, chega lá falando: "Faço barato, meu. É pra vocês."

B - Pior é que eles vendem pros próprios caras de quem eles pegaram. Vai dando só mais raiva.

B - Polícia é assim...

A - As pessoas que ficam no seguro da polícia, pensam que a polícia não é aquilo. Mora pra cá, né? Nunca precisou fazer nada, não sabe o que os caras fazem quando pega o menor de noite...

A - De madrugada, você voltando da balada... É loco.

A - Se eles te pegam traficando à noite... Ninguém vendo? Acabam com você. Tem um moleque que trabalha, trabalhava comigo lá. Nossa! Pegaram ele. Deixaram feio. Os caras são folgados, arrebetaram com o cara...

Um dos adolescentes pede licença, pois precisa ir embora. Alega que tem outros compromissos. Se despede e, após sua saída, o outro adolescente comenta.

A - Esse casa é doido de pedra. Ele é muito louco. Anda com arma pra cima e pra baixo. Se atira pra cima dos caras.....

A - Até em mim já acertaram tiro, não sei se era da polícia ou não. Tava muito confuso nesse dia. Também não é fácil, mas eu ficava porque não dava nada. Todo mundo sabe disso. Lá onde eu trabalho mesmo, só trabalha menor porque o maior não pode. Se o maior for preso é três anos. Acaba sendo prejuízo até ele sair e continuar trabalhando. Como o patrão vai receber o que ele tá devendo? Muito tempo, tem que se esperar. Fica de maior não trabalha mais lá. Vai outro menor. Se pega o menor, sai no mesmo dia, na mesma hora às vezes.

A - Como comecei? Eu tinha uma moto, eu bati ela e precisava arrumar. Eu arrumei um trabalho, numa loja de calçado, ia trabalhar registrado. Ia ganhar R\$ 600,00 por mês, mas eu não quis ir. Tinha que trabalhar muito tempo juntando o dinheiro pra poder arrumar a moto. Aí fui traficar, ia ficar um tempo pra arrumar dinheiro e arrumar a moto. Como não deu nada, eu fui ficando. Não ia dar nada mesmo. Aí eu continuei até ficar de maior. Sendo de maior, se pegar, eles levam. Às vezes, não tá fazendo nada, eles levam porque é de maior. Só porque tá perto da quebrada.

A - Eu acho que é por isso que eu fiquei: não dava nada, sai um, entra outro. Faz parte da vida da gente. Quando eu tava lá tinha um monte querendo estar no meu lugar. Se eu tivesse 14, 15 anos eu tava lá, sem dúvida nenhuma.

A - Eu acho que é por isso que eu fiquei. Eu acho que ficar lá foi bom pra mim, eu era meio arrogante, nunca precisei trabalhar, minha mãe me dava tudo que eu queria, nunca faltou nada pra mim. Minha mãe comprava roupa, tênis, tive várias coisas. Lá pra mim foi bom, lá eu aprendi como era a vida, lá você aprende, né.

A - Também aprendi a respeitar os outros, a respeitar os moradores. Antes eu pensava totalmente diferente, depois que eu comecei a trabalhar, comecei a ver qual era a fita, aí sim. Até hoje sou bem mais tranquilo, não desrespeito ninguém pra não ser desrespeitado, não faço nada de errado. Não fica mais xingando as pessoas. Até mesmo na fala, antes eu ficava zoando, xingava. Agora não, aprendi a respeitar.

P - Você diz que não pensava assim. Como é que você pensava?

A - Quando eu tinha uns 15 anos, eu nunca tinha trabalhado. Cantava de vez em quando, mas não era nada sério. Fazia de conta que era MC, não é como hoje. Nunca tinha faltado nada pra mim, eu tinha as coisas. Sei lá. Eu me achava melhor que os outros. Sei lá. Eu só falava que era MC, só por falar mesmo. Aí os outros ficaram achando que eu era, porque a época não tinha tanto MC assim. Aí, sei lá. Eu ficava

zoando das pessoas, não respeitava ninguém. Não respeitava nem minha mãe direito. Aí depois que eu comecei a trabalhar lá, aí eu comecei a ver como era diferente. Ah, sei lá. Lá é diferente, lá você tem que respeitar. Lá você aprende. Para mim eu falo que foi bom por causa disso também. Melhor que escola, melhor que muitos lugares por aí. Tem menor que tá totalmente perdido por aí. Lá não. Lá eu fiquei mais gente. Sei lá. Mas agora não. Agora que eu to de maior, eu não quero isso pra minha vida não.

A - Ah, sei lá. Acho que é isso mesmo.

A - O dia a dia lá é diferente. Não tem um dia igual a outro. Você vai pra loja, chega lá, acontece alguma coisa, muda tudo. Sei lá, não sei explicar.

A - Antes, ó... Antes eu era muito arrogante, não respeitava os outros, sabe. Aí depois que eu comecei a trabalhar na biqueira, que eu comecei a andar com os caras. Depois eu andava com os caras da hora de lá, com os caras grande. Daí que eu fiquei vendo que não é bem assim. Passei a respeitar os outros, principalmente os moradores. Eu fui vendo que tem que andar de boa, sabe. Eu mudei muito. Agora eu escuto as pessoas. Os caras sempre falavam: tem que respeitar.

A - Eu aprendi com eles, eu comecei a fazer do jeito deles. Depois que eu comecei a andar com os grandões, eu vi que eles não maltrata ninguém, principalmente de lá. Só se vem atrapalhar o negócio deles, aí a conversa é outra. Os caras são da hora. As pessoas acham que eles são folgado. Não são não. Dá pra trocar ideia, andar junto, são tranquilos. Primeiro eu não respeitava, agora sou diferente.

A - Isso foi bom pra mim. Sei lá, não tem como explicar direito...

A - Para mim aquilo era tudo diferente. Foi tudo diferente. Eu nunca tinha visto aquilo. Nunca tinha ficado nem na rua direito da favela, minha mãe comprado tudo pra eu ficar em casa. Quase não saía de casa. Nunca tinha ido na biqueira. Nem sabia o que era uma biqueira direito. E a primeira vez que eu peguei um radinho para trabalhar! Nossa!... Tinha uns menor que já eram da antiga, eu não, eu era até meio bobão. Pra você ter uma ideia, eu ia servir os cara e não percebia que era da polícia... Os cara que me diziam: “esse não. É da polícia.” De tão bobo que eu era. Eu era muito bobão. Eu era muito inocente, assim. Sei lá. Isso que eu acho. Não tem como explicar direito.

A - Minha vida não foi ruim não. Por isso que eu falo que foi a melhor coisa pra mim. Lá eu aprendi bastante. Não o que aprende assim de escola, de ser esperto. Aprendi

o que é a verdade, a respeitar. Antes eu não respeitava. Me achava até melhor que os outros.

A - Imagina, com 15 anos era um moleque maior arrogante. Até na sala de aula, não fazia nada, não queria saber de nada. Aí, agora to diferente, to indo no SENAI, faço tudo, não mexo com ninguém, não xingo ninguém.

A - Não tá sendo fácil, tenho que vir aqui, procurar a escola, ir no curso. Eu tinha outro jeito, outros costumes, deita tarde, levantar tarde. Não imagina como é difícil tá aqui no horário. Antes eu era bem folgado, fazia do meu jeito. Agora não, tenho que respeitar todo mundo, até o mendigo da rua. Até o nóia tenho que respeitar. Eu não pensava assim antes. Então, foi bom pra mim. Não to falando que é bom ficar na biqueira vendendo drogas. Lógico que não é, né. Todo mundo sabe, mas pra mim foi bom. Acho que é isso.

P - Você consegue identificar porque era tão arrogante?

A - Não sei porque. Até quando eu morei com a minha tia, ela vivia me dizendo o que tava acontecendo comigo. Eu não sabia, mas era todo arrogante. Na rua você não vai ser arrogante porque você vai levar. Tive que levar umas pra aprender, mas aprendi. Ah, sei lá. Pra mim foi bom, aprendi muita coisa. Eu tava lá também por causa do dinheiro. Achava da hora. A adrenalina. Tava lá com os moleques. Tinha um moleque que ficava comigo que quebrou as duas pernas, foi correr pelo barranco fugindo, polícia pegou ele, quebrou as duas pernas. Ele também tá pensando em sair agora. Ele tá com as duas pernas quebradas. Ontem eu fui na casa dele e ele me disse. É difícil também, periga levar um tiro. Faz parte. Mas, para mim não e arrependo não.

A - Não me arrependo, para mim foi bom. Curti bastante. Foi a melhor fase da minha vida, curti bastante. Tinha dia de trabalhar 24 horas, ficava lá, não saia. Ganhava meu dinheiro, eu sinto falta. Sinto falta, era da hora. Agora eu tenho que ver outras coisas, estudar SENAI. Ano que vem tenho que arrumar um trampo da hora. Tentar ganhar uma grana cantando de final de semana. Quer ver o que eu to fazendo?

Mostrou-me várias fotos no celular onde ele está no palco cantando. Hoje ele se apresenta como um MC. Foi explicando cada uma das fotos e os lugares onde estava. Disse que recebeu um convite pra fazer uma gravação em estúdio. Terminamos o encontro com esse relato.

Quarto encontro com os adolescentes em meio aberto – Programa Liberdade Assistida

Na manhã deste encontro chovia bastante. Aguardei durante o horário agendado.

Um dos adolescentes ligou informando que não conseguiria comparecer, pois além de ter se levantado com atraso, dependia do ônibus e chovia bastante.

O outro adolescente participante não compareceu e não fez qualquer comunicação.

Transcrição quinto encontro com os adolescentes em meio aberto – Programa Liberdade Assistida

Iniciamos o encontro com um adolescente. Retomamos a tarefa de grupo de procurar entender o que faz com que o adolescente volte a infracionar.

A - Eu tenho pensado nesse assunto e acho que voltava porque era de menor. Hoje não volto, mas sinto falta de esta lá, da adrenalina, de esta com os caras. Eles eram muito da hora. O barulho do radinho, os pneus girando, cantando.

P - O que são pneus girando?

A - A polícia virando a rua, cantando pneus. Do nada. Tava tudo tranquilo, os caras chegam. Os ROCAM. A gente só via os capacetes, as caras de bravo. A gente saia correndo. Tinha que sair correndo. Um dia me pegaram. Eu fui muito tonto, dava para eu sair correndo. Mas não, eu não saí. O carro veio, os policiais estavam dentro, eu fiquei olhando. Aí comecei a andar, o policial falou para eu parar. Aí eu parei com medo dele atirar, mas ele não ia atirar. Eles não atiram assim na rua. O outro moleque correu na “caruda” mesmo. Eu parei, não corri, fiquei lá... Aí ele me prendeu, eu fui lá, fui preso para a delegacia, fiquei dez minutos e fui solto. Fui embora, eles ficaram com o meu dinheiro. Eu voltei para ganhar outro, continuei indo.

A - Ah, sei lá. Eu achava muito da hora. Estar lá, também ter meu dinheiro, comprava o que eu queria, estava sempre com dinheiro no bolso. Quem é que vive assim? Sempre com dinheiro no bolso? Ganhava muito. Eu não comprei um carro ou uma moto porque a minha mãe não deixou. Então eu só ganhava. Ganhava e já gastava. Mas agora que eu estou de maior mesmo, agora já era. Tive que parar. É hora de começar de outro jeito. Por mim eu não achava que era hora de sair, mesmo de maior, eu queria continuar. Mas pensara em ficar três anos preso... Não dá. De maior, não tem segunda chance. Já era...

A - Eu até evito de ir na biqueira agora. Vejo polícia, evito de passar perto. Para não ir na biqueira, até parei de fumar maconha. Fumo menos para não precisar ficar indo lá... Não é que eu não vejo mais graça nisso. Agora é hora de pensar em outras coisas. Eu comecei porque precisei de dinheiro, mas depois eu continuei porque eu quis.

P - Como foi esse começar?

A - A minha mãe tinha comprado uma moto para fazer as coisas dela. Mas eu é que andava nela. Aí uns moleques cataram ela um dia para andar numa chácara. Aí eles bateram ela. Quebrou tudo, eles não pagaram. Eu tinha que pagar, não podia deixar por conta da minha mãe. Eu trabalhei uma semana no lavacar, ganhei R\$ 100,00 do cara. Não ia ter como pagar para a minha mãe o conserto da moto. Na loja que eu ia trabalhar, ia ganhar R\$ 600,00 mas só depois de um mês. Aí eu fui procurar os caras que vendiam, eu ia ficar uns dois dias, uma semana. O combinado era uma semana. Fiquei mais de um ao. Os dias foram passando, eu fui gostando, achava da hora. Comecei a ver coisa que eu nunca tinha visto...

A - Às vezes tinha que ficar no mato, lá, escondido. Era até difícil, né? Mas eu tinha dinheiro. Se não fosse eu, ia ser outro. Da minha vida foi a melhor parte até hoje. Sem dúvida nenhuma. Mesmo nos momentos que eu sofri, que não foram bons, eu não me arrependo não.

P - Você fala muito do dinheiro, mas quando afirma que foi a melhor época de sua vida, é só do dinheiro que você está falando?

A - Eu gostava de ficar lá, na rua, vendendo, radinho no peito. Eu gostava de correr. Gostava de ver a polícia vindo, de sair correndo, eu gostava de tudo. Não é que é bom, para mim foi bom. Não tenho como explicar. Eu me sentia bem. Eu gostava de estar lá no meio dos caras, de correr, gostava de tudo. Gostava mais de ver a polícia vindo, do moleque gritando "Vamos". Aí era difícil, tinha que correr, e muito. Eu corria, o da hora era isso. Eu corria e eles não me pegavam (risos).

A - Uma vez que eu estava lá, meu próprio pai mesmo, viu eu lá. Ao invés de me mandar embora, não. Não e mandou embora, nem nada. E ainda ficou fazendo uma piadinhas. Piadinhas do tipo, ele viu eu correndo, depois ficou falando " *Veja se corre bem rápido, hein!*". Ele trabalha de pedreiro e dá R\$ 400,00 de pensão. Todo mês ele tem que dar. Ele sabe que eu ganho R\$ 500,00 por dia, mas ele tem que dar os R\$ 400,00 de pensão no mês. Acho que ele fica bravo por conta disso. Daí eu não gosto dele (expressão de raiva). Não é que eu não gosto. Se eu pudesse, eu quebrava ele e mandava ele embora, ele sumir. Mas não tinha jeito de fazer isso... mas ele também não tinha como mandar em mim, me forçar a não entrar. Daí eu ia mesmo, para mim era bom.

P - O que você esperava de seu pai?

A - Eu esperava que ele mandasse embora, que ele não deixasse eu ficar lá. Um pai mesmo, de verdade, faria isso. Se eu visse meu filho lá, eu ia fazer isso, né. Não ia

querer que ele ficasse... Mas até meu pai já fez isso, meus tios. Todo mundo aí.. Mas já tem gente que já saiu também, tá por aí tocando a vida.. Na verdade, eu é que tenho que pensar diferente. Ficar na cadeia, de maior, não é fácil não. Quando eu falo que não dá nada, podia até dar. Se eu fosse pego pela terceira vez, eu ia ficar pelo menos uns 15 dias na Fundação Casa. O moleque que trabalhava comigo ficou lá uns três meses. Ficou lá na Fundação mesmo. Ele falou que os policiais para ir para lá batem, que os funcionários batem. Era mais por causa disso, eu mais pensava que não ia dar nada para mim. Mas depois, que eu já estava com duas passagens já ficava mais esperto, ia ficando mais arriscado. Não era certo ficar, mas fui ficando até o dia antes de ficar de maior.

P - Não dá nada pelo lado da lei ou não dá nada pelos que estão próximos de você?

A - Aqueles que estão mais próximos deu mais, né. A família fica preocupada. Fica olhando a gente de jeito diferente. Minhas tias todas tem dinheiro. Ficam falando para eu sair disso, tal. Dá até raiva de tanto que falam. Mas da polícia mesmo, não da nada. Da minha família dava mais, ficava triste comigo. Dava conselho para eu sair. Mas eu não saia porque não queria. Teve uma época que eu parei de ir, mas eu ficava só uma semana sem ir, quando ficava sem dinheiro, voltava.

A - Na minha família, a minha mãe não tem dinheiro,mas as minhas tias tem. Elas ajudaram a cuidar de mim, eu sou o único menino também. Elas me deram várias coisas. Minha família da parte da minha mãe. Eu não precisava disso. Eu ia mesmo porque eu gostava. Eu tinha escola, tinha roupa, tinha comida em casa. Não me faltava o que comer. Não era a minha vontade, né. Não podia ter do bom e do melhor, tudo. Mas não passava fome. Tinha arroz, feijão, carne. Mas eu queria mais, queria comprar minhas roupas, queria ter meu dinheiro. Poder sair pra os lugares, para as baladas. Eu saia para todo canto, gastava o dinheiro. É isso que eu achava da hora. Era molecão, gostava disso.

A - O que eu estou fazendo agora, eu estou gostando. Está sendo bom. Vou continuar meus estudos, senão não consigo trabalhar. Nossa, eu aprendi a fazer no SENAI umas contas que eu nunca tinha aprendido na escola. Antes eu não tinha vontade, mas agora eu estou diferente. Chego em casa, pego os livros, coisa que eu não fazia antes. É bom aprender coisas novas. Eu to aprendendo bastante.

A - Eu acho que acabou a hora de traficar, de fazer as coisas erradas. Sou de maior, tenho que ter responsabilidade. Tenho que assumir que não quero mais. Esses dias foram me chamar, mas eu disse que não quero mais. Eu não vou mais não. Com

certeza, vai ter um monte querendo. Tem um monte de menor que quer. Acho que eles nem ligam quando a gente fala que não quer mais. Se não for eu vai ser outro, e outro, e outro. Sempre vai ter alguém que quer ir. Nunca vai faltar.

P - Há alguma dificuldade em se desligar?

A - Eu continuo cumprimentando todo mundo. Quando eu não tenho dinheiro, vou lá pedindo para passarem uma para mim, eles passam, depois eu pago. Tenho amizade com todo mundo, todo mundo me conhece. No lugar que eu trabalhava, tá tudo tranquilo. Não tem nada que me atrapalhe. Eu não quero mais trabalhar lá. Todo mundo quer a chance de estudar, de trabalhar honesto. Quando não tem a oportunidade vai para lá. Fica lá. Em outro bairro, por exemplo, trabalha de maior. Maior vai preso toda hora, precisa de outro para tocar. Tinha um menino, maior da hora, vivia me emprestando um relógio para ir nas baladas. Foi preso, agora é de maior, pegou quatro anos. Dois dias demora para passar, imagine quatro anos. Nesse tempo eu faço vários cursos, várias coisas. Se der sorte, estudo bastante e ganho mais do que eu ganhava lá. Mas se eu fosse de menor, e soubesse que não ia dar em nada. Se as regras do menor fossem as mesmas do maior, eu não iria. Mas menor é menor.

A - As polícias estão toda hora lá. Vão lá, compram drogas, vão ver quem está trabalhando. Quando é de maior eles ficam mais em cima. Eles até fazem o papel deles, eles pegam mas eles soltam (risos). Às vezes ficam meio de longe, parados, esperando os caras levarem dinheiro. Eles vão lá e pegam dinheiro das mãos dos caras. Alguns são muito safados... Os caras contam que sempre foi assim, sempre tiveram aqueles que são pagos.

A - Digo que foi bom. Antes eu não tinha contato com nada, com nenhum moleque da biqueira. Eu tinha até medo deles. Já chegaram a me roubar lá, quando eu trabalhava. Eu era bobão, muito bobão, sabe. Catava o dinheiro mas não sabia quanto que tinha que dar. Depois é que eu fui percebendo melhor o que acontecia. Antes eu ia na escola, estudava das 7h00 às 16h00, chegava em casa, dormia, ia para a escola no outro dia. Aí quando eu comecei a ir eu já gostei. Comecei a pegar amizade com todo mundo, moleque da hora. Ia para a balada junto, todo mundo com dinheiro, gastando. Uma coisa que eu nunca tinha visto; tanto dinheiro. Eu via aquele monte de dinheiro ficava até estranho. Lembrava de quando eu trabalhei no lavacar, em uma semana ganhei R\$ 100,00. Lá, no primeiro dia, ganhei R\$ 700,00. Era muito diferente, muito diferente. Com esse dinheiro o olho já começava a crescer para as coisas, roupa e

sapato de marca, já não comia mais em casa, comia marmitex, lanche. O que tinha vontade de comer, comia, qualquer besteira. Andava só de táxi, não andava mais a pé. Queria ir na cidade, chamava um táxi. Ia ao shopping, chamava um táxi. Foi da hora, ficava parecendo os bacanas. Não me arrependo não. Mas passo, né. Já era. Nesse momento fez um barulho vindo da rua como se fosse uma freada brusca de um carro.

A - Nossa, eu ouço esse barulho meu coração vai a mil.

P - O que lhe desperta esse barulho?

A - A polícia chegando. Esses dias mesmo eu estava lá no terminal, estava com umas meninas, entraram uns policiais, meu coração já subiu na boca. Se eu vejo Força Tática também.

P - Mas hoje você não está afastado dessas situações?

A - Mesmo eu estando longe, eu tenho medo deles. Não é medo, medo. É um receio. Querendo ou não, a polícia sabe quem é, quem não é. É claro que agora eu não tenho mais passagem. Se eles me pararem é só falar que eu não tenho passagem. Mas quando eu vejo assim, eu tenho medo. Principalmente de noite, de madrugada. Se andar na favela, do jeito que eles pegam... Na madrugada, eles não levam preso mas eles batem. Batem feio. Deixaram o moleque que trabalhava comigo sem cara. Mas tenho medo. Não devo nada, sou estudante, não faço mais coisa errada, já era. Tento dormir tranquilo, sabendo que eles não vão entrar lá em casa, posso ficar de boa. Mas quando eu vejo eu lembro das coisas que eu já vi. Por isso que eu tenho medo. Não vou correr, eles não podem fazer nada comigo. Eu tenho medo é de ficar preso, de ter que ficar aguentando os presos. Na cadeia, se você for de maior, no mínimo você fica um ano. Pensa. Um ano aqui fora não passa, imagina lá dentro. Eu não quero isso para mim, não quero.

P - Aconteceu algo que lhe ajudou a decidir pela mudança?

A - Acho mais que foi ficar de maior e saber o que acontece se for preso. A minha técnica me ajudou muito. Arrumou vaga na escola, no SENAI. Ela me falou muito que ia depender de mim, que eu não era obrigado a ir, mas que eu podia aproveitar porque senão quando eu ficasse de maior a situação seria outra. Eu acho que se eu fosse de menor e me oferecesse tudo isso eu ia querer fazer esse curso. Ou não? Acho que não (risos). Se eu fosse de menor, eu não ia querer. Eu tinha coisas mas eu era um bobão. Ficava muito em casa, jogava muito videogame. Todo videogame que saia minha mãe me dava. Tinha que ficar só em casa, não podia sair para fora de casa.

Nunca tinha pensado em fumar maconha. Até os 16 anos. Com 14 anos eu brincava de carrinho ainda, não tinha nenhuma maldade, Até de ficar com as meninas, sabe? Não tinha. Pensava em jogar videogame, jogar bola, treinava na escolinha. Nunca precisei disso. Mas depois eu comecei a sair, conhecer o mundão. Achei da hora. Como já falei, eu era muito arrogante, acho que eu virei mais gente. Aprendi a respeitar mais. Se eu fosse de menor, eu voltava.

Sexto encontro com os adolescentes em meio aberto – Programa Liberdade Assistida

Aguardei durante o horário agendado, nenhum dos adolescentes compareceu ou fez qualquer comunicação.

Após o horário liguei nos telefones de contato: um deles não atendia, e o outro contato era direcionado à caixa postal.